

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL: PROJETOS
INSTITUCIONAIS E PERSPECTIVAS JUVENIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ivanda Masson

Santa Maria, RS, Brasil

2013

JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL: PROJETOS INSTITUCIONAIS E PERSPECTIVAS JUVENIS

Ivanda Masson

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Masson, Ivanda

Juventude e Extensão Rural: projetos institucionais e perspectivas juvenis.

Ivanda Masson - 2013 - 154'p.:30 cm

Orientador: Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2013.

1.juventude rural 2.Extensão rural 3.Metodologias de intervenção 4.desenvolvimento rural
Título. Marin, Joel Orlando Bevilaqua.

© 2014

Todos os direitos autorais reservados a Ivanda Masson. A reprodução de partes Ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Ogê Fortekamp, n.111, Bairro Trindade, Florianópolis, SC.

CEP: 88.036.610; Fone: (48) 3365-4204; E-mail: ivandamasson@yahoo.com.br.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Dissertação de Mestrado**

**JUVENTUDE E EXTENSÃO RURAL: PROJETOS
INSTITUCIONAIS E PERSPECTIVAS JUVENIS**

elaborada por
Ivanda Masson

Como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Joel Orlando Bevilaqua Marin, Dr.
(Presidente/Orientador)

Rosani Marisa Spanevello, Dr.^a (UFSM)

Vivien Diesel, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, 13 de dezembro de 2013.

Dedico o Mestrado:

Para as pessoas mais importantes na minha vida.

Aos meus pais, Gessi e Constante Masson, agricultores familiares, minhas referências de vida, exemplos de amor, honestidade, garra e vontade de viver.

À minha filha Bruna, minha fonte de energia e motivação. Somos amigas e determinadas graças a nossa filosofia de vida. Juntas conquistamos os objetivos propostos.

AGRADECIMENTOS

Sinto uma imensa alegria ao escrever estes agradecimentos, por muitas razões: porque significa que essa etapa do trabalho foi cumprida e também porque percebo que construí uma rede de colegas e amigos.

À minha família, em especial às minhas irmãs Ivete, Iva e o cunhado Lilo, sempre muito disponíveis e dedicados aos nossos pais dia e noite incondicionalmente. Durante o período do meu mestrado, assumiram ainda mais, permitindo-me estudar. Ao Rubson e Ivanete, aos sobrinhos Rafael Augusto (pelas filmagens e companhia na pesquisa de campo) e Rodrigo Otávio (montagem do vídeo) pelo incentivo e carinho de sempre, que nos fez continuar. Ao meu genro Leandro, pelo companheirismo, respeito e carinho.

Agradeço ao meu orientador Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin. Não nos conhecíamos, a nossa aproximação adveio pelo tema da pesquisa. Obrigada Joel pelo seu conhecimento, ética, boa vontade, criticidade e franqueza. Pela sua instigação e ousadia de me propor estudar na Espanha. E, principalmente, pela compreensão e apoio no momento de grandes dificuldades pessoais. Sua maneira de tratar muito me ajudou a superar esse momento; cá estamos apresentando o nosso trabalho, o primeiro de tantos que iremos construir juntos.

Ao co-orientador institucional, Dr. Luiz Carlos Mior, pelo apoio e incentivo.

Aos coordenadores do curso “Master Interuniversitário en Juventud y Sociedad” da Universidad de Lleida, Universidad Autônoma de Barcelona e Universidade de Girona, Carles Feixa Pàmpols, Pere Soler e Juan Saura, pela oportunidade do intercâmbio realizado em 2012. Em especial ao professor Carles pelos conhecimentos compartilhados, aprofundamentos sobre o tema da juventude, pela amizade e acolhida familiar.

Aos verdadeiros amigos que constituí na vida profissional. Quero agradecer em especial a uma grande dupla de profissionais da saúde e bem-estar, Lindomar e Cezar, saibam que vocês vão muito além do senso profissional, pois se envolvem com o coração sem medir esforços. As queridas amigas Rose Gerber, Iorete Galon e Cintia Uller Gómez, pessoas amáveis que num momento de grande necessidade me amparam com o apoio intelectual e emocional. A Bernardete Panceri, grande amiga que bateu na minha porta e me ofereceu a sua companhia e apoio diário para que

eu resgatasse a vontade de voltar a escrever, a você que é muito especial a minha gratidão sempre.

Aos amigos Vergínia, Waldir, Jana e Tina, que me acolheram em Santa Maria. A essa amável família e aos demais companheiros da BSGI, minha gratidão.

Aos representantes das instituições pesquisadas, pelo atendimento com boa vontade, atenção e seriedade.

Aos jovens egressos do curso de Empreendedorismo e familiares, pelo momento tão rico de informações e contato.

Aos ex-jovens quatroessistas, pela contribuição no resgate histórico do trabalho com Cubes 4 – S.

Ao Eng.º Agrônomo Glauco Olinger por possibilitar-me uma longa reflexão sobre a Extensão rural e os trabalhos com a juventude rural dos clubes 4 – S.

Dentro do PPPGExR encontrei também vários apoios, e aqui os agradeço. Ao conjunto de professores com quem trabalhei nesse período, e, em especial a professora Vivien Diesel que, com propriedade, nos orientava para sermos mais acadêmicos, ao mesmo tempo em que permitiu que compartilhássemos em sala a nossa experiência cotidiana de extensão rural, além da abertura para que fizéssemos as dinâmicas de integração em sala. Aos coordenadores Vicente Celestino Silveira e Alessandro Arbage, pela atenção e apoio, especialmente nos momentos finais do curso. Aos funcionários que deram conta de todas as etapas burocráticas, ao João C. Bilibio Viero (in memoriam) e a Maria Regina Daniel Roso, meus agradecimentos. Ao Professor José Antônio Costabeber (in memoriam), seus ensinamentos e convictas propostas para uma Nova Extensão Rural Agroecológica, não serão esquecidos.

A todos os colegas com quem dividi momentos especiais, e que torceram pelas minhas conquistas. Quero registrar como foi maravilhosa a nossa convivência, em especial à de minha filhotinha linda e companheira, Letícia. Ao Lodi, pelo companheirismo em momentos de angústia quando da resolução das inscrições da plataforma Brasil e em tantos outros momentos em que nos unimos para os trabalhos acadêmicos.

Às minhas companheiras da BSGI de Florianópolis, obrigada a todas pelo apoio da “Vitória”.

Institucionalmente agradeço à Epagri pela liberação para o mestrado. À Tânia Bianchini, responsável pela Pós-Graduação. Aos colegas Durli, Poletto, Ivani e

Mauro pela forma atenciosa que me receberam e apoiaram durante a pesquisa de campo. Um agradecimento especial as profissionais da biblioteca central da Epagri, sempre muito solícitas.

À Embrapa pela concessão de Bolsa de Estudos.

A única forma de atingir um objetivo é avançar passo a passo com perseverança. No transcorrer desse percurso, pode acontecer de não surgir nenhum resultado perceptível. Contudo, quando o esforço acumulado atinge certo nível, uma nova e promissora perspectiva de vida se abrirá repentinamente diante de seus olhos. Isso é comparável ao ato de escalar uma escarpada montanha: todo o maravilhoso panorama se torna visível ao atingir o topo após muito esforço. A questão é perseverar nos esforços até que os objetivos se tornem reais.

(Daisaku Ikeda)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

JUVENTUDE RURAL E EXTENSÃO: PROJETOS INSTITUCIONAIS E PERSPECTIVAS JUVENIS

AUTORA: IVANDA MASSON

ORIENTADOR: DR. JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 13 de Dezembro de 2013.

O objetivo da dissertação é compreender os processos de construção social da juventude no âmbito de projetos de educação não formal, implantados pela extensão rural pública e por outras organizações do Meio-Oeste de Santa Catarina. O estudo parte da concepção de que a juventude rural é uma categoria socialmente construída e com especificidades nos diferentes tempos, contextos, realidades e possibilidades. Os procedimentos metodológicos utilizados combinaram pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com representantes de instituições/organizações, jovens rurais egressos dos Clubes 4-S e do projeto-piloto de “Empreendedorismo do Jovem Rural”, implantado pela Extensão Rural. Enquanto no contexto do pós-guerra as agências de extensão rural organizaram a juventude rural nos Clubes 4-S como forma de prepará-la técnica e ideologicamente para a modernização da agricultura, na última década, instituições públicas, privadas e organizações não governamentais têm atuado com o propósito de construir uma juventude rural autônoma, empreendedora e comprometida com o desenvolvimento sustentável. Os jovens rurais, por sua vez, reivindicam uma participação efetiva nos processos de construção de alternativas de inclusão social com vistas a romper tanto a tutela institucional como a familiar. Conclui-se que as experiências de extensão rural mais recentes representam avanços metodológicos em relação às propostas historicamente direcionadas aos jovens rurais. Porém, os jovens rurais expressam a necessidade de institucionalização de programas que contribuam não somente com a produção ou sustentabilidade agrícola, mas também, com a conquista de poder pelos sujeitos sociais. Demonstrem-se perceptivos e críticos em relação à forma tradicional de intervenção e de pensar o jovem somente como “futuro”.

Palavras-chave: Juventude rural. Extensão rural. Metodologias de intervenção. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

Master`s thesis
Post-Graduation Program in Rural Extencion
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

YOUTH AND RURAL EXTENSION: INSTITUTIONAL PROJECTS AND YOUTH PERSPECTIVES

AUTHOR: IVANDA MASSON

ADVISOR: DR. JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN

Date and Place of Defense: Santa Maria, (December, 13) 2013.

The aim of the thesis is to understand the processes of social construction of youth within the framework of non-formal education projects, deployed by rural extension and by other organizations in the Midwest of Santa Catarina, in southern Brazil. The study is part of the design that considers the rural youth a socially constructed category and specificities in different times, contexts, realities and possibilities. The methodological procedures combined documentary research and semi-structured interviews with representatives of rural institutions and young graduates of the 4-S Clubs and the pilot project "Entrepreneurship of Rural Youth", implemented by Rural Extension. While in the post-war context the rural extension agencies organized the rural youth into 4-S Clubs as a way to prepare them technically and ideologically for the modernization of agriculture, in the last decade both public and private institutions as well as non-governmental organizations have been active with the purpose of building a stand-alone rural youth, enterprising and committed to sustainable development. The rural youth, in turn, claim an effective participation in the processes of building alternatives for social inclusion aiming to break both the institutional and the familiar custody. It is concluded that the latest experiences of rural extension represent methodological advances regarding proposals historically directed to rural youth. However, the rural youth express the need for institutionalization of programs which contribute not only to the agricultural production They are perceptive and critical of the traditional way of speech and thinking the youth only as "future".

Keywords: Rural youth. Rural extension. Intervention methodologies. Rural development.

LISTA DE FIGURAS

Figura1 – Localização do Estado de Santa Catarina com destaque para Campos Novos.	33
Figura2 – Objetivo do trabalho com jovens	68
Figura3 – Desafio do trabalho	68
Figura4 – Estrutura do curso	68
Figura5 – Princípios norteadores	69
Figura6 – Eixos trabalhados.....	69
Figura7 – Itinerário dos jovens depois do curso de Empreendedorismo Rural	124

LISTA DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
Acaresc – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
Acarpesc – Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina
ADJER – Associação dos Jovens Empreendedores Rurais
AIA – American International Association
Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARCAFAR/Sul – Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul
Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural
Bird – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPA – Centro de Planejamento Agrícola do Estado de Santa Catarina
Clubes 4–S – Saber Sentir Servir e Saúde
CNA – Confederação Nacional de Aprendizagem
Consema – Conselho de Desenvolvimento Ambiental
COOCAM – Cooperativa Camponovense
COOPERCAMPOS – Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos
CETRECAMPOS – Centro de Treinamento da Epagri de Campos Novos
Empasc – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A.
Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPI – Equipamentos de Proteção Individual
ETA – Escritório Técnico de Agricultura
Faesc – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa
FetraF-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do
Brasil
GTZ – Agência Alemã de Cooperação Técnica
Iasc – Instituto de Apicultura de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
JEC – Jovens Empreendedores da Coopercampos
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento

ONG – Organização Não Governamental

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

Pnater – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRAPEM – Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

Pronater – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PPGExR – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SAR – Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SOL – Secretaria de Estado do Turismo

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM – Universidade Federal da Santa Maria

UPM – Unidade Político Metodológica

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Carta do Jovem Rural e Pesqueiro: fortalecer ações que favoreçam o desenvolvimento e o exercício da cidadania	145
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	148

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevistas com jovens rurais que participaram dos Clubes 4 – s orientados pela Extensão Rural Pública de SC na cidade de Campos Novos.....	150
Apêndice B – Roteiro de entrevista direcionado a Extensão Rural Pública e, em três organizações de desenvolvimento rural que atuam na região de Campos Novos.....	151
Apêndice C – Roteiro de entrevistas com jovens rurais que participaram do projeto-piloto do “programa empreendedorismo do jovem rural” realizado no centro de treinamento da Epagri na cidade de campos novos. Um projeto integrado da Epagri e o Instituto Souza Cruz.....	152

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Caracterização do problema da pesquisa	21
Caminho metodológico.....	24
Campo da pesquisa.....	30
Plano da obra.....	33
CAPÍTULO I	
A JUVENTUDE NOS PROJETOS DE EXTENSÃO RURAL	35
1.1 A construção histórica da juventude rural.....	36
1.2 Os jovens rurais nos projetos de extensão	39
1.3 A extensão rural e a ação pioneira com a juventude: de 1950 a 1980	43
1.4 Clubes juvenis 4 – S: o ponto de vista de egressos	49
1.5 Propostas diversas da extensão rural: de 1980 a 2008	60
CAPÍTULO II	
JOVENS E DESENVOLVIMENTO RURAL: INTEGRAÇÕES INSTITUCIONAIS	64
2.1 Juventude rural nos planos institucionais: trajetórias diversas de intervenção	65
2.2 Projetos atuais institucionalizados pela Epagri	66
2.3 Projetos institucionais da Cooperativa Agropecuária Camponovense – COOCAM.....	74
2.4 Projetos institucionais da Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos – COOPERCAMPOS	79
2.5 Projetos institucionais do Sindicato dos Produtores Rurais de Campos Novos	84
2.6 Reflexão das experiências institucionais pesquisadas	88
CAPÍTULO III	
A PERSPECTIVA DE JOVENS FRENTE AO PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO RURAL	92
3.1 Metodologia da Pedagogia da Alternância e concepções do Programa de Empreendedorismo Rural.....	93
3.2 O projeto na percepção dos jovens egressos	97
3.2.1 Juventude: possibilidades e condicionantes.....	98
3.2.2 As modificações ocorridas em suas vidas a partir da participação no curso ..	102
3.3 Os projetos profissionais desenvolvidos pelos jovens durante o curso ...	108
3.4 Expectativas dos jovens em relação à atuação da Epagri	120
3.5 Itinerários de jovens egressos	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	138
ANEXOS	145
APÊNDICES	150

INTRODUÇÃO

A afinidade de estudar a juventude rural é resultado de motivação que ao longo do tempo definiu a trajetória pessoal, estudantil e profissional, da pesquisadora, que atualmente integra uma equipe que trabalha com a temática da juventude rural na Gerência Estadual de Extensão Rural da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)¹. É oportuno dizer que no âmbito das metas desta gerência, ficou evidente uma demanda de aprofundamento em metodologias que embasem ações direcionadas à juventude rural que deveriam ser construídas a partir do diálogo entre instituições de desenvolvimento rural, universidade e jovens rurais.

Evidenciada essa necessidade, a pesquisadora buscou o curso de mestrado, no qual as motivações profissionais encontraram amparo e orientação teórico-metodológica no diálogo com o orientador, estudioso da juventude rural, no acesso a uma vasta bibliografia, além da frequência às disciplinas curriculares, as quais ampliaram o debate sobre os contextos da agricultura familiar, extensão rural e, sobretudo, na participação de grupo de estudos sobre a juventude. Destaca-se também o interesse da pesquisadora em buscar amparo no programa da Pós-Graduação em Sociologia, no qual cursou a disciplina de Teoria Social I.

A motivação principal desta dissertação está centrada no pressuposto de que os jovens podem ser protagonistas de sua própria vida, o que coaduna com o apontamento de Urteaga (2011, p. 408) ao referir-se à capacidade dos jovens:

Os relatos contemporâneos sobre o “construir-se como ser social” (ou alcançar a “completude social”, antes atribuída somente aos adultos), enfatizam que os jovens estão ativamente comprometidos na construção e

¹A Epagri é uma instituição vinculada ao Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. Foi criada em 1991, quando foram incorporadas numa só instituição a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (Empasc), a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc) e o Instituto de Apicultura de Santa Catarina (Iasc). Em 2005, a Epagri incorporou o Instituto CEPA, que era responsável pelo sistema de informação e de planejamento agrícola do Estado de Santa Catarina. Art. 1º A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - Epagri -, sociedade de economia mista, a que se referem os arts. 1º e 2º da Lei Complementar n. 247, de 4 de julho de 2003, fica transformada em empresa pública, denominada Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri -, constituída na forma de sociedade por ações, com personalidade jurídica de direito privado, por prazo indeterminado, com sede em Florianópolis e foro na Comarca da Capital, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural e regida por esta Lei, por outras aplicáveis à sua espécie e pelo seu Estatuto Social (Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br>>).

determinação de suas próprias vidas, da vida daqueles que os rodeiam e das sociedades em que vivem².

No entanto, para que os potenciais juvenis sejam desenvolvidos, os jovens do meio rural precisam ser compreendidos, estimulados e assegurados em seus direitos de cidadania, o que vai muito além de “encaixá-los” em programas e projetos e/ou “enquadrá-los” em políticas públicas. É preciso compreender, de um lado, os processos de construção social da juventude no âmbito de projetos e ações dirigidas a essa categoria social através das instituições de desenvolvimento rural e, de outro, como os jovens avaliam tais projetos e ações a eles dirigidos. Logo, esta pesquisa tem como ponto de partida duas questões fundamentais e inter-relacionadas: a) Como os jovens rurais são inseridos em projetos de desenvolvimento propostos por instituições públicas e privadas, mais especificamente na região do meio oeste do estado de Santa Catarina, b) Como os jovens percebem e avaliam esses projetos de desenvolvimento rural.

O marco referencial teórico está baseado nas reflexões de autores como Feixa (2004), Urteaga (2011), Savage (2009) e Groppo (2000) acerca dos processos de construção social da juventude. Em comum, esses autores concebem que, muito além de uma etapa física, cronológica ou de uma transição para a vida adulta, pensar e compreender a juventude implica no estudo dos diferentes contextos históricos e culturais nos quais os jovens estão inseridos, no tempo e no espaço.

No que diz respeito à delimitação do campo investigativo, afirma-se que essa adveio no momento em que mestranda e orientador questionaram: De que forma os projetos estão sendo pensados acerca dos jovens rurais? Tais projetos refletem os reais projetos, sonhos e expectativas dos jovens rurais e suas famílias? Estes questionamentos levaram em conta que o estado de Santa Catarina, por meio da extensão rural, atua com a juventude rural desde 1956, momento em que se iniciaram as primeiras intervenções por meio de diversos programas e projetos desenvolvimentistas. Também, que não se pode desconsiderar que outras instituições, como cooperativas, empresas privadas, SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), também direcionam projetos e ações aos segmentos juvenis rurais.

²Tradução livre de autoria da pesquisadora.

Como afirma Stropassolas (2006), nos momentos em que se promoveu a modernização da agricultura em Santa Catarina, os jovens foram inseridos no projeto dos Clubes 4-S. Embora configurados num contexto social diferenciado, os investimentos para a integração da juventude no desenvolvimento rural não são uma prerrogativa do momento presente.

A motivação social que direciona a investigar mais sobre o contexto que envolve os jovens rurais está calcada na constatação de que é grande o número de estudos sobre a juventude rural, mas a maioria deles aborda questões alusivas à sucessão hereditária e à reivindicação dos jovens na busca de maior visibilidade e conquista de políticas públicas que possam contribuir para viabilizar a sua permanência no campo (SILVESTRO et al., 2001; STROPASSOLAS, 2006; SPANEVELLO, 2008). Há, porém, uma lacuna no que diz respeito a estudos que apontem e venham a contribuir com o conhecimento sobre as idealizações e ações propugnadas pelas instituições de desenvolvimento rural, dirigidas especificamente para os jovens rurais.

De um modo geral, os estudos sobre juventude rural no Brasil dão uma imagem de que a juventude rural no Brasil está indo embora (CASTRO, 2009). Ou seja, estaria ocorrendo um esvaziamento contínuo e incontornável do meio rural no que diz respeito à presença do jovem. De acordo com Brumer (2007, p. 36), apesar de haver estudos que focalizam a juventude rural sobre diferentes aspectos, dois temas são recorrentes: “a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração”.

Este cenário parece estar presente em diagnósticos feitos com jovens de áreas rurais, os quais concluem que os jovens são cada vez mais forçados a deixar suas comunidades rumo aos centros urbanos e, salvo algumas experiências bem sucedidas, muitos acabam ainda dependendo dos pais para sobreviver, além de causar um esvaziamento na população rural. Contudo, um número significativo de jovens que ainda vive no meio rural justifica o investimento de ações específicas, sólidas e perenes voltadas às gerações juvenis. Fato que pode dar uma grande contribuição ao desenvolvimento do espaço rural em atividades vinculadas à agricultura familiar, agrícolas e/ou não agrícolas, mas que oportunizem investimentos profissionais que possam trazer qualidade de vida, dignidade,

cidadania e sustentabilidade, haja vista que o que estimula a juventude rural a permanecer no espaço rural não está restrito somente ao fator econômico.

O estudo de Stropassolas (2006, p. 15) evidencia que este questionamento por parte dos jovens rurais tem sido motivo de preocupação de diversas instituições que trabalham com a juventude rural e de desconforto para os profissionais que trabalham diretamente com esta população. Isso devido à falta de perspectiva e espaço nos marcos dos modelos culturais e políticos vigentes nos quadros institucionais oficiais.

Levando-se em consideração que a categoria juvenil no mundo rural é estereotipada como problemática, e invisível frente à complexa inserção num mundo culturalmente globalizado (DURSTON, 1996) é interessante ponderar que se trata de uma invisibilidade social e política. No compasso das mudanças experimentadas pelo espaço rural, há que se ter em conta que os jovens estão em processo de mudanças e lutam por uma inserção social positiva na sociedade. E, certamente, as demandas de intervenções e políticas devem sofrer alterações e inovações a fim de oportunizar novas propostas e novos projetos de vida para e com os jovens rurais.

Caracterização do problema da pesquisa

Para Wanderley (2007, p.23-24), o estudo da juventude rural pressupõe a compreensão de uma dupla dinâmica social que leva em consideração o espaço e o tempo. Por um lado, uma dinâmica espacial relacionada ao contexto familiar, às suas relações de convívio com a comunidade e com o mundo urbano/industrial que se tornam espaços distintos e, ao mesmo tempo, se entrelaça tornando tênue a separação cultural que altera a experiência e a inserção social dos jovens rurais.

Por outro lado, esses espaços são estabelecidos numa dinâmica temporal que envolve o passado das tradições familiares e comunitárias que inspira as práticas sociais e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais.

As dinâmicas temporais e espaciais se interligam e através delas emerge um ator social que pode ser, simultaneamente, portador de um ideal de ruptura ou de continuidade do mundo rural. Ou seja, ou ele segue a tradição familiar ou busca novas alternativas e inova (WANDERLEY, 2007). Essa ideia é corroborada por Marin (2009) ao afirmar que:

O estudo da juventude rural como uma construção social e cultural, variável no tempo e no espaço, requer a compreensão das especificidades das relações de dependência com a vida e o trabalho nos espaços agrários, bem como as redes de relações econômicas, políticas, institucionais e culturais em que os jovens e suas famílias estão inseridos. (MARIN, 2009, p.2).

Marin (2009) ressalta ainda que as especificidades da vida e do trabalho agrícola e os processos históricos de socialização dos jovens rurais apresentam certas diferenciações em relação à juventude urbana. Portanto, para compreender a juventude se torna imprescindível analisar os diferentes contextos econômicos, sociais e culturais em que os jovens vivem e igualmente estudar as transformações que se processam em cada sociedade, acrescentando-se ainda as dinâmicas de cada território, comunidade e família.

Mesmo ponderando acerca da compreensão de que o núcleo familiar exerce uma forte influência nas escolhas e decisões dos jovens quanto ao seu futuro profissional e de vida, o jovem está constantemente em conflito de identidade. Se, por um lado, as condições sociais vivenciadas pela família nem sempre são atrativas para a continuidade da vida e do trabalho nos espaços rurais, por outro, a busca por outras profissões em espaços urbanos encontra igualmente limites, pois eles nem sempre têm preparo profissional e nível de escolaridade que lhes permitam alcançar uma colocação empregatícia a contento, lhes restando trabalhar em subempregos e em situações, às vezes, adversas e distantes dos sonhos acalentados antes de deixarem o meio rural.

Considerando que diversos estudos têm apontado para uma crise de reprodução da agricultura familiar (SILVESTRO et al., 2001; STROPASSOLAS, 2006; SPANEVELLO, 2008), os quais apresentam similaridades entre motivos e apelos pelos quais os jovens não querem permanecer no meio rural, diversas são as questões que inquietam a pesquisadora como profissional da extensão rural pública de Santa Catarina, e que a encaminham na discussão da temática da juventude rural: 1. Como as instituições de desenvolvimento rural estão respondendo a estas demandas dos jovens? 2. O que os jovens esperam dessas instituições e das políticas públicas? 3. Quais os desafios que as instituições enfrentam para entender e atender aos problemas dos jovens em seus diferentes contextos sociais?

Onde buscar respostas se atualmente há uma baixa produção de estudos de caso que se detenham sobre o que as instituições estão objetivando, para e com a

juventude rural frente ao contexto social com o qual se depara? Mesmo levando em conta que a região Sul do Brasil é a segunda mais avançada em termos de pós-graduação no Brasil, esta é, portanto, uma lacuna que ainda merece atenção e que demanda novas pesquisas. Esse fato instiga, sendo uma das motivações para o estudo apresentado nesta dissertação, conforme já mencionado anteriormente.

Ao encontro desta inquietação, vale lembrar que se nota a partir da década de 1990 uma revalorização dos espaços rurais, capitaneada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), principalmente com o reconhecimento da categoria social de agricultores familiares alçados como protagonistas do desenvolvimento rural. Também com o surgimento de iniciativas que buscaram dar apoio à parcela jovem dessa população (STROPASSOLAS, 2006), sobretudo de ensino aprendizagem. Trata-se de uma década em que houve no Brasil uma forte pressão social para o governo investir e dar prioridade aos trabalhadores da agricultura familiar (PINHEIRO, 1995).

Em linhas gerais, é possível citar que foi criado em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar³ (PRONAF⁴); em 2002, o MDA⁵ e, em 2003, as políticas públicas para os agricultores familiares orientadas para a criação de novas linhas de apoio dirigidas à juventude rural, como “PRONAF Jovem”, “Minha primeira terra”; e às mulheres, o “PRONAF mulher”. Segundo orientações do Pronaf Jovem, as linhas de apoio são dirigidas aos jovens entre 16 e 25 anos de idade, àqueles que estudam em escolas agrícolas ou que possuem cursos de formação profissional, ou ainda que tenham frequentado 100 horas de curso técnico ou outros processos de formação técnica.

Neste contexto, no Brasil, os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural adquirem novos nuances com o lançamento, em 2004, da Nova

³ Agricultura familiar (AF) A Lei nº 11.326 de ano 2006, define agricultor familiar e empreendedor familiar rural uma categoria social com os seguintes requisitos: a) Não detenha área própria acima de quatro módulos fiscais; b) Utilize predominantemente mão-de-obra familiar em seu estabelecimento; c) Renda familiar predominantemente vinculada ao próprio empreendimento; d) Gestão de seu estabelecimento com a própria família. Segundo Abramovay (1997) a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vem de indivíduos que mantêm entre si um laço de sangue ou casamento. Acrescenta-se ainda que para Wanderley (1996) a categoria social agricultura familiar assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

⁴ O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf é uma política pública brasileira. “O Pronaf foi criado em 1996, através do Decreto 1.946,1 com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar”. O Pronaf é mais conhecido pelo crédito aos agricultores familiares. Dentre as linhas de crédito está o Pronaf Mulher com linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora e o Pronaf Jovem com financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.

⁵ Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER⁶), institucionalizada pela Lei 12.188/2010. Esse dispositivo legal preconiza o resgate dos serviços de extensão rural como política pública com o propósito de aumentar a abrangência de atuação, melhorar a qualidade dos serviços prestados aos agricultores familiares e assumir um papel estratégico na implantação de ações voltadas para o meio rural, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção do desenvolvimento rural sustentável.

No Estado de Santa Catarina, é possível compreender a influência destas mudanças concernentes à extensão rural pública a partir da investigação de trabalhos realizados pela própria Extensão Rural, desde a sua criação, em 1956, por ter sido uma das políticas públicas de Estado que historicamente direcionou seus conhecimentos e suas ações para a juventude rural.

Em conformidade com a problemática exposta, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os processos de construção social da juventude rural no âmbito dos projetos de educação não formal, implantados pela extensão rural pública e por organizações privadas, em Santa Catarina, destacando as perspectivas dos jovens rurais em relação a esses projetos. Diante deste contexto, os objetivos específicos da pesquisa são: 1) Descrever, sob uma perspectiva histórica, processos de implantação de projetos de desenvolvimento rural, instituídos e dirigidos aos jovens pela extensão rural pública em Santa Catarina; 2) Estudar os projetos de educação não formal contemporâneos instituídos pela Epagri e outras organizações de desenvolvimento rural direcionados aos jovens rurais; 3) Analisar, sob o ponto de vista de jovens rurais, a experiência da Pedagogia da Alternância com o Programa de Empreendedorismo Rural, realizado pela Epagri no município de Campos Novos/SC.

Caminho Metodológico

⁶ A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Ater e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal em 2003. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), a Pnater foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais.

Vale lembrar que a base para a construção deste estudo partiu de uma necessidade da Epagri, instituição que trabalho, tendo em vista que a mesma se encontrava em processo de discussão de que era vital investir com mais ênfase e inovação em ações com jovens rurais. Neste aspecto, a experiência do Prapem/Microbacias 2⁷, que se deu entre 2002 a 2009, apontou para a necessidade de se investir fortemente em ações com a juventude rural, o que foi considerado no processo de continuidade das ações do Programa Santa Catarina Rural⁸. Desta forma, a pesquisadora buscou a Academia, pautada por esta necessidade e pelo desejo de aprofundar questões que viessem a contribuir com o que a Epagri apontava como demanda: a atuação junto às gerações juvenis do meio rural catarinense.

No entanto, deve-se remeter ao fato de que, se foi com este propósito que a pesquisadora se deslocou da Epagri em direção à Academia, também não se pode desconsiderar que quando se chega ao meio acadêmico se encontra um programa que tem suas próprias linhas de pesquisa e que irá trabalhar com um orientador que tem, por sua vez, uma formação específica e uma linha de trabalho que direciona seu percurso. Ou seja, defronta-se com o desafio de afinar diferentes interesses e conhecimentos. Estava, portanto, posto o desafio que aliasse o desejo de estudar, mais o interesse da instituição na qual está profissionalmente inserida, ao interesse da universidade e do orientador, com os quais passou a interagir, haja vista que nenhuma dessas instâncias é de alguma forma isenta de valores, direcionamentos e intencionalidades.

O maior desafio constitui-se em conciliar um tema gerador com a linha de pesquisa da universidade que possibilitasse, em primeiro lugar, um diálogo entre

⁷PRAPEM/Microbacias2. Trata-se de um Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRAPEM/Microbacias2 assinado entre o estado de Santa Catarina e o Banco Mundial (Bird) em maio de 2002, com vigência inicial até 2008. O principal objetivo do projeto era promover o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visavam o desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável e com a participação dos atores envolvidos através: 1) Da recuperação e da conservação dos recursos naturais; 2) Do aumento da renda das famílias rurais; 3) Da melhoria da infra-estrutura social, familiar e comunitária; 4) Do aumento da participação da comunidade nas tomadas de decisões (Disponível em: <<http://www.microbacias.sc.gov.br>>).

⁸Programa SC Rural é um programa de iniciativa do Governo do Estado de Santa Catarina, com financiamento do Banco Mundial, que tem como objetivo consolidar a proposta de política pública para o desenvolvimento rural, com início em 2010 e término em 2016. Tem como objetivo Geral: Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares em Santa Catarina. Como objetivos específicos: 1) Aumentar a produtividade e qualidade das explorações e produtos agropecuários da agricultura familiar; 2) Aumentar a capacidade dos serviços públicos para promover a competitividade rural e 3) Aumentar a efetividade do setor público para gerenciar as iniciativas para o aumento da competitividade rural (MANUAL OPERATIVO, 2010).

estas diferentes dimensões e saberes e, segundo, que repercutisse em um estudo que permitisse criar uma proposta de trabalho sem, contudo, ignorar que desse uma resposta à Empresa e, simultaneamente, contribuir com a inovação, a criatividade e o comprometimento social.

Se no meio acadêmico há um potencial de inovação, tendo em vista ser um espaço de estudo e pesquisa constante e permanente, na Epagri, da mesma forma, não se pode desconsiderar que a pesquisadora acumula experiência advinda do trabalho na extensão rural de Santa Catarina. Isso significa dizer que se diferenciava de estudantes que ainda não tiveram a oportunidade de passar por vivências extra-acadêmicas no que concerne à construção de conhecimentos. Neste caso, somava-se um conhecimento advindo e acumulado na atuação e reflexão profissional.

Logo, outro desafio foi desvincular-se da prática profissional que continha, de certa forma, um olhar entusiasmado, para um olhar crítico pautado pelo exercício de estranhamento no sentido de empreender um olhar exógeno do tema a ser estudado. Ou seja, um olhar mais científico sem, contudo, desconsiderar a base que a subsidia, advinda da realidade empírica, pois ambas são práticas complementares.

Portanto, tornou-se necessária uma busca contínua de integração e de diálogo entre os pressupostos da Academia e os que dizem respeito à Epagri a fim de serem aproximadas diferentes visões e áreas de conhecimento em prol da temática à qual a pesquisadora se propôs a investigar, “Juventude rural e extensão: projetos institucionais e perspectivas juvenis”.

Destaca-se aqui a importância da participação de diferentes disciplinas ofertadas pelo PPGExR⁹ e, principalmente, a forma com que alguns professores conduziram as aulas, proporcionando debates, introduzindo bibliografias e também valorizando o conhecimento dos acadêmicos que continham um vasto conhecimento na área de extensão. Sobretudo contribuindo para que os mesmos se afastassem do objeto de estudo para então enxergá-lo de maneira mais crítica.

Durante o percurso enfrentam-se muitos desafios ao mesmo tempo em que surgem oportunidades. Neste aspecto, a pesquisadora deparou-se com uma possibilidade de aprimoramento do conhecimento sobre a juventude, para a qual se debruçou diante da proposta e do incentivo de seu orientador. Com esse intuito, pôde fazer um intercâmbio na Espanha, na *Universidad de Lleida – Cataluña*, que a

⁹Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

oportunizou manter contato com o renomado antropólogo Carles Feixa. Ao cursar a disciplina *Juventud y Globalización*, no *Master Interuniversitário em Juventud y Sociedad*, tendo acesso a novos conhecimentos bibliográficos, informações e debates que não teria oportunidade se não tivesse aceitado o desafio de um intercâmbio internacional presencial.

A metodologia que atende aos capítulos é de natureza descritiva, aliada à análise dos dados que se faz à medida que o texto avança. No que diz respeito à descrição, compartilha-se com Vilela e Koch (2001, p. 549) o pressuposto de que a mesma consiste na exposição das propriedades, qualidades e características de ambientes, ações ou estados, além de situar o contexto histórico. No caso desta dissertação, tal método possibilitou descrever as características do trabalho com a juventude rural realizado pela extensão rural em Santa Catarina, desde 1956, com enfoque nos últimos cinco anos, e em outras instituições de desenvolvimento rural.

Em relação à obtenção de dados, este estudo contemplou diferentes procedimentos metodológicos que envolveram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o propósito de construir o marco referencial teórico sobre a juventude através de consulta em livros, teses, dissertações, artigos e demais publicações relativas à temática da juventude e, em específico, da juventude rural.

No segundo momento do trabalho ocorreu o levantamento de dados junto aos arquivos da Epagri, sobre os programas e as ações voltadas ao público jovem, no período acima citado, desde o início da Extensão Rural em Santa Catarina, em 1956, com maior aprofundamento nos trabalhos realizados nos últimos cinco anos. Esta pesquisa documental forneceu informações sobre as ações, intenções e os resultados alcançados. A partir das regras explícitas e implícitas dessas ações, emergiram dados que contribuíram com a compreensão dos diferentes programas dirigidos aos jovens rurais e os significados da integração da juventude nas instituições sociais de desenvolvimento rural. Para desenvolver essa pesquisa, utilizaram-se materiais como planos e relatórios internos dos diversos programas para juventude rural coordenados pela Epagri. Destaca-se que o acesso à biblioteca, relatórios internos, manual operativo, programas e projetos da Epagri, foram relevantes, pois a pesquisa documental forneceu informações sobre as ações, intenções e os resultados alcançados.

Assim, também fez parte do *corpus* de pesquisa o levantamento de dados de campo, pois, a partir dos pressupostos de Minayo et al. (1994), o campo, na pesquisa qualitativa, é o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada. A autora destaca que, em se tratando de pesquisa social, além do recorte espacial, que diz respeito ao lugar primordial ocupado pelas pessoas e pelos grupos, esse recorte envolve também uma dinâmica de interação social entre os sujeitos de uma determinada história a ser investigada. Desta forma, o campo tornou-se, conforme Gil (2010) um local de interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos. Buscou-se, portanto, extrair a partir das perspectivas dos jovens rurais e dos representantes das instituições de desenvolvimento rural, nos seus contextos sociais, o conhecimento necessário para compor o conjunto de dados deste estudo.

Como explica Demo (2002), o conhecimento e a aprendizagem são atividades humanas que expressam de maneira exuberante processos não lineares, além de serem imateriais, logo, propôs-se a trabalhar com *sujeitos* e não com *objetos* de estudo como metodologia de pesquisa por considerar-se que esses sujeitos possuem conhecimentos capazes de enriquecer as propostas da pesquisa.

Este trabalho, por envolver sujeitos, deseja resultar em mais do que um simples detectar de realidade ou de composição de um requisito acadêmico, uma vez que deseja constituir-se uma contribuição efetiva às instituições de desenvolvimento e à academia para que possam avançar em propostas a serem construídas para e com a juventude rural. Isso porque, segundo Demo (2002), uma abordagem reconstrutiva não pode se reduzir à ideia de reposição de conhecimento, tal qual havia antes, ou de apenas reorganizá-los, mas à ação de reordená-los e agrupá-los de outra forma para que resulte em um processo criativo.

Dessa forma, os pressupostos anteriormente elencados respaldaram uma triangulação de informações que contemplou: 1) registros documentais da Extensão Rural Pública, 2) revisão bibliográfica e 3) entrevistas, estas realizadas no trabalho de campo no município de Campos Novos.

O estudo de campo envolveu a realização de entrevistas semi-estruturadas individuais, voltadas a três grupos de agentes sociais. Num primeiro momento, as entrevistas foram dirigidas a um grupo de 11 jovens rurais, de um total de 25 jovens que participaram de um projeto piloto chamado “Programa Empreendedorismo do

Jovem Rural”, que ocorreu de 2007 a 2009, da parceria entre a Epagri e o Instituto Souza Cruz. Estes jovens fazem parte da Associação dos Jovens Empreendedores Rurais (ADJER)¹⁰, oriundos de vários municípios do entorno do município de Campos Novos, região do meio Oeste de Santa Catarina, caracterizado pela agricultura familiar e que foi sede do projeto em 2007. Assim, a composição da amostragem de jovens rurais seguiu critérios não probabilísticos, pois os jovens entrevistados participaram do mais recente trabalho direcionado aos jovens rurais pela Epagri embasada na proposta da Pedagogia da Alternância.

Complementarmente às entrevistas com jovens, foram realizadas entrevistas com representantes da extensão rural pública e das organizações, Cooperativa Camponovense (COOCAM), Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos (COOPERCAMPOS), Sindicato dos Produtores Rurais de Campos Novos, que direcionam ações para a juventude rural.

Por que entrevistar outras instituições e organizações de desenvolvimento rural? A escolha se deu tendo em vista que a Epagri não é a única instituição que direciona ações com jovens rurais no território da pesquisa. Importa saber das mesmas, quais as propostas que estão sendo pensadas para os jovens rurais, neste espaço territorial.

Por que estas instituições foram escolhidas? Segundo informações de dirigentes locais da Epagri de Campos Novos, as organizações que integram o estudo possuem trabalhos relevantes dirigidos aos jovens rurais e ao mesmo tempo de trajetórias históricas diferentes.

Antes de realizar o levantamento de dados a campo, elaborou-se um roteiro de entrevistas semi-estruturadas, composto de categorias de análise, que foram estabelecidas a partir da experiência profissional da pesquisadora, do diálogo com o orientador e de leitura bibliográfica especializada sobre a temática da juventude. O roteiro das entrevistas não foi, todavia, estabelecido como algo fechado, uma vez que se considerou a possibilidade de abertura para outras contribuições que não haviam sido cogitadas quando da elaboração dessa técnica de coleta de dados da realidade.

¹⁰ ADJER - Associação de Jovens Empreendedores Rurais (ADJER). Foi criada a partir do projeto-piloto de Empreendedorismo do Jovem Rural em 2007. Sua missão: Contribuir para a permanência do jovem no meio rural, através da mobilização para o empreendedorismo e o protagonismo juvenil nos processos de desenvolvimento sustentável e sucessão na agricultura familiar.

Ao observar o contexto das intervenções, foram acrescentadas entrevistas individuais com jovens egressos dos Clubes 4 – S, escolhidos de forma intencional.

A escolha destes sujeitos visou contemplar relatos a respeito da metodologia dos Clubes 4 – S a partir de suas visões e experiências vividas no projeto e que de certa forma ainda permeia as intervenções atuais, embora num contexto histórico, cultural econômico e social bastante distinto do tempo dos tempos 4 – S, em que a questão sucessória ainda não era um problema para as propriedades.

Para a realização das entrevistas procedeu-se, inicialmente, à escolha de informantes-chave, as quais, segundo Lakatos e Marconi (1992), são pessoas escolhidas por seu conhecimento da realidade a ser estudada e que contribuem na definição da amostra e/ou nas questões a serem observadas. Assim, a amostragem das narrativas e das entrevistas foi intencional. Segundo Soriano (2004), a amostragem denominada intencional é feita a partir de casos “representativos” da população estudada. Logo, sua afirmativa corrobora a intenção da obtenção de dados relevantes para o presente estudo.

A realização das entrevistas para os três grupos foram previamente agendadas e realizadas nos domicílios e nas sedes das instituições e organizações. Inicialmente, eram feitos os esclarecimentos sobre a pesquisa, e, a seguir, era lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Uma vez aceita a participação, era iniciada a entrevista, conforme roteiro pré-estabelecido, sendo registrada com o auxílio de uma filmadora, também de livre consentimento do entrevistado. Esta técnica permitiu rever informações importantes apontadas pelos entrevistados.

Em relação aos processos de análise e interpretação dos dados coletados, tem-se que os mesmos objetivam o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação por meio de sua organização e síntese e a busca de sentido mais amplo das respostas mediante sua ligação com outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 2010).

Campo da pesquisa

Compôs o campo desta pesquisa a região de Campos Novos, que faz parte do Meio Oeste catarinense, onde se desenvolveu o projeto-piloto denominado “Programa Empreendedorismo do Jovem Rural”, nas residências das famílias dos jovens em suas respectivas comunidades rurais, por onde circulei em busca de sua

visão a respeito do que era meu propósito de pesquisa. Também foram consideradas as sedes de diferentes instituições de desenvolvimento rural.

É necessário registrar que Santa Catarina possui uma área de 95.400 km², o que representa 1,1% do território nacional e 16,5% da região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). O Estado está dividido em grandes regiões denominadas mesorregiões, com base em características geográficas, culturais e demográficas. A mesorregião do Oeste Catarinense é uma das seis mesorregiões de Santa Catarina, formadas pela união de 117 municípios agrupados em cinco microrregiões, que fazem fronteira com as mesorregiões de Norte Catarinense (nordeste) e Serrana (sudeste), com os estados do Paraná (norte) e Rio Grande do Sul (sul) e com a Argentina (oeste).

O estado de Santa Catarina é constituído segundo o IBGE em seis mesorregiões - Grande Florianópolis, Norte catarinense, Sul catarinense, Vale do Itajaí, Planalto Serrano e Oeste catarinense, numa composição de 295 municípios. Já, o governo de SC, em processo de descentralização administrativa, é constituído de 36 secretarias de desenvolvimento.

O espaço de pesquisa encontra-se na mesorregião oeste catarinense, mais especificamente na região de Campos Novos e municípios vizinhos. Essa região é caracterizada pela existência de comunidades com estabelecimentos de pequeno e médio porte, colonizados por imigrantes italianos, alemães, austríacos e japoneses. Sua atividade econômica está baseada na agroindústria, na criação de bovinos e na produção de maçã. Também há indústrias expressivas do pólo metalomecânico e madeireiro.

Os principais municípios são Joaçaba, Caçador, Videira, Fraiburgo e Campos Novos, com destaque para Treze Tílias e Piratuba, cidades com grande atividade turística em função de fontes hidrominerais termais. A economia da região está fundamentada na produção agropecuária, com destaque para a produção de suínos e aves e, nos últimos anos, pela consolidação da bacia leiteira. De colonização recente, se comparada a outras regiões do Brasil, esta região detém o maior complexo agroindustrial de suínos e aves do Brasil, conquistando mercados distantes no país e no exterior (TESTA et al., 1996).

A base do crescimento econômico da região Oeste de Santa Catarina tem sido a produção familiar diversificada, voltada ao mercado, diretamente relacionada aos tipos de recursos naturais disponíveis e associada à agroindústria. O fato de a

região ter sua economia baseada na agropecuária lhe confere um alto grau de dependência econômica do setor agropecuário, sendo a maioria constituída de pequenas propriedades com relevo inclinado e solo pedregoso, o que reduz a disponibilidade de terras aptas às culturas anuais.

Vale notar que as pequenas propriedades diferenciam-se entre si por características que lhes conferem um alto grau de heterogeneidade. Testa et al. (1996) apontavam que a distinção desses grupos é fundamental, tanto para o desenvolvimento de tecnologias quanto para o estabelecimento de políticas públicas de apoio, adequadas às reais condições dos agricultores em cada categoria, sobretudo para o trabalho direcionado aos jovens rurais.

A despeito do alerta feito em trabalhos como o acima citado, a população jovem responde, até o momento, pelo maior contingente do êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar no Oeste e no Meio Oeste de Santa Catarina, onde o envelhecimento da população soma-se a um severo processo de masculinização do meio rural. No Oeste de Santa Catarina, as moças estão deixando o campo antes que os rapazes, e numa proporção bem maior, conforme apontam os estudos de Abramovay et al. (1998, p.16). Para os autores, esse viés de gênero no êxodo rural não parece estar ligado às oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas às precariedades nas perspectivas para os jovens no campo.

O viés de gênero encontra respaldo na preocupação de Durston (1996), quando destaca a necessidade de perceber as diferentes situações nas quais a agricultura e o meio rural são, para os jovens, uma escolha preferencial ou uma impossibilidade de realizar um projeto pessoal. Ou, como afirmado por Silvestro et al. (2001): a escolha de o jovem ficar ou não no meio rural deve ser uma “escolha” e não uma “fatalidade”.

Paulilo (2006) reconhece que o estado de Santa Catarina é visto como referência nacional, e mesmo internacional, quando se trata de agricultura familiar pelo reconhecimento da riqueza, tanto das tradições quanto das novas experiências que convivem nesse Estado ao Sul do Brasil. No entanto, para a autora, é preciso não se deixar iludir pelo estereótipo de uma forma de agricultura homogênea sem perceber as diferenças existentes entre grupos e os conflitos internos dos membros das unidades domésticas. Isso implica na necessidade de dar atenção e perceber

que a construção social da juventude rural ocorre de forma distinta em diferentes contextos culturais, e que podem ocorrer conflitos entre as diferentes gerações.

Tendo em conta a heterogeneidade enfatizada, a delimitação deste estudo deu-se não somente pela questão geográfica, mas, sobretudo, pela perspectiva de ir ao encontro dos jovens rurais que participaram do “Programa Empreendedorismo do jovem rural”, que teve como sede o Centro de Treinamento (CETRECAMPOS), em Campos Novos.

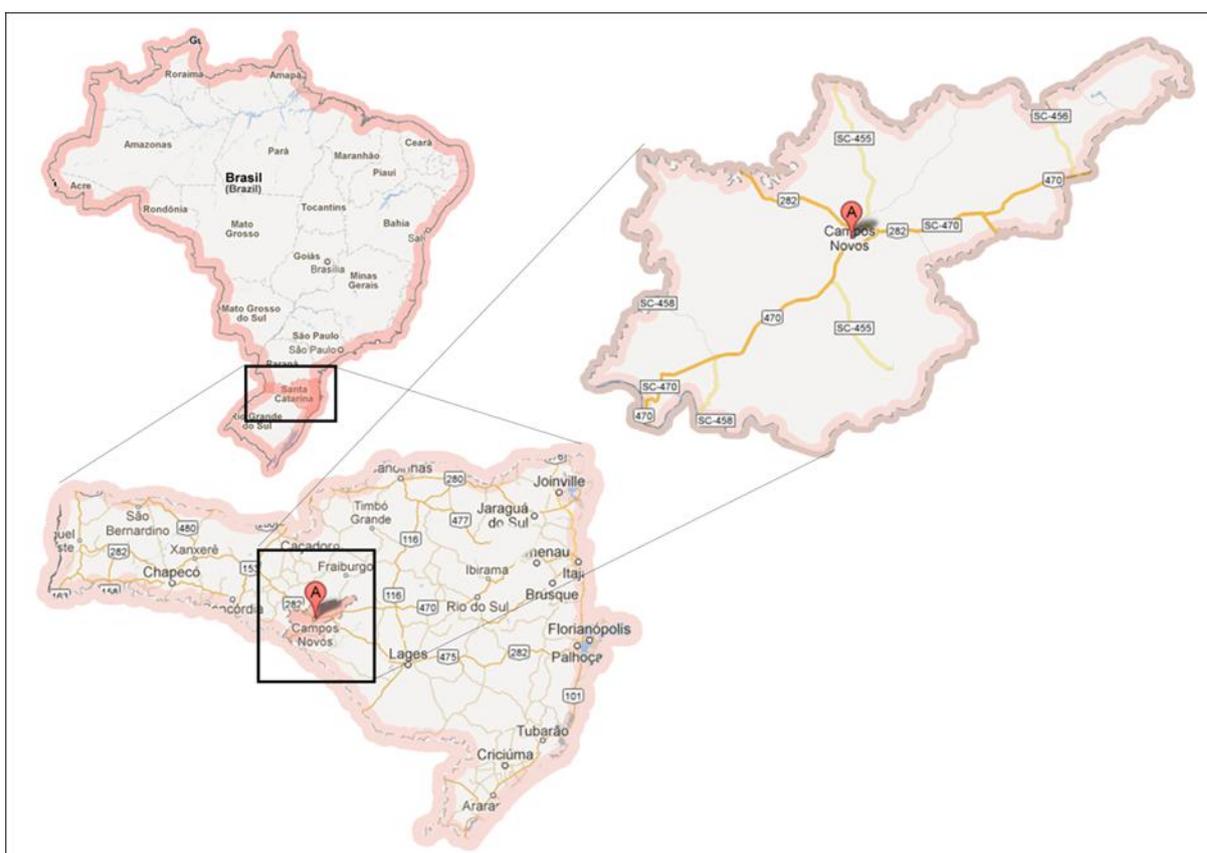


Figura 1- Localização do Estado de Santa Catarina com destaque para Campos Novos

Fonte: Google Mapas, adaptado por Rafael Rocha.

Plano da obra

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro aborda a construção histórica da juventude rural, traz um recorte de como as instituições de desenvolvimento, especialmente a extensão rural pública tratou a integração dos jovens nas políticas e projetos no contexto da modernização da agricultura, bem como as intervenções direcionadas a essa categoria. Procurou-se, também,

reconstruir os processos históricos de atuação da extensão rural com os clubes 4 –S e sua importância socioeconômica para os jovens, com o intuito de dar ênfase ao primeiro investimento de trabalho com a juventude rural por parte da extensão rural pública de Santa Catarina como parte de sua história. Para esse capítulo os entrevistados foram ex-sócios 4 – S.

O segundo capítulo expõe as diferentes experiências de trabalho com a juventude rural por parte da extensão rural pública e de três organizações de desenvolvimento rural, COOCAM - Cooperativa Agropecuária Camponovense, COOPERCAMPOS - Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos e do Sindicato dos Produtores Rurais de Campos Novos. Mais especificamente, aborda os programas que cada instituição utiliza para direcionar ações com os jovens rurais. Para esse capítulo, foram entrevistados representantes das respectivas instituição/organizações.

O terceiro capítulo buscou-se identificar significados ao projeto-piloto do “Programa de Empreendedorismo do jovem rural”, baseado na metodologia da Pedagogia da Alternância, realizado em parceria entre a Epagri e o Instituto Souza Cruz, nos anos de 2007 a 2009 em Campos Novos/SC, a partir da visão dos próprios jovens egressos do referido projeto. Bem como evidenciar as influências da intervenção de Estado, no caso da Epagri, nos projetos de vida e de trabalho dos jovens rurais, destacando os condicionantes, as possibilidades e as expectativas futuras na visão dos próprios jovens, em relação à contribuição da extensão rural pública.

Por último, apresentam-se as considerações finais geradas pelo estudo e recomendações para ações futura.

CAPÍTULO I

A JUVENTUDE NOS PROJETOS DE EXTENSÃO RURAL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Até meados do século XX, as sociedades não reconheciam a existência de uma idade específica da vida que correspondesse à que atualmente denominamos “juventude”. As socializações e as passagens pelos diferentes períodos da vida não eram tão evidentes e nem demarcadas com tanta clareza. Especialmente para as gerações juvenis dos espaços agrários latino-americanos, somente após a Segunda Guerra Mundial instituíram-se leis, políticas públicas e escolas dirigidas criando espaços sociais para a emergência de uma “juventude rural” integrada em instituições sociais e em programas de desenvolvimento rural. No contexto da Guerra Fria, e com a modernização da agricultura na América latina, a juventude passa, então, a ser problematizada socialmente.

Neste contexto, emerge a intervenção de diversos organismos internacionais com a intenção de criar mecanismos para inserir a juventude rural nos processos de desenvolvimento que se capilarizaram em todo o mundo, principalmente na América Latina, incluindo o Brasil, e nele, Santa Catarina.

O objetivo deste capítulo é abordar como as instituições de desenvolvimento integraram a juventude rural como um público específico a fim de promover a modernização da agricultura. A análise recai sobre as formas de inserção dos jovens rurais na pauta das instituições de extensão rural que atuaram com a juventude rural no Brasil e em Santa Catarina iniciando com os Clubes 4 – S.

A partir de uma abordagem histórica da implantação dos projetos de desenvolvimento rural dirigidos aos jovens rurais no Brasil e em Santa Catarina, através da extensão rural pública, procurou-se fazer uma contextualização dos processos de construção social da juventude, apropriando-se do conceito de “juventude” cunhado por autores como Feixa (2004), Urteaga (2011), Savage (2009) e Groppo (2000).

Sendo assim, este capítulo está organizado em quatro seções. A primeira seção enfoca os processos sociais de construção histórica da juventude que,

a priori, é vista como uma etapa de vida cronológica, embora o avanço no entendimento sugira ir além dos aspectos físicos e cronológicos. A segunda aborda a Juventude rural como categoria social, apontando como a sociedade reconheceu, por meio de instituições de desenvolvimento, a juventude rural como categoria social no final do século XIX, sobretudo por influência das instituições de extensão rural. A terceira seção descreve a trajetória dos projetos de desenvolvimento rural dirigidos aos jovens, e que foram instituídos na América Latina, no Brasil e em Santa Catarina, por meio da Extensão Rural com os Clubes 4 – S. A última faz uma análise do programa com Clubes 4 – S na visão de ex-sócios quatroessistas, os quais, passados mais de 25 anos, relataram o que representou em suas vidas a participação no clube.

1.1 A construção histórica da juventude rural

O século XX foi marcado por duas grandes guerras e inúmeras transformações culturais. Dentre estas transformações culturais, uma delas, a valorização da juventude, tem origens muito mais antigas do que se possa imaginar. A partir de uma perspectiva antropológica mais recente, Feixa (1993), professor da Universidade de Lleida – Catalunya, em *La Juventut como uma metáfora*, construiu um marco teórico cuja proposta se volta para contribuir com um melhor conhecimento e entendimento sobre a juventude. Segundo o autor, para compreender os processos de construção social da juventude há necessidade de analisar-se os contextos sociais e culturais em que os jovens vivem.

Feixa (1993) considera que as noções de juventude, durante algum tempo, foram pouco polissêmicas. O conceito, em princípio, envolvia basicamente os aspectos psicológicos e biológicos de adolescência e puberdade. O autor descreve que em uma concepção científica moderna, cinco são as definições que emergem mais claramente a respeito do tema e que correspondem respectivamente a cinco categorias ou etapas. Vejamos:

1. A juventude como condição biológica: corresponde a um processo de amadurecimento individual da espécie humana em que ocorre a maturação sexual, identificada como puberdade, em que acontece o crescimento físico.
2. A juventude como um estado psicológico: define-se como um estado da vida individual determinada por processos psicológicos endógenos que conduzem à formação da personalidade adulta. Esta fase se expressa,

sobretudo, no amadurecimento emocional e mental, com tendências a crises de romantismo, de delinquência e de militância radical.

3. A juventude como grupo etário: agrupa um conjunto de indivíduos definidos pela idade. Porém esse limite não é universal na sociedade. Pelo contrário, tem se mostrado variável, podendo ser de 18 a 24 anos ou de 15 a 29. Isso se falarmos apenas de sociedades ocidentais.

4. A juventude como um ciclo de vida: identifica um período biográfico situado entre o fim da infância e a plena inserção social, caracterizado por diversos momentos de transição (como por exemplo: ordem de escolaridade, ingresso na vida ativa, emancipação da família de origem, matrimônio, fecundação etc.). Nesta fase o indivíduo passa por um período em que se atribuem alguns valores que variam de acordo com a sociedade e o momento histórico. Essa maneira de compreender a juventude é uma característica predominante da sociologia ao entendê-la como um aspecto que depende da trajetória individual.

5. A juventude como geração: que corresponde aos jovens nascidos na mesma época é um sentido de contemporaneidade. (FEIXA, 1993, p.12 - 15).

No entanto, Feixa (1998, p.19) nos alerta para que compreendamos que “não se pode identificar o nascimento da juventude com uma data precisa, nem confundir-lo com o surgimento de teorias sobre este período da vida”. Em sua concepção, a juventude é tida por uma série de condições sociais como normas, comportamentos e instituições que distinguem jovens de outros grupos de idade e também por, uma série de imagens culturais: valores, atributos e ritos especificamente associados aos jovens. Para o autor, a democracia cultural, com a importante dimensão do processo político do Século XX, revelou ser a mediação através do qual os jovens põem em movimento suas capacidades, energias e inquietudes.

Assim, com o propósito de entender o contexto social do surgimento da juventude, e tendo em conta que a literatura aponta a importância de aspectos que vão muito além dos físicos ou cronológicos, utilizou-se da concepção de Feixa (2004, p. 257), segundo a qual, “a juventude é uma construção sociocultural relativa, em um tempo e um espaço e que se apresenta como uma fase de vida, situada entre a infância e a fase adulta”. Ou seja, a juventude deve ser pensada como categoria social, muito mais do que uma fase de um período de crescimento físico, ou do que problema ou rebeldia. Considera-se como central pensá-la como processo de desenvolvimento pessoal e social, de capacidades e potencialidade, e não somente como indivíduos ajustados aos papéis de uma sociedade complexa, hegemônica que impõe domínios e ordens.

Essa concepção reforça a proposta de Urteaga (2011), antropóloga e investigadora na linha de pesquisa “Jóvenes y sociedades contemporâneas” na Universidad Autónoma Metropolitana do México. Ao referir-se ao conceito de

juventude, a autora ressalta “tanto os conceitos de infância” como “os de juventude são formações discursivas construídas em cada cultura em diferentes momentos históricos” (URTEAGA, 2011, p.151).

A autora menciona ainda que um ponto em comum para alguns investigadores é aquele que deve considerar a juventude como uma construção sociocultural, variável nas formas e nos conteúdos, no tempo e no espaço. Esta abordagem é extremamente pertinente, pois se contrapõe à concepção essencialista de “adolescência” como um período fixo, estático, fechado e homogêneo. Para Urteaga (2011), esta definição nos permite reconhecer, metodologicamente, o jovem como um ator juvenil altamente complexo e diverso em suas práticas e percepções sobre a vida; de modo histórico, social e culturalmente situado.

Por fim, o conceito de juventude é amplo. Por isso mesmo existe uma enorme diversidade de entendimentos, sendo considerada como uma fase da vida, compreendida entre a infância e a vida adulta, que se dá em diferentes tempos, espaços e situações sociais. Contudo, compactua-se com a assertiva segundo a qual importa compreender a juventude muito além de um conceito, como se refere Urteaga (2011):

Más do que um concepto, és un campo conceptual o interpretativo, compuesto por nociones e instrumentos metodológicos que nos ajudam a reflexionar teoricamente sobre el conjunto de investigaciones y estudios que se realizan en torno de los jóvenes de carne u hueso, desde vários acercamientos, esto es, ayudan a comprender la construcción de la juventud como una institución social.(URTEAGA, 2011, p. 154).

Bourdieu (1983, p.115) traz uma abordagem relativa à juventude que amplia a reflexão sobre o tema ao se referir que “La juventud no es más que una palabra”. Para elucidar essa questão, utiliza-se da metáfora que “somos sempre o jovem ou o velho de alguém, é por isso que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objeto de manipulações”. O que o autor quer lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dadas, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas, pois a relação entre juventude e maturidade, segundo o autor, é um jogo de lutas dentro de um campo social. Na idade Média, o limite entre a juventude e a idade adulta já era manipulado por quem

detinha o patrimônio, para manter em um estado de juventude, isto é, de irresponsabilidade, os jovens nobres que pretendiam suceder a sucessão.

1.2 Os jovens rurais nos projetos de extensão

Entendendo que a juventude não é homogênea, que está singularmente constituída e que está sujeita a circunstâncias diversas em diferentes contextos, nessa seção aborda a emergência da juventude rural como categoria social.

Retomando Feixa (2004), cabe lembrar que a juventude não apareceu massivamente no cenário público como condição social difundida entre as diversas classes sociais e/ou como imagem cultural nitidamente diferenciada, pelo menos até o limiar do século XX. As sociedades americana e europeia foram, no final do século XIX, as primeiras a reconhecerem a juventude rural como categoria, sobretudo por influência das ciências agrícolas, as quais percebiam a necessidade de expansão do desenvolvimento agrícola através de uma agricultura moderna. Na América Latina, o trabalho destinado à juventude rural foi implantado ao final dos anos 1940, através da intervenção de organizações internacionais que induziram os governos a reconhecerem a existência da juventude rural como uma categoria social com potencial específico e transformador.

Buscando compreender esta intervenção voltada à construção social da juventude rural, respaldei-me em Marin (2009), especialmente no artigo em que aborda, sob uma perspectiva histórica, a construção da juventude rural em países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, bem como a sua internacionalização na América Latina quando os jovens eram vistos como sujeitos sociais a serviço do desenvolvimento do capitalismo industrial, visando à objetivação do modelo de modernização da agricultura disseminada na América Latina depois da Segunda Guerra Mundial.

Marin (2009) aponta que a juventude rural foi resultado de um longo processo de construção social, desencadeado pela expansão das relações capitalistas de produção no campo. Com o desenvolvimento das forças produtivas, os poderes públicos e privados uniram-se para investir na formação da população rural, especialmente nas gerações mais jovens, com vistas à difusão de novos conhecimentos, processos de produção agrícola e tecnologias modernas, com o intuito de melhorar as condições de vida da população rural.

Os estudos de Marin (2009) demonstram que a concepção de juventude rural foi uma invenção da sociedade industrial, sendo cunhada no âmbito de projetos desenvolvimentistas, quando diferentes organizações sociais foram criadas com interesse diretamente voltado para a faixa etária dos jovens. Constituiu-se, assim, o reconhecimento universal da juventude rural, principalmente a partir da expectativa de que essa categoria necessitava ser preparada técnica e ideologicamente para a modernização da agricultura.

A característica marcante desta forma de intervenção estava centrada no processo educativo. Uma das formas de ação se deu através de instituições voltadas à extensão agrícola. Em meados do século XIX, na Europa, os serviços de extensão agrícola foram pensados como um complemento, sobretudo à educação técnica dos jovens, e para a organização dos serviços de extensão pelos próprios agricultores através de suas associações e cooperativas. Os colégios agrícolas e os departamentos de agricultura das Universidades ofereciam serviços de treinamento e consultoria.

Fundamentando-se nos estudos de Feixa (2004) sobre a construção social da juventude nas sociedades rurais europeias, Marin (2009) destaca que a juventude foi considerada uma fase da vida de relativa dependência econômica e social, sobretudo pela subordinação e dependência em relação à família. Apesar de fazer parte essencial da força de trabalho doméstico, os jovens ocupavam uma posição subalterna no que diz respeito às relações de produção. A juventude rural não gozava de prestígio nem de poder, uma vez que se mantinha subordinada ao chefe de família, sendo os jovens inseridos precocemente nos trabalhos domésticos e agrícolas.

Feixa (2004) acrescenta ainda que somente com o casamento seriam adquiridos o respeito e a responsabilidade. Nesse aspecto, apesar da sua prematura e importante contribuição ao trabalho agrícola e doméstico, os jovens rurais não recebiam o reconhecimento social, sendo desprovidos de poder na comunidade. Pode-se dizer que esse perfil de subordinação ainda se manifesta até os dias atuais, constituindo-se em uma das principais queixas e motivos para o abandono do rural e para a busca de emprego nas cidades.

Com o advento da sociedade industrial, a escola surgiu como a instituição-chave na formação da juventude para integrá-la no processo industrial. De acordo com Mendras (1978 apud MARIN, 2009), a escola foi consolidada como o principal

instrumento de poder sobre os agricultores, conseguindo romper com sua autonomia cultural, facilitando a modernização tecnológica, a padronização da língua e o êxodo rural, bem como a assimilação de novas referências divulgadas por diversos meios de comunicação de massa.

Nesse contexto, e paralelo à escola, surgem outras instituições destinadas à modernização da agricultura, como os serviços de extensão rural, pesquisa agrícola e crédito rural, que não ignoram a necessidade de incorporar as gerações juvenis nos processos de desenvolvimento rural.

De acordo com Olinger (1996), a extensão rural como serviço público dirigido às populações rurais se originou nos Estados Unidos a partir da necessidade de intensificar a produção agropecuária, ocasião em que havia abundância de terras agricultáveis, mas cuja escassez, o do elemento humano, seria sanada pelo preparo para o exercício da atividade agropecuária sob as novas bases tecnológicas modernas. Como faltavam pessoas preparadas para trabalhar na agricultura de forma produtiva e lucrativa, pautada em novas tecnologias e novos procedimentos administrativos, a extensão rural chegou com a missão de “*habilitar*”¹¹ os agricultores para aumentar a produção através do incremento de insumos, máquinas modernas e da ampliação do crédito rural.

Registra-se que nos primeiros anos do Século XX o norte americano Seaman Knapp, professor de agronomia no Estado da Louisiana, utilizou-se de métodos educativos para ajudar os agricultores. Knapp instalou em cada município do Estado da Louisiana uma propriedade demonstrativa como método educativo para difundir novas técnicas de cultivo para os agricultores. Tais propriedades funcionavam como unidades de observação, pois era preciso provar a validade das recomendações. Knapp partia do princípio de que o agente de extensão tinha a missão de ajudar os agricultores a ajudarem a si próprios. Nascia, com ele, o princípio pedagógico que recomenda “ensinar a fazer, fazendo”, princípio que, de acordo com Olinger (1996, p.17), era “de indiscutível eficácia para quem pretendia realizar mudanças nos hábitos, atitudes e habilidades, principalmente entre os pequenos e médios agricultores”.

A extensão rural, a princípio considerada como “agronomia social aplicada”, recebeu seu escopo filosófico e institucional com a promulgação da Lei Smith Act,

¹¹Itálicos da pesquisadora visando atentar para como se viam as populações rurais.

em 1914, nos Estados Unidos. O propósito principal da referida lei era promover a veiculação entre a população rural americana que não tinha acesso aos Colégios Agrícolas de *conhecimentos úteis e práticos* relacionados à agricultura, pecuária e economia doméstica como forma de adotar modos mais eficientes de administração da propriedade rural e do lar (FURTADO FILHO; SILVA; FRANCO, 1996).

Sob o ponto de vista de Bechara (1954, p.2), esse era o modelo clássico de fazer extensão rural. Ou seja, transmitir conhecimentos ao povo rural e levar os problemas do povo para as fontes de pesquisa. Essa forma de comunicação era o meio pelo qual o povo rural acessava novas tecnologias. A característica marcante dessa extensão estava centrada no processo educativo, que era considerado também um complemento à educação técnica, principalmente para os jovens.

Após a II Guerra Mundial, essa metodologia de educação rural informal chegou à América Latina dentro do conjunto dos propósitos da “Revolução Verde”. O interesse de promover mudanças tecnológicas e sociais confluiu na criação e organização dos Serviços de Extensão implantados nas regiões consideradas subdesenvolvidas. Na época, as populações latino-americanas eram identificadas e consideradas, na sua maioria, como muito pobres e com um grande atraso tecnológico, porquanto a solução encontrava-se nas experiências americanas bem sucedidas.

Essa ideia foi encampada pelos governos, incluindo o do Brasil, por meio de convênios com as agências norte-americanas de Extensão Rural. No entendimento de Fonseca (1985, p. 41), para disseminar os ideais da modernização da agricultura os agentes vinculados à extensão rural se utilizaram do “entusiasmo” na concepção de que era necessário informar e persuadir os agricultores a adotarem melhores práticas agrícolas, com vistas a atingir um aumento significativo na produção de alimentos. Fundamentava-se também essa modernização no princípio educativo de que *quem sabe o que é melhor para os agricultores são os cientistas e técnicos*. Para implantar os Serviços de Extensão Rural nos países considerados subdesenvolvidos, foram tomadas providências e complementações a fim de adequar o modelo extensionista americano à realidade do subdesenvolvimento.

É importante lembrar que foi adotado o modelo de extensão rural conhecido como “difusionista-inovador”, sendo que o grande mentor dessa adequação ao mundo subdesenvolvido foi Everett M. Rogers. De acordo com Fonseca (1985,

p.42), os referenciais rogerianos colocaram ênfase no conceito de “capacidade individual de inovar”. O modelo difusionista-inovador assim caracterizava-se:

Um processo mental por onde passa o indivíduo, desde a primeira notícia de inovação até decidir adotá-la ou rejeitá-la, e afirmar depois sua resolução. Temos conceituado quatro funções dentro do processo: 1) conhecer, 2) persuadir, 3) decidir e 4) confirmar. A adoção consiste em decidir usar plenamente a ideia nova, como a melhor opção para atuar. (ROGERS, 1974, p. 27).

O processo de interação entre técnico e agricultores estava ancorado no modelo que propunha a transferência de tecnologia por métodos persuasivos, procurando enfatizar o atraso rural como um entrave para o desenvolvimento (MUSSOI, 1993, p.15). Assim, a Extensão Rural passou a ser organizada nos países latino-americanos, direcionada à agricultura e pecuária, como um projeto comunitário-educativo centrado na solução para os problemas agrícolas e sociais sob a ótica de que o desenvolvimento econômico deveria estar pautado na obtenção de melhores índices de produtividade agrícola e melhores condições de vida no campo, o que, de certa forma, se constituiu numa normativa para o extensionismo latino-americano.

Sob este prisma, o difusionismo extensionista contemplava horizontes técnicos, econômicos e culturais e vislumbrava, sobretudo, os jovens como uma categoria especial, haja vista esses serem considerados possíveis agentes propagadores de ideias e ações inovadoras nos contextos familiares e sociais, então considerados tradicionais e atrasados tecnologicamente.

Há que se dizer, entretanto, que esse modo de fazer extensão foi amplamente criticado, como registrado por Mussoi (1993) e Fonseca (1985), pois desconsiderava o saber das muitas populações que compunham a agricultura familiar e, muitas vezes não reconhecia o conhecimento tradicional, nem mesmo ponderava que, pela trajetória de conhecimento vivenciado no cotidiano da agricultura, haveria um senso crítico e a possibilidade de distintos posicionamentos por parte dos agricultores.

1.3 A Extensão Rural e a ação pioneira com a juventude: de 1950 a 1980

No Brasil, a ideia do extensionismo foi trazida pela Fundação Rockfeller, que introduziu os serviços de extensão no país em 1948, no município de Santa Rita do

Passa Quatro, em São Paulo, com o objetivo de aumentar a produção, a produtividade e, conseqüentemente, o nível de vida dos agricultores. A extensão rural entrava como instrumento de ensino e educação para os agricultores, para as donas de casa e para os jovens com a finalidade de difundir informações capazes de melhorar a agricultura (OLINGER, 1996).

Como os moldes da extensão foram baseados nos Estados Unidos, o país recebeu apoio logístico do professor John Greefing, então diretor da Escola de Agronomia de Viçosa, Minas Gerais, e ex-diretor da *American International Association* (AIA). Em dezembro de 1948, através desta instituição e do governo brasileiro, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR), serviço considerado pioneiro em nível estadual¹².

Em relação à Santa Catarina, o mesmo processo aconteceu no ano de 1956, inspirado no exemplo de Minas Gerais e por iniciativa de um grupo de líderes rurais, grupo este que esteve nos Estados Unidos para conhecer o berço da Extensão Rural do mundo. Dentre os líderes estava o engenheiro agrônomo Glauco Olinger, que foi convidado a implantar e dirigir o Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. Para tanto, contou com a consultoria de técnicos estrangeiros, sobretudo do mensageiro oficial dos Estados Unidos no Brasil, o Sr. Néelson Rockefeller. Assim sendo, no dia 29 de fevereiro de 1956 foi criado o Serviço de Extensão Rural Catarinense, sob a designação de ETA – Projeto 17. Nesse período, o país contava com aproximadamente dois terços dos 60 milhões de brasileiros no campo.

A instalação do primeiro escritório de extensão rural em Santa Catarina, denominado piloto, foi no município de São José. Com ele foi criado o primeiro clube 4 – S, na comunidade de Boa Parada, na região de Florianópolis. Inicialmente, o trabalho com os clubes 4–S era orientado por uma equipe local da Ater, constituída por uma equipe técnica constituída por um técnico agrícola e ou engenheiro agrônomo e uma profissional da área social e/ou da saúde, que tinham a meta de atender o contexto familiar e organizar no mínimo dois clubes 4-S. Porém, a dificuldade de se trabalhar com jovens, e também, por muitas vezes, o desinteresse

¹²Em 1956, membros do ETA, do Ministério da Agricultura, da AIA, da ACAR, da Confederação Rural brasileira e da ASCAR criaram a ABCAR, que tinha como missão coordenar e estimular a atuação da Extensão Rural no país, principalmente em termos de expansão e qualidade. Para Simon (1996), a criação deste órgão central coordenador reforçou um modelo de extensão que se concentrava na difusão das inovações, passando a servir aos interesses do Estado.

e despreparo dos extensionistas para com eles trabalharem, levou a Ater a definir e capacitar equipes específicas para trabalhar com esses jovens.

As ações eram orientadas para a recuperação e conservação dos recursos naturais, o aumento da produtividade de cultivos e criações, o associativismo rural, a economia doméstica e a administração rural, a profissionalização de agricultores, e o trabalho com a juventude rural. Diante desse contexto, para o desenvolvimento do foco central desta dissertação, para entender como se deu a implantação das ações com os jovens rurais, é fundamental que se compreenda a metodologia utilizada nos clubes juvenis.

Originalmente, os trabalhos com os jovens rurais foram protagonizados nos moldes dos clubes 4 – H¹³ dos Estados Unidos, e tinha como estratégia educativa adequá-los ao desenvolvimento da agricultura, haja vista que os jovens eram considerados como um potencial intelectual e de formação de uma nova mentalidade aberta para o progresso do meio rural.

Literalmente, “4 – S” significava: “Saber, Sentir, Servir e Saúde”. A filosofia fundamentava-se no princípio de “ajudar o jovem a ajudar a si mesmo”. No plano do discurso institucional, o Clube 4–S tinha como objetivo o desenvolvimento integral da personalidade dos jovens, habilitando-os a assumirem as responsabilidades que lhes cabiam como membros de um grupo organizado. Visava à melhoria da qualidade de vida da família rural através da transferência de tecnologia agropecuária e de economia doméstica, liderança e cidadania. Desta forma, o produtor, a dona da casa (como eram chamados na época) e os filhos foram definidos como beneficiários dos Serviços de Extensão Rural.

Em relação à metodologia de trabalho dos Clubes 4–S, essa se fundamentava nos seguintes princípios:

¹³ Os quatro Hs significavam:

HEAD (cabeça) – fazer com que a juventude rural compreenda e aprecie a natureza que vive. Ensinar a juventude rural o valor da pesquisa e experimentação, e desenvolver nela a atitude científica com relação aos problemas rurais e domésticos.

HEART (coração) – treinar a juventude rural numa ação cooperativa com o fim de esforços em conjunto, para que possa melhor prestar assistência na solução dos problemas rurais. Ajudar a juventude rural no desenvolvimento de ideias e “padrões” desejáveis para a agricultura, para o lar, para a vida da comunidade, para a cidadania e um melhor senso de responsabilidade para suas realizações.

HAND (mãos)–proporcionar à juventude rural instruções técnicas em agricultura e economia domésticas, proporcionando à juventude uma oportunidade de “aprender executando”.

HEALTH (saúde) – desenvolver no seio da juventude rural os hábitos de viver higienicamente, através de orientações para o uso inteligente do descanso e das horas livres e despertar ambição valorosa e um desejo para continuar a aprender, com a finalidade de ter uma vida mais ativa e mais rica (SOUZA, 2004, p. 117-118).

1) Na condição de “pessoa” - o jovem era orientado para definir seus objetivos de vida, conhecer seus direitos e deveres e saber exercitá-los, bem como a reconhecer valores de disciplina, trabalho honesto e produtivo, solidariedade, lealdade e coragem;

2) Na condição de “produtor” - o jovem era capacitado para o empresariado rural, responsável pela produção de alimentos, fundamental para a subsistência humana. A transferência de tecnologia era repassada aos jovens no intuito de promover “produção, produtividade e rentabilidade”;

3) Na condição de “cidadão” - o jovem era incentivado para assumir a responsabilidade de praticar uma agricultura de grupo, o associativismo e o cooperativismo rural (FURTADOFILHO; SILVA; FRANCO, 1996, p. 64).

De acordo com Furtado Filho, Silva e Franco (1996), os jovens rurais eram orientados por uma equipe da extensão rural que se dedicava especificamente à juventude rural, com quem conduziam projetos coletivos e individuais dentro do princípio de “aprender a fazer fazendo”. Entendia-se que o aprendizado se daria à medida que os técnicos transmitissem aos jovens o que estava sendo ensinado.

Os projetos individuais consistiam em trabalhos técnicos desenvolvidos pelo jovem na propriedade de seus pais, em que ele recebia da equipe de extensionistas o conhecimento necessário para desenvolver habilidades em novas experiências, que serviam de exemplo para seus pais e para a comunidade. O projeto era contabilizado, permitindo, assim, uma análise econômica e a comprovação do resultado financeiro. Considerava-se que o jovem estava sendo preparado para ser um empresário rural. Esses projetos individuais envolviam tanto rapazes quanto moças e estavam ligados às temáticas de agricultura, horta doméstica, pecuária, industrialização caseira e economia doméstica.

Por sua vez, os projetos coletivos eram executados em conjunto pelos associados. Como estratégia de estimular trabalhos associativos e comunitários, os projetos estavam ligados na melhoria ou implantação de hortas e lavouras comunitárias, instalação de viveiros florestais, construção e melhoria de escolas, ações no campo da saúde pública, melhoria e ampliação das obras de infraestrutura comunitárias, dentre outros. O propósito maior era inserir os jovens rurais em projetos coletivos de ajuda à comunidade, os quais abordavam o espírito cooperativista, integrando o Clube 4-S à comunidade na realização de trabalhos de interesse coletivo. Nesta modalidade, destacavam-se os trabalhos de sinalização de

estradas, proteção e canalização de água, arborização, conservação de solo e água, ajardinamento dos espaços públicos, melhoria da escola, reflorestamento de encostas, vacinações, combate à formiga e mosquitos, limpeza e proteção de rios, pintura de igrejas e escolas, construção de salões comunitários¹⁴.

Destaca-se aqui o incentivo das equipes de extensionistas para trabalhar o espírito de liderança e a dinamização dos espaços de convívio comunitário e social. Outras ações educativas incluíam excursões, gincanas, mutirões, olimpíadas, exposições, feiras, encontros, convenções, seminários, intercâmbios, concursos de produtividade, entre outros.

Naquele contexto de modernização da agricultura, o jovem rural foi considerado como “semente” capaz de auxiliar na construção da *grandeza* da agricultura brasileira, e, por consequência, do Brasil. Durante os primeiros anos foi necessário legitimar esse discurso junto aos jovens e familiares, demonstrar ao agricultor que uma prática “moderna” rendia mais do que as costumeiras e, sobretudo, induzir os jovens a produzirem de acordo com a lógica do capital (SILVA, 2002).

Uma das estratégias para estimular os jovens rurais a implantar os projetos foi a criação de uma linha de crédito específica, denominada Crédito Juvenil. Esta linha creditícia foi instituída em Santa Catarina em 1963 para financiar os projetos dos jovens afiliados aos Clubes 4 – S. Sobre isso, Furtado Filho, Silva e Franco (1996) declaram que “foi o ponto de partida para deixar claro para as autoridades monetárias do Estado que o jovem rural, tecnicamente orientado, tem plenas condições de responder com sucesso aos empreendimentos agrícolas”.

Para conseguir financiamento, era necessário que os extensionistas elaborassem um plano técnico e que fosse firmado um contrato de financiamento, assinado pelo jovem, pelo presidente do clube e pelo pai do sócio, que também deveria autorizar uma sindicância do conselho consultivo. Ao sócio caberia o compromisso de seguir as orientações técnicas. Contudo, não se tem registro de que essa possibilidade de financiamento era concedida igualmente para os rapazes e as moças. Em depoimento oral, Olinger evidenciou a importância social atribuída pelas autoridades políticas da época, aos jovens rurais:

¹⁴Havia um manual que orientava todas as ações, chamado CLUBES 4 - S – Manual para Extensionistas. Rio de Janeiro: Abcar, 1964.

O trabalho da juventude teve muito mais apoio das autoridades do que dos adultos. Costumávamos levar uma comitiva para Brasília e o presidente da república passava uma manhã conversando com os jovens. Queria saber dos seus projetos e o dinheiro saía com facilidade [...]. Isso já não se faz mais. (Depoimento concedido para esta pesquisa em Junho de 2012).

Vale lembrar que, segundo Furtado Filho, Silva e Franco (1996), o auge dos trabalhos com os clubes 4 – S ocorreu na década de 1970, quando iniciou o trabalho com equipes específicas nos municípios de Itajaí, Rio do Sul e Concórdia. Em 1986, a Ater contava com 71 equipes 4 - S, coordenadas por três coordenadorias regionais e uma coordenação estadual. Naquela época, existiam 552 clubes 4 – S e grupos de jovens.

Não obstante a proposta metodológica ter se originado de um modelo pronto para ser executado de forma linear, no qual os técnicos de extensão rural ditavam as diretrizes dos trabalhos e as maneiras de concretizá-los, o modelo implementado não deixou de ser importante para a construção social de um modelo de juventude rural integrada aos projetos de desenvolvimento. Os jovens rurais foram, então, tutelados pelos agentes sociais dos programas de desenvolvimento rural. Essa forma de atuar, segundo Savage (2009), é um modelo de massificação da juventude. Ou, como diz Groppo (2000), um modelo de caráter “oficial” advindo da sociedade moderna, que não leva em conta as singularidades.

Na metodologia dos clubes 4 – S, os jovens deveriam se adaptar ao modelo e não o inverso. Ou seja, não se cogitava pensar em um modelo que se adequasse às necessidades, aspirações e singularidades dos jovens e das comunidades rurais.

Entende-se desta forma, que a metodologia utilizada pela extensão rural pressupunha um modelo de relação vertical, como esclarece Panceri (1997), em que um agente que sabe (o extensionista) vai ensinar um que não sabe (agricultor), o que historicamente se chamou de “ação educativa”.

Se formos pensar sob a perspectiva de Freire (2000) o processo deveria ser de outra forma e o conhecimento considerado com outro sentido:

Conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aquele que se julga não saber. O conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, nas relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. (FREIRE, 1980,p.36).

O trabalho com a juventude rural em Santa Catarina se estendeu até meados dos anos 1980, sempre liderado pela extensão rural pública. No entanto, os

trabalhos nos modelos de Clubes 4 – S foram encerrados sem muitas explicações para a sociedade, tampouco aos jovens rurais. Ou seja, a relação verticalizada se manteve desde o princípio de sua institucionalização até o término das ações junto aos grupos juvenis. Se, por um lado, as ações iniciaram pelo conhecimento a ser ensinado, sem considerar o saber acumulado pelos agricultores familiares, por outro, terminaram as atividades nos mesmos moldes. Ou seja, desconsiderando-se as visões e modos de vida dos atores sociais que compunham o meio rural catarinense.

1.4 Clubes juvenis 4 – S: o ponto de vista de egressos

A análise das entrevistas está alicerçada no objetivo de captar qual a influência que os Clubes 4 – S tiveram na vida das pessoas que em sua juventude participaram de clubes 4-S. É interessante observar que os depoimentos dos entrevistados apontam algumas mudanças nas trajetórias de suas vidas, pois consideram terem sido proporcionadas positivamente aos padrões culturais, tecnológicos, ambientais e sociais que vigoravam e que, de certa forma, sofreram influência com a implantação do trabalho com a juventude rural, sob a forma da modernização da agricultura.

Do ponto de vista de ex-jovens quatroessistas, aquele foi um trabalho que mudou a vida dos jovens, das famílias e das comunidades rurais; considerado por eles como um divisor de águas – “o antes e o depois dos clubes 4 – S”. Essa concepção esteve internalizada no horizonte dos jovens que vivenciaram mudanças significativas em suas vidas, haja vista o jovem rural ser reconhecido como “sujeito tecnicamente apto para lidar com as atividades do campo e liderar o processo demodernização junto aos outros agricultores” (SILVA, 2002, p. 13).

Para Silva (2002), a Extensão Rural trouxe consigo a ideia de mudanças, sejam elas nos hábitos, nos comportamentos ou nas tecnologias. Assim, o discurso da Extensão Rural fundamentou-se de forma muito clara na constituição de um novo sujeito. Tratava-se de um sujeito que deveria estar atento às novas técnicas e tecnologias de produção destinadas ao campo. Na concepção do autor, os agentes de extensão rural percebiam que se tornava necessário conhecer melhor o comportamento da população rural para melhor persuadi-la e “conquistá-la.” Essa conquista era condição para legitimar o trabalho da Extensão Rural, inclusive com a juventude rural. Então, procurava-se introduzir conhecimentos “modernos” com o

objetivo de tornar os jovens responsáveis pela realização da modernização da agricultura brasileira.

Os depoimentos demonstram a satisfação e as mudanças desencadeadas pelos trabalhos que envolviam a organização e logística dos clubes 4 - S como: treinamento de líderes, preparação do plano de trabalho, reuniões ordinárias, dramatização, composição e participação de diretorias, planejamento e organização de trabalhos comunitários, viagens de estudo, excursões, intercâmbios e treinamento da oralidade. Todos esses são aspectos percebidos como exercícios para o desenvolvimento de cada jovem como pessoa.

Muitos entrevistados relataram que, naquela ocasião, eram muito tímidos e quase sem iniciativa e que em decorrência da participação nos Clubes 4 – S tiveram a oportunidade de desenvolver sua capacidade de falar em público, de empreender negócios ou de liderar grupos. Alguns entrevistados afirmam que guardam aquelas experiências para toda a vida, pois acreditam que a participação no clube 4 – S desencadeou mudanças pessoais, familiares e sociais significativas. Vejam-se alguns depoimentos:

Eu aprendi bastante, principalmente para conversar e trabalhar em equipe. (DB, 45 anos, vendedora).

Eu já saí da agricultura preparado, sabia das dificuldades e o que mais me ajudou, e muito, foi o trabalho em equipe. As empresas hoje impõem o trabalho, porém tem que achar uma forma de fazer diferente, conquistar confiança. Não pode impor; ninguém se sente bem trabalhando obrigado, cada um sabe da sua responsabilidade. (AP, 47 anos, operador de máquina de celulose).

Um passo a mais foi de aprender a lidar com gente. Todos que passaram pelo clube 4 – S fizeram a diferença. (RB, 49 anos, empresário).

A nossa escola foi o clube 4 – S que marcaram tudo na minha vida, principalmente o trabalho em grupo, vendo os outros exemplos bem sucedidos, eu era um líder. Dos três filhos, só eu que fiquei na agricultura. (JKS, 47 anos, agricultor familiar).

Como se observa nos depoimentos, os jovens veem que os clubes 4–S oportunizaram um espaço importante para o seu desenvolvimento pessoal e interpessoal, principalmente o estímulo à liderança, mesmo sendo um modelo difusionista e exógeno e com pouca capacidade de dialogicidade e de flexibilidade frente às diversas realidades sociais, culturais e econômicas. Assim, poderíamos considerar que o jovem, *a priori*, colocado frente a uma proposta pronta, oferecida pela extensão rural, subordinado à disciplina e à obediência percebe, com o decorrer

do tempo, que pôde se apropriar do processo e utilizar as informações, às quais tinha acesso, para seu benefício - como pessoa e como profissional. No entanto, muitos destes mesmos jovens que consideram ter revertido os ensinamentos em benefício próprio não permaneceram na agricultura.

Observa-se na análise, portanto, que a proposta do trabalho com a juventude rural através dos clubes 4-S tinha no seu aspecto pedagógico a preocupação com a socialização dos jovens. Porém, como afirma Groppo (2000), tratava-se de uma socialização secundária que era realizada por meio de uma instituição, no caso a Extensão Rural, pautada numa visão hegemônica de juventude, buscando preparar os jovens para o futuro no campo sem problematizar que o futuro desejado pelos jovens poderia ser tão diverso quanto se mostrava a diversidade de realidades no meio rural.

Assim sendo, a estratégia metodológica utilizada pela extensão rural pautava-se na transmissão de conhecimento. Estava pensada, organizada em manual e baseava-se no slogan de “ensinar a fazer-fazendo”, conforme já dito. Tal definição deixava em segundo plano a oportunidade de espaços para o exercício intelectual dos jovens de pensar, opinar, criar, construir. A orientação era linear, igual para todos, e voltada para o convencimento, sem muito questionar; o espaço de reflexão estava, portanto, limitado. Segundo Marin (1991, p. 237), essa forma de agir com os agricultores faz com que os mesmos passem a aceitar novos conhecimentos tecnológicos em substituição ao seu saber adquirido na vida prática.

Outra questão analisada diz respeito à participação dos jovens em espaços que extrapolassem suas comunidades. Sobre este aspecto, conforme os relatos viu-se que a grande maioria dos jovens sequer participava de atividades além de suas comunidades. Vale ressaltar que a falta de oportunidades sociais para os jovens rurais na época foi fator importante na decisão de afiliar-se ao clube 4 – S, constituindo-se, muitas vezes, no único espaço de agregação social do jovem, além da família, da escola e da igreja.

O jovem simplesmente era um trabalhador rural e, em alguns casos, até aos 20 anos ainda não tinha saído da comunidade para ver o mundo de fora. A proposta foi apresentada, através de reunião de comunidade, na época não existia oportunidade para os jovens. (AP, 47 anos, operário de máquina de celulose).

O jovem quase não tinha oportunidade de dar opinião e o trabalho 4 – S despertou para as possibilidades de dar opinião e não só trabalhar. (MLP, 49 anos, Coordenadora de e Comunicação e Marketing).

O que essas falas possibilitam perceber é que num contexto de poucas oportunidades no mundo rural o trabalho na propriedade se mostrava como a principal ação das famílias e mesmo dos jovens. Assim, as possibilidades que os clubes 4-S ofereciam se mostravam de grande valia para os jovens, pois traziam a oportunidade de ver e conhecer além do espaço único de suas famílias. Isto talvez porque, há que se ressaltar, ao mesmo tempo em que os jovens tinham inserção no campo do trabalho familiar rural, voltado à reprodução do modo de vida da agricultura familiar, eles não usufruíam de benefícios. Eram dependentes da família e, sobretudo, participavam muito pouco ou nada nas decisões.

Essa questão é ilustrada por Feixa (2004, p. 257-327), com base em seu estudo sobre a juventude rural europeia se constituía numa fase da vida de relativa dependência econômica e social porque, embora participasse como força de trabalho das unidades produtivas e domésticas, não tinha prestígio e tampouco poder, uma vez que os jovens viviam uma contínua situação de subordinação. Para o Autor, essa condição não supõe nenhum reconhecimento social.

Reportando-se a esta linha de raciocínio de Feixa (2004) para pensar sobre o significado dos Clubes 4–S na vida dos entrevistados, é possível deduzir que os Clubes 4-S, em princípio, oportunizaram aos jovens rurais uma certa autonomia, seja de renda ou de participação, o que se estabeleceu através dos projetos individuais e coletivos que serviram de oportunidade para algo melhor para suas vidas. Porém, esta autonomia era relativa até mesmo nos projetos, pois era sempre exigida a aprovação dos pais. O que se observa é a evidência de uma hierarquia social na agricultura familiar, que está ligada aos padrões culturais, na qual os jovens não possuíam voz para expressar suas expectativas e reivindicações. Ainda que os clubes 4 – S tenham estimulado a participação social do jovem na família e na comunidade, percebe-se que não o foi suficiente para esse espaço se tornar de pleno exercício de cidadania. Vale notar que até hoje os jovens reivindicam um maior reconhecimento, visibilidade e políticas públicas que atendam aos seus interesses.

Na área ambiental, as práticas de saneamento básico possibilitaram às famílias inovar seus costumes com novas adoções de práticas, principalmente com a

instalação de privadas com fossas secas, chuveiros, canalização de água nas casas, instalação sanitária, tratamento de efluentes, melhoria da qualidade de água para consumo humano, entre outros. “*Em relação ao saneamento básico, tinha algumas resistências de aplicar algumas práticas porque tinha uma cultura de deixar tudo jogado*” (MLP, 49 anos, Coordenadora de Comunicação e Marketing).

O depoimento remete ao que vê como resistência dos agricultores em aceitar as práticas de saneamento básico preconizadas pela extensão rural por conta de uma significativa mudança cultural com a imposição do conhecimento técnico científico, que desconsiderava as formas locais de viver. Ou seja, a fala verbaliza uma visão já incorporada pelos ensinamentos via extensão em que os agricultores eram vistos como desorganizados, com “tudo jogado”, longe de atender aos pressupostos civilizatórios preconizados pelos extensionistas. Marin (1991) afirma que o saber produzido no interior das comunidades é de intensa significação, uma vez que se relaciona com as suas condições e seu estilo de vida, suas necessidades e os problemas com os quais se defrontam. Logo, para o autor, “o processo de sobrepor o conhecimento científico ao saber popular gera uma resistência natural ante a ameaça de romper o equilíbrio interno” (MARIN, 1991, p.238-239).

Outra questão que não pode ficar alijada desta reflexão diz respeito ao gênero, aspecto que foi considerado nos depoimentos. Embora não se observe registros nos documentos institucionais estudados sobre a questão de gênero, e sim atividades para moças e para rapazes participantes de Clubes 4-S, tal divisão aponta-nos subsídios interessantes sobre como era esta divisão de trabalho, pautado por pressupostos que dividiam as atividades para homens ou para mulheres.

Conforme o manual para extensionistas de clubes 4 – S (1964), a metodologia de trabalho envolvia tarefas direcionadas aos rapazes, sob a direção do técnico das ciências agrárias; e às moças, sob a orientação de uma extensionista da área do magistério ou de economia doméstica. Para os rapazes, as tarefas estavam mais ligadas às lavouras, à bovinocultura, enquanto que para as moças cabiam às tarefas classificadas como de economia doméstica: hortas domésticas, saúde, higiene, produção, preparo e transformação de alimentos para o consumo da família e venda do excedente, além de confecção de roupas (corte e costura).

Rapazes e moças eram separados em determinadas atividades, porém, tal fato era permeado por uma aura de “normalidade”. Ou, como diz Siliprandi (2009, p.

40), uma aceitação acrítica generalizada, uma “naturalização” da diferença de tratamento entre rapazes e moças. Fica evidente que a metodologia não favorecia o tratamento igualitário de oportunidades e papéis feminino e masculino. Portanto, a proposta dos clubes 4 – S não trouxe à tona o debate de gênero e a superação da cultura patriarcal¹⁵ que impõe diferenças de papéis e de capacidades entre os sexos, posto que a metodologia não preconizava explicitamente a diferenciação de tratamento entre rapazes e moças.

Da mesma forma, dado o contexto da época, a própria extensão rural, ao direcionar atividades diferentes para moças, afirmava ser o mundo privado e doméstico como o espaço “natural” para as mulheres, enquanto que para os rapazes caberia o mundo público e do trabalho. Os entrevistados que falaram sobre sua participação na época, longe de indicar qualquer estranhamento, verbalizam uma naturalização entre a divisão de espaços, ações e atividades voltadas para homens ou para mulheres, conforme podemos ver nos depoimentos abaixo:

Alguma coisa existia, apesar de que os trabalhos que os rapazes faziam as meninas também participavam. Os projetos, em alguns momentos, eram específicos ou mais direcionados para as lavouras ou para a economia doméstica. (AP, 47 anos, operário de máquina de celulose).

Eu penso que os jovens eram tratados por igual, tinha extensionista para moças e para os rapazes. (RB, 49 anos, empresário).

Logo, pode-se dizer que a participação feminina não era nenhuma gentileza, concessão ou reconhecimento da importância da mulher no espaço rural, mas sim uma conquista frente à oportunidade que lhes era apresentada. À medida que o processo avançava, as mulheres, denominadas de moças, foram assumindo postos que até então eram ocupados somente por rapazes, como membros de diretoria, comissão de organização de eventos, liderança de projetos, entre outros. Elas principiavam a se perceber, mesmo que timidamente, como sujeitos sociais.

A respeito da formação profissional dos jovens, o pano de fundo da proposta dos clubes 4 – S estava centrado nas mudanças da forma tradicional de fazer agricultura, na inovação tecnológica, na melhoria da produtividade, no incremento de

¹⁵Patriarcado, segundo Siliprandi (2009, p. 60) é mostrado como sistema político universal de dominação do masculino sobre o feminino, baseado na força e no consenso (obtido através da socialização de gênero). Os componentes principais: o status (condição de acesso ao poder), o temperamento (obtido por meio da socialização de gênero) e o papel social (expresso na divisão sexual do trabalho).

lucro, isto é, na melhoria econômica. Importa destacar que, na época, os investimentos públicos com a juventude rural eram restritos. Desta forma, a proposta dos clubes 4 – S chegou aos jovens como uma grande oportunidade de desenvolvimento econômico e social, que envolvia o jovem e a família, tornando-se assim uma das primeiras políticas públicas para os jovens rurais de Santa Catarina.

Para Henk (2008), no imaginário dos jovens e famílias tratava-se de uma proposta altamente seduzível e ambiciosa, pois os clubes pretendiam desenvolver atividades técnicas e sociais, voltadas à demonstração dos benefícios e das vantagens da modernização da agricultura, principalmente no que se refere à inovação de tecnologias. Tal visão é corroborada, até certo ponto, pelo depoimento de alguns entrevistados que, jovens à época, chamam atenção para uma desconfiança inicial dos jovens em relação ao que era proposto pela extensão rural:

Foi uma novidade porque não se tinha um trabalho com a juventude. Era só para o agricultor. Então, esse trabalho veio focado no jovem, mas com o acompanhamento da família e a proposta foi muito bem aceita por parte dos jovens e de seus familiares. (MLP, 49 anos, Coordenadora de Comunicação e Marketing).

Na época, foi através da Acaresc, em reunião de comunidade. A gente aceitou e os pais colaboraram. Mas os jovens tinham certo receio quanto aos reais interesses dos técnicos extensionistas. (DB, 45 anos, vendedora).

No início foi com o pé atrás. Os jovens tinham interesse, mas pensativos [...]Será que vai dar certo? Ou era só política? Hoje a juventude é mais esperta, mas na época?(JKS, 47 anos, agricultor familiar).

O poder persuasivo, e encantador, da proposta metodológica levada às comunidades pelos extensionista iria se constituírem um importante instrumento para convencer os jovens e suas famílias acerca do trabalho com os Clubes 4–S. Alie-se a isso o fato de que outras instituições contribuíram com a divulgação dos clubes 4-S, evidenciando em comum a percepção do jovem como um canal para o desenvolvimento e a modernização da agricultura, e dando ênfase a uma imagem do jovem como potencializador de mudanças.

As declarações dos jovens indicam certa passividade acrítica, justificada em suas falas pelas poucas possibilidades existentes à época para os mesmos, embora se observe nos depoimentos, que mesmo sendo pouco explicitado, os jovens e as famílias questionavam se realmente todo aquele “encantamento” seria real ou somente uma promessa política. Em geral, a proposta chegava como algo tentador,

futurista, para ajudar os jovens a melhorar de vida, a sair do atraso e da desigualdade em relação ao urbano, mas a questão que se colocava era “onde tudo aquilo levaria e quais seriam os “reais interesses” “por trás de tudo”.

Na área técnica em específico, as orientações dos extensionistas buscavam facilitar a aplicação de novas tecnologias para que as famílias passassem a produzir mais, melhorando a renda. Uma forma de os jovens conseguirem aplicar nas suas propriedades as novas tecnologias foi inserir os pais no processo desde o planejamento até a avaliação dos projetos. De acordo com Silva (2002), o argumento da extensão era o de que os filhos representavam aos pais o viés de transmissão de novas tecnologias para tirá-los do atraso e investir no moderno. Como observa Marin (2009), sob a perspectiva dos agentes de desenvolvimento rural, as gerações juvenis necessitavam ser preparadas tecnicamente e também ideologicamente para realizar o milagre da modernização da agricultura.

Segundo alguns depoimentos, na medida em que os pais tinham informações sobre as atividades de seus filhos, reagiam de forma favorável, validando as ações dos extensionistas rurais junto aos jovens, o que contribuiu para o processo de convencimento:

Os pais plantavam do jeito deles e os técnicos ensinavam os jovens e nós falávamos com os pais para mudar. O plantio direto e a conservação de solo foram às coisas que deram certo. (JKS, 47 anos, agricultor familiar).

Na época, a extensão chegou com a proposta de desenvolver o jovem rural para que ele pudesse aplicar novas tecnologias. (RB, 49 anos, empresário).

Ao serem questionados sobre quais os motivos que levaram ao encerramento do programa com os clubes 4 – S, vários depoimentos dão conta de que, na visão dos entrevistados, duas foram as situações que se apresentaram na época: a falta de apoio por parte do governo em disponibilizar recursos e o afastamento por parte da extensão rural pública.

A falta de apoio. Muda o governo e deixa de ser importante, tinha que ser feito algo a mais. Hoje em dia precisa levar mais recursos para os jovens através de políticas públicas. Tem que levar projetos que agreguem valor que diferencie. (RB, 49 anos empresário).

O jovem queria mais. O trabalho ficou muito na horta e no saneamento e o jovem foi se desmotivando e percebemos também que a Acaresc mesmo não teve mais equipes específicas. No início era empolgante, mas necessitava um avanço. Hoje em dia não caberia mais esse tipo de

trabalho, pois os jovens não querem mais ficar com coisinhas. A sociedade evoluiu; são muito dinâmicos. Hoje os jovens “querem” e ao mesmo tempo “não querem nada”, o nível de exigência é alto. Não querem mais ficar nos moldes antigos. Hoje você não pode implantar um trabalho homogêneo, dados os diferentes contextos. (MLP, 49 anos, Coordenadora de Comunicação e Marketing).

O governo parou de disponibilizar os recursos e foi dificultando o trabalho dos jovens que passaram a buscar alternativas, seguridade econômica. Não tinha condições de adequar novas tecnologias. Todos que saíram estão melhores do que se estivessem na agricultura. (AP, 47 anos, operador de máquina de celulose).

Os depoimentos acima evidenciam que os jovens não se sentiam mais tão empolgados com os trabalhos propostos pelas instituições de desenvolvimento rural nem com a vida nos espaços rurais. Razão pela qual os jovens que “saíram da agricultura” foram em busca de uma situação de vida melhor em relação aos que lá tentavam permanecer. Claramente queriam algo mais, no sentido da construção da autonomia pessoal e financeira. Não estavam satisfeitos com os propósitos e ações então ofertados por parte da extensão rural. Sentiam a necessidade de mudanças na metodologia e na estrutura de trabalho. Percebiam a redução nas políticas públicas, seja na disponibilização de recursos para investimentos em novas tecnologias, seja na prestação de serviços por parte da extensão rural pública, que, por sua vez, reduziu as equipes específicas de extensionistas que atuavam com os clubes 4 – S, ao ponto de extingui-las.

O que os entrevistados apontam nos depoimentos já havia sido registrado no “Encontro de Extensão Rural”, realizado em 1982, na cidade de Lages. Segundo Mussoi (1993, p. 12), as conclusões extraídas deste encontro sobre o trabalho com a juventude rural indicava que “existia paternalismo no trabalho realizado com Clubes 4 – S” e o recomendado foi que a extensão deveria estudar uma nova estratégia de ação com a juventude rural, a qual deveria ser executada em todos os municípios, bem como envolver também os adultos e a comunidade como um todo (MUSSOI, 1993, p. 16).

Mussoi (1993) também evidenciou a necessidade de se repensar o trabalho com a juventude rural, no sentido de adequá-lo a uma nova dinâmica da realidade a partir da própria realidade rural catarinense; ou seja, da pequena produção familiar que mostrava sinais de mudança e de desejo de avanço. Tal necessidade é corroborada pela fala do agricultor, egresso de um clube 4 – S, Paulo Reck, por

ocasião do I Encontro de Extensão Rural¹⁶, realizado em Morro das Pedras, Florianópolis, em 1982, quando afirmou: “*acho que um clube 4 – S é da comunidade, é para e com a comunidade e não pode ser restringido apenas aos sócios*”.

Para Mussoi (1993), era preciso considerar o jovem como um público prioritário, tanto pela extensão rural quanto pelas demais instituições de desenvolvimento rural, de maneira que todos os profissionais trabalhassem com a juventude de forma integrada com os adultos, seja da família ou da comunidade. Sugeriu ainda a necessidade de dar apoio à ideia da Casa Familiar Rural¹⁷, escolas comunitárias que utilizam a pedagogia da alternância. Sobretudo, apontava para a necessidade de integração entre as Secretarias da Agricultura e demais Secretarias de Estado. Concorde-se com as afirmativas do Autor no sentido de propugnar que a juventude rural precisava - e ainda precisa - ser olhada pelo conjunto de instituições do Estado, visando contribuir com a construção social desta juventude.

Igualmente, para melhor compreender a crítica ao trabalho da extensão rural com clubes 4 – S, Silva (2002) aponta que a crise do discurso extensionista referente ao trabalho com jovens rurais aconteceu juntamente com o período em que afloraram os movimentos sociais no campo, sobretudo no Oeste catarinense, com a oposição sindical, com o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), o MMA (Movimento das Mulheres Agricultoras) e com o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), incluindo as pastorais da Igreja católica, que iniciam a discussão e aprofundam questionamentos sobre os impactos econômicos e sociais causados aos pequenos agricultores pela modernização da agricultura. Foi nesse contexto que o Autor aponta que se efetivou a perda do encanto por parte dos agricultores em relação à extensão rural.

Furtado Filho, Silva e Franco (1996, p. 69) contribuem com esta análise quando discorrem que a extensão rural, naquele contexto, reconheceu a necessidade de uma avaliação para identificar as dificuldades na continuidade dos trabalhos com os clubes 4 – S, realizando, então, a terceira avaliação estadual do

¹⁶O I Encontro de Extensão Rural foi realizado de 17 a 20 de maio de 1982 com a participação de agricultores, mulheres e jovens rurais, sindicalistas, cooperativistas e empresários, além dos dirigentes da ex. ACARESC. O objetivo foi avaliar, visando aprimoramento da ação extensionista em Santa Catarina.

¹⁷Casa familiar Rural é definida como uma instituição educativa, dentro do meio rural e pesqueiro, criada para formar filhos de agricultores e pescadores que buscam uma educação personalizada e de formação integral. A partir de sua própria realidade.

trabalho por meio de uma pesquisa. Nessa ocasião, foi entrevistado um público interno com 425 extensionistas, também com o público externo, pais, sócios e líderes, com um público superior a 6.000 pessoas em todo o Estado. Segundo o autor, tal iniciativa teria sido uma oportunidade, pois propiciou um espaço para identificar as forças restritivas e apontar algumas propostas para saná-las. Porém, a extensão rural não levou a cabo os apontamentos que a pesquisa indicava.

As críticas arroladas neste capítulo vêm ao encontro do que se pôde observar no decorrer da pesquisa de campo, quando os jovens entrevistados teceram comentários a respeito da necessidade de promover mudanças nas propostas e metodologias de trabalhos orientados à juventude rural. Embora seja reconhecida a importância da participação em clubes 4-S, os entrevistados reconhecem que, num contexto de lutas por mudanças e por ampliação da participação social, a ACARESC não deu continuidade à estrutura que dava suporte ao trabalho com a juventude, nem reconheceu que os jovens já demonstravam anseios de novas propostas de trabalho e de vida.

Como aborda Mussoi (1993), do ponto de vista administrativo o Programa de Juventude Rural da ACARESC sempre se apresentou como uma estrutura à parte, como se fosse uma “mini-empresa”, com pessoal diferenciado, normas próprias de ação e capacitações específicas. Na medida em que ACARESC retirou esta estrutura, esvaziaram-se os trabalhos com os grupos juvenis, só persistindo por mais tempo aqueles clubes 4-S melhor estruturados.

A partir do ponto de vista dos depoimentos, pode-se afirmar que o trabalho com os clubes 4 – S cumpriu, até certo ponto, um papel social para com a juventude no tocante à modernização da agricultura, bem como no aspecto de desenvolvimento pessoal, envolvendo questões de liderança e iniciativa, na execução de projetos, na aplicação de novas tecnologias, na melhoria das condições de saúde e de saneamento. Não se pode, portanto, negar ou não reconhecer que, na visão dos entrevistados, os clubes 4 – S foram importantes na construção social da juventude rural em Santa Catarina, mesmo permeados por questionamentos e críticas ao próprio modelo no qual hoje se evidencia um distanciamento da identidade cultural e do modo tradicional de viver.

Neste aspecto, como expressa Souza (2004, p. 244), o espaço histórico cultural rural foi invadido por outros sistemas de valores em que os agricultores foram induzidos a adotar práticas que não faziam parte de sua realidade cultural. Ao

praticar o que preconizava o modelo, ou seja, tirar o mundo rural do atraso, a extensão reforçava a exclusão de agricultores que não se encaixavam ou se reconheciam em seus pressupostos. Estava-se frente a um modelo excludente, pois somente uma parte da população era atendida pelos clubes 4 – S.

Em se tratando de um processo educativo que se deu de forma exógena, ou seja, de fora para dentro e de cima para baixo, e que visou, em última instância, adequar os jovens rurais aos projetos desenvolvimentistas implantados no contexto da modernização da agricultura; ou, no dizer de Freire (1983), de invasão cultural, tal processo desencadeou um espaço de questionamentos a respeito do que se dizia ser a modernização no campo e do próprio trabalho com a juventude rural. Este fato é observável nos depoimentos, pois houve um momento em que os próprios jovens questionaram e manifestaram-se solicitando as mudanças que desejavam, contudo, não foram atendidos.

Ao final da década de 1980 em diante, o trabalho com juventude rural continuou com diversas propostas dissolvidas nos programas e projetos da extensão rural.

1.5 Propostas diversas da extensão rural: de 1980 a 2008

Analisando-se a trajetória da extensão rural, é possível identificar diversas formas de direcionar ações com a juventude rural ao longo de sua atuação desde 1956, quando iniciou o serviço de extensionismo em Santa Catarina, em diferentes projetos e programas.

A partir do encerramento dos trabalhos com Clubes 4 – S, em meados dos anos 1980, pode-se dizer que ao longo dos quase 20 anos seguintes três trabalhos direcionados aos jovens rurais tiveram maior relevância.

Entre eles, cabe mencionar: o “Programa Catarinense de Profissionalização de Agricultores” que, embora tenha sido pensado mais especificamente para o público adulto, contemplou um número significativo de jovens no período de sua vigência, de 20 de junho de 1988 até meados de 2000.

Esta ação institucional foi impulsionada pelas mudanças de mercado ocorridas no início da década de 1990, dentre elas a criação do Mercosul, que oportunizaram uma reflexão sobre os desafios com os quais se deparavam os agricultores familiares para tornar a agricultura competitiva, tendo como marco

norteador produtividade e qualidade. O seu apogeu foi na década de 1990, entretanto, logo a seguir começou a declinar e atualmente poucos são os cursos profissionalizantes oferecidos.

O Programa tinha como propósito intensificar a ação educativa da extensão rural preparando agricultores e pescadores para o exercício de uma função produtiva geradora de bens e serviços nos aspectos voltados ao solo, à mecanização, ao associativismo, ao saneamento ambiental e à administração rural, dentre outras.

Metodologicamente, previa que o agricultor participaria de cursos profissionalizantes, teórico-práticos oferecidos nos Centros de Treinamentos com acompanhamento pós-curso aos participantes por meio da ação dos extensionistas municipais. O relatório dos 10 anos (1998) de profissionalização de agricultores demonstra que participaram dos cursos um total de 48.279 pessoas. Destas, 27% do sexo feminino e 36% do sexo masculino, na faixa de até 25 anos de idade, o que significa 63% de participação de jovens rurais. Mostrando, assim, que os jovens tinham interesse em participar dos cursos em diferentes áreas propostas pela extensão rural. Cabe ressaltar que os agricultores não tinham despesas, pois os cursos eram custeados por recursos públicos oriundos de programas e projetos do Governo Federal, Estadual e até mesmo de Prefeituras municipais.

Embora tenha utilizado metodologia que envolvesse simultaneamente teoria e prática, o Programa continuou fortalecendo o modelo de desenvolvimento convencional, orientado a inserir os agricultores nos mercados globalizados, desconsiderando o conhecimento tradicional e o modo de fazer “colonial” para o “industrial”. Como o exemplo, a introdução do queijo mussarela e prato, invés da melhoria do queijo colonial.

Essa evidência é corroborada por Stropassolas (2006), quando conclui que os problemas estruturais que perpassam o cotidiano dos grupos sociais rurais não são suficientemente enfatizados nas preposições que visam à geração de novas alternativas de emprego e renda no espaço rural.

Em relação ao Programa de Profissionalização, na medida em que a GTZ deixou de aportar apoio financeiro, metodológico e de pessoas, por conta do encerramento do convênio, aliado às dificuldades dos agricultores em implantar seus projetos de agregação de valor, como as pequenas agroindústrias de queijos, embutidos, panificação, entre outras, se constatou a diminuição da procura por parte

de agricultores e agricultoras. No entanto, podemos dizer que foi uma das primeiras propostas de capacitação de forma continuada, com enfoque empreendedor, voltada ao público do meio rural em Santa Catarina.

Outro trabalho considerado relevante para esta pesquisa foi o “Pró-Jovem Rural e Pesqueiro” que fez parte de um compromisso do Governo de Estado e perdurou de 1999 a 2001. Tinha o propósito de criar oportunidades de trabalho e renda para a melhoria de vida das famílias de agricultores e pescadores de Santa Catarina. As ações eram coordenadas e executadas pela Epagri em parceria com outras entidades, a exemplo das Casas Familiares Rurais e do Mar, e se fundamentavam em três princípios: “vida, valor e vitória”. Vida, no sentido da contínua atividade e reação aos estímulos para o desenvolvimento integral de cada membro do grupo; valor representava a qualidade de quem tem força, audácia, coragem, valentia e vigor; e vitória tinha o sentido era de triunfo, do bom êxito, do sucesso.

De acordo com o relatório interno da Epagri – “Juventude e Agricultura Familiar”, em 2001 foram realizados 156 seminários e encontros municipais envolvendo 25 mil jovens com o objetivo de concretizar um diagnóstico aliado às demandas e opiniões dos próprios jovens, consolidadas na “Carta do Jovem Rural e Pesqueiro” (Anexo A) em evento realizado no ano de 1999, em Florianópolis. As reivindicações da carta evidenciaram demanda de ações de cidadania como: assistência à saúde, odontologia, acesso e melhoria da escola, programas de habitação, dentre outras questões. Vale destacar que em 2001, no período que a carta foi escrita, ainda não havia políticas públicas que contemplassem as necessidades reivindicadas.

Como lembra Wanderley (2002 apud SANTOS, 2012, p.102), no que tange às políticas de apoio ao desenvolvimento rural, e que buscam garantir o direito à cidadania das populações rurais, existem três desafios: vencer a precariedade social, articular e integrar o meio rural ao conjunto da sociedade, assegurando a intensidade dos contatos sociais e garantir à população seu direito à cidadania.

Neste sentido, embora algumas reivindicações que os jovens apontaram estejam parcialmente atendidas em políticas públicas federais como o Pronaf Jovem, o Pronaf mulher e o Programa Nacional de Habitação Rural, chama atenção o fato de que outras permanecem sem serem atendidas.

Os jovens, à época, já reivindicavam o apoio das instituições representativas da agricultura familiar e da pesca artesanal sobre a necessidade de “preparação de técnicos”, “formação de parcerias” e, principalmente, “perenidade de trabalhos com os jovens”. As reivindicações davam sinais de que estavam atentos a novas possibilidades e que esperavam serem atendidas de maneira mais próxima suas expectativas.

Analisando a experiência do Pró-Jovem, mesmo com o curto de tempo em que foi posta em prática, pode-se dizer que conseguiu reunir um número significativo de jovens, o que mostra a capacidade que a extensão rural possui para mobilização com esse público. Aliada à disponibilidade e capacidade de reivindicação dos jovens, pôde se estabelecer uma oportunidade para atuar de forma conjunta numa versão mais contemporânea de trabalho. Entende-se, a partir dessa amostragem, que a proposta poderia ter se constituído num momento efetivo de construção social da juventude por oportunizar espaços de participação, diálogo e reflexão sobre a condição da juventude rural catarinense.

No entanto, os princípios anunciados no Programa – “vida, valor e vitória” – tendem a considerar as palavras como mágicas vinculadas a uma imagem estereotipada de jovens destemidos, corajosos e de sucesso. Dessa forma, as reivindicações não foram além de uma carta escrita, pois enquanto proposta de Governo e não de Estado, ao mudar a gestão não foi dada continuidade ao processo iniciado. Com isso, mais uma vez, a extensão rural distanciou-se do jovem, que ficou sem atendimento às suas reivindicações e viu frustradas suas muitas expectativas.

A crítica aqui apresentada à proposta discutida acima vai ao encontro da opinião Macedo¹⁸ (2007 apud CASTRO et al., 2007, p. 117), quando afirma que “precisamos consolidar experiências concretas que nos mostrem a possibilidade de construirmos alternativas”. Segundo ela, é preciso executar alternativas no campo da produção e das políticas que repensem a relação com o modelo de desenvolvimento, com alternativas de produção sustentável nas perspectivas econômicas, sociais, ambientais e culturais. Ou seja, é necessário implementar políticas mais amplas de apoio ao desenvolvimento rural. O próximo capítulo laborará a proposta contemporânea da Epagri direcionada aos jovens rurais.

¹⁸Severine Carmen Macedo, Coordenadora da Juventude da Fetraf-Sul e da Fetraf Brasil.

CAPÍTULO II

JOVENS RURAIS E DESENVOLVIMENTO: PROJETOS INSTITUCIONAIS CONTEMPORÂNEOS NO ESPAÇO TERRITORIAL DE CAMPOS NOVOS

Vivemos em uma sociedade em constantes movimentos e transformações sociais, econômicas, ambientais e culturais. Entre as muitas mudanças que podemos observar está o emergente reconhecimento da importância do espaço rural como componente-chave para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o rural não poderá mais ser visto como atrasado, mas como um espaço e modo de vida diferenciados, heterogêneo, diversificado, pluriativo, de possibilidades de sustentabilidade e de qualidade de vida. A agricultura familiar, a vida nas comunidades, as famílias rurais e, em especial, os jovens são influenciados e suscetíveis a esses impactos. No entanto, muitas vezes, a juventude não encontra em suas comunidades e em seus territórios possibilidades de organizar novos processos socioeconômicos e educacionais que garantam sua integração e desenvolvimento (STROPASSOLAS, 2006).

A juventude rural brasileira enfrenta problemas de todas as ordens, muitos causados pela própria lógica do modelo de desenvolvimento. Segundo dados do IBGE (2000), dos 34 milhões de jovens no Brasil, 17% vivem no meio rural. No ano de 2010, a população de jovens do meio rural no Brasil totalizou 5.490.990, sendo que o estado de Santa Catarina computou 167.288 destes jovens (IBGE, 2000). Há que se lembrar de que desde as décadas de 1960 e 1970 o Brasil vem perdendo sua população rural em razão do fluxo migratório campo-cidade.

Nesse processo, a juventude rural torna-se uma faixa demográfica afetada por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos. Conforme destaca Carneiro (1998), isso é agravado pelos problemas específicos a exemplo de limitações ao acesso de questões básicas de cidadania, como escolarização, saúde, lazer, cultura, entre outros que atingem a juventude. Além das limitações citadas, os jovens rurais têm sua situação agravada pela falta de perspectivas na sucessão hereditária. Sob este prisma, é preciso ficar atento para alguns desafios que são evidenciados às instituições e organizações de

desenvolvimento rural no sentido de estudar, entender e propor novas dinâmicas de trabalho e estratégias de desenvolvimento com a juventude rural diante de um mundo cada vez mais globalizado, complexo, exigente e seletivo.

Diante de tal cenário, o objetivo deste capítulo é analisar pontualmente alguns trabalhos voltados à juventude rural, propugnados pela empresa de extensão rural pública de Santa Catarina e por três organizações de desenvolvimento rural, a COOCAM, COOPERCAMPOS e Sindicato dos Produtores Rurais – atuantes na área da pesquisa. Mais especificamente, importa saber como essas instituições pensam e conduzem os projetos de desenvolvimento rural com a juventude e quais as possibilidades e os limites que encontram para atuar.

No discorrer do capítulo, são inicialmente descritos os projetos, os programas e as ações que têm sido direcionados aos jovens rurais, bem como os diferentes arranjos organizacionais e suas distintas metodologias no âmbito de cada instituição pesquisada. Destaca-se como parte central deste capítulo a análise dos depoimentos de representantes das instituições, os quais apresentam suas opiniões e atitudes frente à necessidade de contribuir de forma propositiva com a construção social da juventude rural em Santa Catarina.

O capítulo está dividido em cinco seções, sendo a primeira introdutória, na sequência descreve diferentes experiências institucionais e por último, faz uma análise reflexiva das experiências pesquisadas.

2.1 Juventude rural nos planos institucionais: trajetórias diversas de intervenção

Atualmente, é possível observar e afirmar que múltiplas são as instituições e organizações que, em diferentes ritmos e intenções, desenvolvem ações com os jovens rurais na prática de extensão rural. Desta forma, podemos afirmar também que a extensão rural pública já não é mais a única a desenvolver trabalhos com essa população.

De acordo com Sposito (2007, p.123) há cerca de uma década a importância do tema juventude tem sido evidenciada no âmbito da sociedade, seja pela agenda pública, pelas organizações não governamentais, pelos movimentos juvenis, pelos partidos, pelas universidades ou por outros movimentos sociais. A autora acrescenta ainda que “estamos construindo uma área de discussão pública, criando uma

agenda em torno do tema da juventude rural no Brasil”. Ou seja, trata-se de uma discussão que está em formação, em fase de consolidação e, portanto, não acabada.

Com a revalorização dos espaços rurais, ocorrida a partir dos anos 1990, principalmente com o reconhecimento da categoria social de agricultores familiares como protagonistas do desenvolvimento rural, surgem também algumas iniciativas que buscam dar visibilidade às gerações juvenis que vivem nestes espaços. Tem-se, a partir daí, um amplo movimento de reconhecimento e legitimação da juventude rural no Brasil como detentora de direitos e como portadora de condições e potenciais para dinamizar os espaços rurais (STROPASSOLAS, 2006). Neste contexto, percebe-se em Santa Catarina a necessidade e o interesse de instituições de desenvolvimento rural em contribuir com a construção social da juventude rural através de projetos e de ações dirigidas especificamente às gerações juvenis.

Por sua vez, o estudo acadêmico direcionado ao estado da arte da produção científica relacionada à juventude rural, realizado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD/MDA – de 1990 a 2004 por (WEISHEIMER, 2005), traz um recorte da produção científica sem, no entanto, identificar nenhuma obra/ação realizada com esta categoria social por parte da extensão rural pública, bem como de organizações privadas. Diante deste cenário, é interessante perguntar: A própria academia não despertou para uma investigação dos trabalhos realizados por essas instituições? As instituições não deram publicidade aos seus trabalhos? Ou foram trabalhos pontuais? Não os consideraram relevantes ou nem se constituíram em uma política institucional dirigida à juventude rural?

A partir deste cenário e contexto, busca-se contemplar na Inicialmente faz-se uma breve apresentação de cada instituição ao mesmo tempo em que se apresenta uma reflexão sobre as entrevistas concedidas por representantes das organizações em relação ao trabalho capitaneado pelas mesmas. Busca-se captar qual a imagem de juventude que está implícita e explícita nas experiências apresentadas bem como a contribuição das mesmas para a construção social da juventude rural em Santa Catarina.

2.2 Projetos atuais institucionalizados pela Epagri

Vinculada ao Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, a Epagri tem como missão “conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da sociedade”; e como objetivos-fins: “promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais; buscar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores e promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro” (EPAGRI, 2013).

Atualmente, está em execução o Programa SC Rural, cujo objetivo geral é aumentar a competitividade das organizações de agricultores familiares em Santa Catarina, abrangendo os 196 municípios do Estado. A coordenação é da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – SAR através de uma Secretaria Executiva Estadual, tendo como uma de suas principais executoras a Epagri.

No que tange ao trabalho com jovens, a Epagri se propôs a desenvolver um processo de formação em Liderança, Gestão Ambiental e Empreendedorismo, pautando-se em duas dinâmicas complementares: a primeira utiliza a metodologia de alternância relacionada aos cursos de formação que são realizados em 12 Centros de Treinamento. Essa ação ocorre em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo (SOL), que atua com ações relacionadas ao turismo rural e com o Programa Beija Flor da SAR, que trabalha com empreendedorismo e inclusão digital.

A segunda dinâmica trabalha na organização de grupos temáticos com a proposta de oportunizar a realização de projetos coletivos e individuais dos jovens rurais, estimulando-os a descobrir e redescobrir suas comunidades e potencialidades econômicas, sociais, culturais e ambientais.

A experiência do SC Rural, que tem como objetivo a ampliação da competitividade da agricultura familiar, impulsionou a retomada do trabalho com jovens rurais de uma forma mais específica por conta da realidade relacionada ao êxodo rural. A proposta contempla, conforme descrito no Manual Operativo (2010, p.201), a previsão de realização de um curso por ano em cada Centro de Treinamento da Epagri (num total de doze – CETRES), isto significa que em torno de 300 jovens/ano, perfazem um total de 1.500 jovens participantes no curso de formação em “Liderança, Empreendedorismo e Gestão”; além do apoio à formação de em torno de 500 Grupos de Jovens Rurais atuantes em diferentes projetos

individuais e comunitários nas áreas econômicas, sociais e ambientais. Abaixo, síntese da proposta atual da Epagri junto ao Programa Santa Catarina Rural.

Em síntese, a proposta está construída a partir de uma metodologia teórico-vivencial num processo de alternância, conforme o exposto nas figuras 2 a 6.

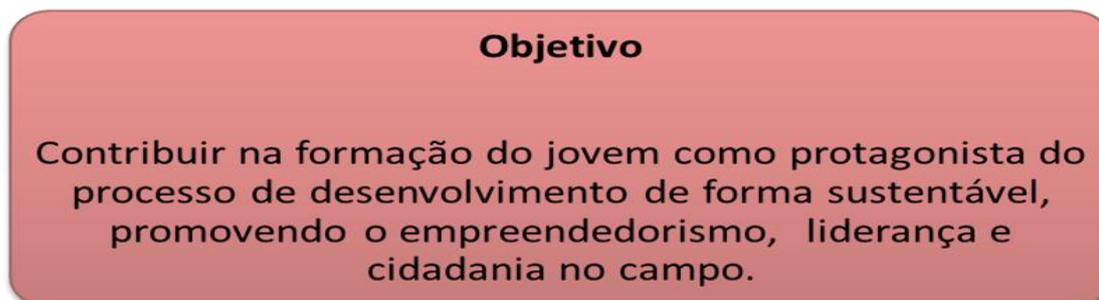


Figura 2 – Objetivo do trabalho com jovens

Fonte: Relatório do Encontro sobre Capacitação de Jovens Rurais (2012).

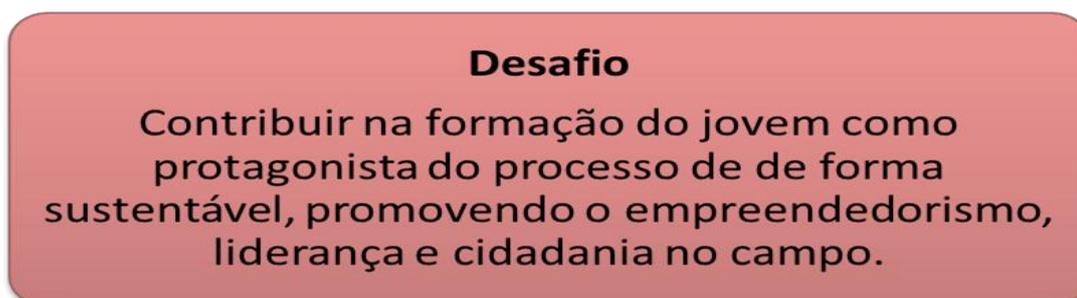


Figura 3– Desafio do trabalho

Fonte: Relatório do Encontro sobre Capacitação de Jovens Rurais (2012).



Figura 4 – Estrutura do curso

Fonte: Relatório do Encontro sobre Capacitação de Jovens Rurais (2012).



Figura 5 – Princípios norteadores

Fonte: Relatório do Encontro sobre Capacitação de Jovens Rurais (2012).



Figura 6 – Eixos trabalhados

Fonte: Relatório do Encontro sobre Capacitação de Jovens Rurais (2012).

Em relação à imagem de juventude que permeia esta proposta da Epagri com jovens rurais, à qual se teve acesso, pode-se dizer que a mesma está relacionada ao jovem empreendedor, co-responsável na vida das comunidades ao estimular o desenvolvimento de projetos comunitários e jovens com qualificação para suceder a condução da propriedade. Para tanto, a inclusão digital oportuniza o acesso a ferramentas atuais, contribuindo com a cidadania e a construção de uma imagem de juventude rural que deixa para trás o estigma de atraso e a baixa autoestima, que historicamente tem marcado o mundo rural.

Citadas as principais ações da Epagri, e analisando sua trajetória histórica com a juventude rural, fica evidente que houve um significativo intervalo de tempo entre a paralisação dos Clubes 4 – S e a retomada institucional dos trabalhos com jovens rurais, que se deu em 1999 com o Pró-jovem Rural, ou seja, cerca de 15 anos após o término dos Clubes 4 – S. De certa forma, percebe-se que as experiências executadas pós 4 –S foram executadas por curto tempo e caracterizadas como “Programas de Governo”, não se tratando de uma Política Pública perene, como refletem Caporal e Ramos (2007):

Cabe lembrar os “programas de governo. Não raro, os governos e os secretários de agricultura, de produção ou de desenvolvimento sustentável descobrem soluções milagrosas para resolver os problemas do meio rural, inventando programas e projetos que, quase sempre, cabe às entidades de Extensão Rural executar. Isso vai desde programas assistencialistas, que se desenvolvem por anos a fio, mostrando a falta de criatividade dos gestores [...] ao mesmo tempo [em] que colocam a extensão numa situação complicada, porque desmobilizam as ações que estavam em andamento, mostram-se ineficientes ao longo do tempo, pois a cada ano os governos têm de repeti-los, mantendo um processo paternalista, que acaba prejudicando o prestígio do técnico de campo junto aos agricultores, que ficam aprisionados em relações assistencialistas. (CAPORAL; RAMOS, 2007, p.18).

Essa lacuna foi reconhecida pelos próprios dirigentes em depoimentos para esta pesquisa, o que permitiu observar que os trabalhos direcionados aos jovens rurais têm sido de curto tempo, a exemplo das experiências citadas, ficando evidente a fragilidade de atenção institucional às ações com jovens nas últimas décadas. Sobre este aspecto, é interessante apresentar a opinião do diretor de Extensão Rural da Epagri:

[...] *Essa lacuna se deu por decisões de governo sem, no entanto, a extensão esquecer o jovem rural. [...] Temos um problema, que é a*

descontinuidade e às vezes fica difícil encontrar a causa [...]. Um dos motivos se deve a falta de recursos. Outra questão é de como fazer o trabalho com jovens? (Diretor da Epagri).

Conforme pontuado na própria fala do diretor, é possível dizer que a descontinuidade dos trabalhos na instituição não impediu que atividades fossem desenvolvidas, ainda que de forma fragmentária e de acordo com as condições e disponibilidade de cada profissional. Compreende-se que trabalhar com a juventude, refletir seus contextos, cultura, possibilidades e limites, contribuir com seus projetos de vida, não se constitui numa tarefa fácil nem simples para as instituições de desenvolvimento rural. Ao contrário, é tarefa complexa, que exige conhecimento, habilidade, acompanhamento e, sobretudo, há que se fazer de forma participativa, levando em conta um largo cenário de possibilidades e limites num mundo cada vez mais globalizado.

Estas questões podem ser observadas nos estudos sobre “Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina para 2015”, realizado por Altmann, Mior e Zoldan (2008). O documento traz a percepção de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais de Santa Catarina e há consenso de que o futuro reserva maior demanda de conhecimento e preparação dos recursos humanos, sobretudo de oportunidade de educação e capacitação profissional dos jovens rurais. Logo, é fundamental o entendimento de que a juventude representa uma etapa específica de vida, buscando sair do campo linear e investindo na contextualização de particularidades, sonhos e projetos das gerações juvenis e dos contextos familiares e sociais onde os jovens estão inseridos. Veja-se o depoimento do Diretor da Epagri:

Cabe à extensão rural oportunizar ao jovem que ele tenha a percepção que ele tem uma opção real de permanência na atividade agropecuária, como sendo uma atividade de futuro e que possa ser transformada num projeto de vida para ele e sua família e que se prepare para isso. [...] Tem que desenvolver habilidades. [...] O papel da extensão é trabalhar para que as pessoas, no caso o jovem, tenha o mínimo de conhecimento para que ele possa fazer escolhas mais acertadas para o projeto de vida de cada um. Que não seja apenas uma questão de fatalidade e sim de escolha”. (Diretor da Epagri).

Ao adentrar na questão de como a Epagri trabalha e orienta o acesso às políticas públicas, mais especificamente às linhas de crédito, como o Pronaf Jovem, para que os mesmos possam implantar ou implementar seus projetos profissionais

na propriedade, o diretor da Epagri reconhece que as linhas de crédito existentes não cumprem o objetivo de serem efetivamente acessadas pelo público jovem, pois o que está em jogo é a capacidade de pagamento na unidade familiar. Na avaliação do diretor da Epagri, a instituição procura contribuir para a afirmação dos projetos de jovens rurais, não obstante reconheça a necessidade de maiores esforços para concretizá-los, pois os projetos de vida dos jovens rurais não se limitam somente às questões econômicas e necessariamente agrícolas.

A instituição tem a capacidade de fazer um trabalho de prospecção de expectativas com os jovens e, ao mesmo tempo, tem a condição de atender essas expectativas, de reconhecer particularidades, pois tem dois programas que trabalham essas questões não só com jovens, mas com as pessoas do meio rural, o que de fato exige um esforço bem maior da instituição. (Diretor da Epagri).

Os programas aos quais se refere são: o primeiro, o “Fortalecimento do Capital Social e Humano” que tem como objetivo potencializar processos de inclusão social de jovens e mulheres no fortalecimento da cidadania por meio de ações integradas que tenham em conta as dimensões: ética, social, política, cultural, econômica e ambiental sustentáveis. O segundo, “Gestão Social do Ambiente”, tem como objetivos a promoção da educação ambiental e a gestão socioambiental no espaço rural e pesqueiro de Santa Catarina, possibilitando a recuperação, a preservação da biodiversidade e a prestação de serviços ambientais. São programas com características de transversalidade e multidisciplinaridade, exigindo novas competências e habilidades dos agentes de extensão rural. Desta forma, entende-se que são estratégicos para contribuir com as questões dos jovens rurais. Porém, a demanda dos mesmos é muito mais ampla, exigindo um olhar e um esforço mais atento e profundo por parte da instituição.

Para elucidar essa complexidade, nos reportamos a Durston (1998, p. 36) ao afirmar que para que os programas institucionais de intervenção com os jovens sejam exitosos, é preciso considerar os diferentes contextos em que cada jovem se situa, relacionados às questões econômicas, sociais, de mudanças fisiológicas e psicológicas que experimentam. É primordial reconhecer que o jovem tem maturidade suficiente para fazer aportes importantes no desenvolvimento desde “agora” e não somente para o futuro. Outro fator que Durston (1998) ressalta é o fato de os jovens terem mais escolaridade do que seus pais e maior disposição e

entusiasmo para inovar, fatores-chave para o desenvolvimento dos negócios na propriedade rural.

Feixa (2004) e Urteaga (2011), por sua vez, enfatizam que é preciso considerar “a importância de ler as representações e práticas juvenis como metáforas da mudança social”, rompendo-se com as interpretações lineares e “fazendo falar” um conjunto de elementos com os quais os jovens interagem e com os quais “constroem novas formas e concepções de política, de relações sociais e afetivas de cultura”.

Na avaliação do diretor da Epagri, através dos programas que executou, a Epagri ampliou e inovou suas ações com as comunidades ao envolver jovens e mulheres, questão também apontada na Pnater que de modo explícito, insere a juventude rural como público importante a ser considerado, pois os pilares fundamentais que sustentam a Política de Ater destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas.

A propósito dessas considerações, é possível afirmar que a Epagri tem buscado avançar nas propostas de inclusão mais efetiva dos trabalhos com a juventude, sendo inseridas nas pautas da instituição, sobretudo nos últimos 10 anos.

Percebe-se que há indicativos de que a ação com jovens rurais tem o propósito de ser uma ação institucional e não de pessoas. Como mencionado pelo diretor, a ação com jovens “*não é uma ação da Epagri, é uma ação da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca*”. Com isso, o diretor quer demonstrar que a ação com a juventude tem caráter de política pública de Estado. Portanto, possui um caráter de perenidade que, se efetivado, poderá superar o problema de descontinuidade das ações com jovens. No entanto, mesmo com os avanços relatados nas experiências da Epagri, como disse o próprio diretor, há muito esforço institucional a ser empreendido como, por exemplo, atender a necessidade de desenvolver uma ferramenta para medir a efetividade do trabalho e estratégias para buscar um *feedback*, “*principalmente para que possam ser aflorados os problemas e que os mesmos sejam solucionados*”.

O diretor também declarou em seu depoimento que “*trabalhar com o jovem, hoje, para a Epagri é estratégico*”.

Essa compreensão institucional nos remete a Mussoi (1993). Em seu estudo, apontou a ideia de repensar a importância de encarar a juventude rural como segmento fundamental no contingente populacional rural que, juntamente com as faixas etárias infantis e adultas, deveria ter uma atenção especialmente voltada e orientada a qualquer ação que vise o desenvolvimento rural. A partir desse ponto de vista, o trabalho com jovens pressupõe continuidade e permanência no tempo, incorporando uma perspectiva de longo prazo.

Se pensarmos a partir deste pressuposto apontado por Mussoi (1993), afirma-se que, apesar dos esforços e das experiências que a extensão rural de Santa Catarina pode computar em sua trajetória, há ainda um longo percurso a ser construído para compreender-se a importância do trabalho com a juventude rural, não como uma temática que aflora esporadicamente, de acordo com a vontade de Programas de Governo, mas como uma discussão-ação de longo prazo.

Discussão-ação que precisa ser instigada e continuada caso se pensar, de fato, sobre questões que dizem respeito à sucessão nas propriedades do meio rural catarinense, aos conflitos de gênero e geração, e ao meio rural como espaço estratégico da soberania nacional tendo em vista ser dele que advém a produção alimentar, e ser nesse espaço que ainda se encontram áreas a serem preservadas como fornecedoras de água e diversidade sócio-cultural e ambiental. Questões sobre as quais se torna imprescindível a inclusão do jovem rural como ator central na discussão e operacionalização de projetos que dizem respeito à continuidade da agricultura familiar como atividade produtiva e reprodutiva, potencialmente diferenciada e extremamente complexa.

Torna-se imprescindível questionar se os processos de trabalho com a juventude rural permanecerão condicionados a programas de Governo ou se a extensão rural irá incorporar os jovens rurais como público prioritário institucionalizado?

2.3 Projetos institucionais da Cooperativa Agropecuária Camponovense – COOCAM

A COOCAM¹⁹ - Cooperativa Agropecuária Camponovense foi fundada em 21 de janeiro de 1993 na cidade de Campos Novos, Santa Catarina, a partir da experiência de um grupo de 48 agricultores com o objetivo de desenvolver atividades agropecuárias visando agregar valor econômico a seus produtos. As principais atividades da Cooperativa para com seus associados dizem respeito à organização para compra e comercialização de produtos agrícolas, fornecimento de insumos agropecuários, industrialização de rações, transporte, reflorestamento, produção e comercialização de sementes de soja, trigo, feijão e aveia (COOCAM, 2012).

O primeiro trabalho da COOCAM direcionado à juventude rural é relativamente recente. Teve início no decorrer do ano de 2003, período em que a Cooperativa recebeu uma proposta de parceria empresa de insumos²⁰ para desenvolver, em Campos Novos, o projeto denominado “Projeto Escola no Campo”.

De acordo com o depoimento das assessoras de *marketing* da Coocam, a empresa parceira criou esse projeto com o objetivo de minimizar os efeitos dos agrotóxicos utilizados pelos agricultores no meio rural, sob o entendimento de que, por intermédio das crianças, os pais também podem mudar de atitude, considerada a influência que as novas gerações exercem sobre os pais. Proposta esta com a qual a Coocam compactua por acreditar na necessidade de formação de futuros agricultores e cidadãos mais comprometidos com a redução de agrotóxicos no meio ambiente.

É comum esta empresa escolhe ruma parceira em cada região do País para executar a proposta com o objetivo de envolver as crianças de forma educativa a fim de que não tenham contato com os agrotóxicos. Na visão da cooperativa, o referido trabalho visa conscientizar “*desde cedo*” a criança sobre a necessidade da preservação ambiental, capacitando-a como um agente multiplicador dos conceitos de responsabilidades sociais, e ambientais, e conscientizando-a da importância do uso da tecnologia para a produção de alimentos mais saudáveis.

A motivação por parte da direção da Coocam em realizar o projeto, segundo as assessoras, se justifica pela sua preocupação com o meio ambiente e com o

¹⁹Cooperativa Agropecuária Camponovense constitui-se como forma jurídica, uma sociedade simples de pessoas, inscrito no CNPJ sob número 95.851.390/0001-10 e Inscrição Estadual 252.304.896.

²⁰ Esta empresa é uma organização de âmbito mundial, que atua no ramo de insumos, de sementes e conta com mais de 26 mil colaboradores, em 90 países, incluindo o Brasil. Disponível em: <<http://www.syngenta.com/country/br/pt/quemsomos/Pages/HomeQuemSomos.aspx>>. Acesso em: 6 nov. 2013.

futuro dos agricultores frente à evolução da agricultura, bem como pela compreensão de que é por meio da educação ambiental, do esclarecimento e da conscientização que a população poderá perceber suas responsabilidades individuais e coletivas referente ao meio ambiente.

A empresa parceira disponibiliza material didático produzido pela Fundação Abrinq²¹ com temas ligados ao meio ambiente e à preservação da natureza. A CooCam, por sua vez, estimula à escola implementar a horta escolar, cuja execução fica por conta dos professores. A CooCam apresenta, anualmente, inovações com base nas realidades dos alunos atendidos, como acesso à internet, à cultura, ao teatro, a blogs e a ações de sustentabilidade.

Na dinâmica da proposta da CooCam, além do material didático distribuído para alunos e professores, são realizadas palestras com destaque para as questões ambientais, e para o cooperativismo. A família também participa, sendo que as mães dos alunos são as que mais se envolvem. O Projeto é desenvolvido com parcerias e com as escolas.

O projeto inclui metodologia lúdica como, por exemplo, o teatro no processo de aprendizagem, o que aponta para um aspecto pedagógico interessante a ser considerado, pois diz respeito a uma forma de construção do conhecimento que preconiza espaços de atividades prazerosas.

Sobre a questão do lúdico, Huizinga (1993, p. 233) defende que as formas lúdicas possibilitam-nos atingir “dignidade e plenitude”. A este respeito, acrescentamos o que afirma Gerber (2013, p. 243) sobre o lúdico: “propiciador da soltura corporal e viabilizador do riso, das brincadeiras, da jocosidade e da possibilidade de outros métodos de trabalho, além da escrita, consegue incluir diferentes públicos, alfabetizados e analfabetos”.

Segundo informes pesquisados, de 2005 a 2010 houve um acréscimo significativo de alunos participantes chegando, aproximadamente, a 2.500 crianças, totalizando 26 escolas em 13 municípios da região de Campos Novos. A

²¹A Fundação Abrinq é uma organização social que trabalha desde 1990 para que os direitos de crianças e adolescentes sejam respeitados. Pautada pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança, Constituição Federal Brasileira (1988) e Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Fundação tem como estratégias: estímulo e pressão para implementação de ações públicas, fortalecimento de organizações não governamentais e governamentais para prestação de serviços ou defesa de direitos, estímulo à responsabilidade social, articulação política e social na construção e defesa dos direitos e conhecimento da realidade brasileira quanto aos direitos da criança e do adolescente. Disponível em: <<http://www.fundabrinq.org.br/quemsomos.php>>. Acesso em: 6 nov. 2013.

Cooperativa reconhece o trabalho como uma oportunidade de contribuir com as escolas na prática da educação ambiental, destacando a importância de envolver as crianças como agentes transformadores da sociedade, ao expressar a seguinte opinião:

A importância está no trabalho feito na base, que são as crianças e adolescentes. Através deles, da amorosidade e da cobrança por parte das crianças, se faz uma mudança em toda a família e dos hábitos de casa. A Coocam quer formar uma sociedade mais consciente de suas obrigações e as crianças são o melhor meio para isso, já que são formadores de opinião amanhã.(Assessoras de Comunicação da Coocam).

Na visão da Coocam, além da conscientização ambiental, que é o foco do projeto, ações concretas de reciclagem, o uso correto de EPIs, o manejo de agrotóxicos e ações de economia e reutilização de produtos, fazem com que se chegue ao objetivo maior ao qual a Coocam se propõe, que é o de promover a melhoria da qualidade de vida, aliado à sustentabilidade.

Por um lado, vimos a respeito do uso de agrotóxicos que a ANVISA, em reportagem publicada recentemente pela imprensa nacional, informou ser o Brasil o campeão mundial em uso de agrotóxicos e que essa é a quarta maior causa de intoxicações, depois de remédios, animais peçonhentos e produtos de limpeza. O país também é, segundo a ANVISA, o maior destino de agrotóxicos banidos em seu país de origem. Nesse ponto, Santa Catarina adotou medidas no sentido do controle sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos em virtude do trabalho do grupo formalmente constituído- e com atribuições ampliadas.

Por outro lado, vemos que, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a perspectiva ambiental consiste num modo de ver o mundo no qual se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e na manutenção da vida. O texto deste documento explicita ainda que, quando se trata de discutir a questão ambiental, nem sempre se evidencia o peso que realmente têm as relações de mercado, de grupos de interesses, na determinação das condições do meio ambiente, o que dá margem à interpretação dos principais danos ambientais como fruto de uma “maldade” intrínseca ao ser humano.

De acordo com o PCN, a busca de aplicação sobre essa abordagem não tem sido fácil, nem isenta de contradições. Portanto, é preciso compreender que a

educação ambiental vai além da simples ação de reciclar, reaproveitar ou reduzir o desperdício de recursos. Tais estratégias não fogem, por si, da lógica desenvolvimentista, o que implica um novo universo de valores no qual a educação tem um importante papel a desempenhar. Nesse contexto, fica evidente a contribuição da Coocam de educar as pessoas, sobretudo as crianças, para que adotem práticas sociais responsáveis e tenham a sensibilidade no sentido da conservação do ambiente. Logo, vê-se que há a preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno, seu meio, sua comunidade, se torna uma ação estratégica, porém, há que ser de forma crítica para que as crianças percebam as contradições e, de fato, possam melhor orientar suas escolhas.

Segundo a Coocam, há a pretensão de, futuramente, incluir também outras questões como educação financeira para os jovens e as famílias.

O que chama atenção nesta proposta da Escola no Campo é justamente como é possível trabalhar essa complexa questão sobre saúde e ambiente para que os conteúdos discutidos sobre o uso de agrotóxicos não sejam meramente informativos, mas formativos de hábitos e valores. Entretanto, não há como não reconhecer que vivemos numa sociedade contraditória, na qual são, e a cada dia, lançados no mercado, e de forma massiva, produtos que afetam a saúde dos seres vivos. Cabe aqui mencionar o questionamento: de como a escola, a Cooperativa e a empresa parceira estão se pautando criticamente sobre o uso de agrotóxicos que envolve as famílias dos alunos e os demais produtores? Como os agrotóxicos têm impactado a saúde das pessoas? E, como frear o uso já que estamos tentando nos tornar seres humanos mais conscientes, críticos das questões ambientais em busca de um planeta sustentável?

É a análise a partir destes questionamentos e de uma reflexão sobre os mesmos que se percebe um paradoxo na proposta, pois a empresa parceira utiliza-se da parceria com a Coocam para fins educativos e, ao mesmo tempo, atende ao objetivo de cumprir determinações legais como forma compensatória pela fabricação de agrotóxicos. Não obstante, não se deve desconsiderar os esforços da empresa parceira no sentido de construir uma imagem de empresa socialmente responsável que investe em projetos de educação ambiental e de conscientização sobre o uso adequado de agrotóxicos, o que é uma contradição, pois de fato, estaria mais interessada em vender tais produtos e maximizar seus lucros?

O que foi possível captar dessa experiência é que a imagem que está na vitrine proposta por esse projeto é a de crianças rurais formadoras de opiniões nas questões ambientais. Portanto, seriam crianças bem informadas, críticas e com práticas sustentáveis. Entretanto, fica também evidente a ideia de um futuro agricultor, que se pretende informado, que usa adequadamente os EPEIs, e que continua, porém, utilizando agrotóxicos.

De toda forma, tal experiência se mostra extremamente complexa, pois não se pode negar que as questões ambientais tornam-se importantes para a vida das crianças e de seus familiares na medida em que possibilitam discutir valores e condutas. Logo, entende-se que a proposta educacional contribui para a construção social dos mesmos, sem perder de vista que as contradições permeadas nesta proposta educacional com as crianças terão em suas vidas repercussões que só o futuro poderá mostrar.

2.4 Projetos institucionais da Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos – COOPERCAMPOS

A Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos – Coopercampos iniciou seus trabalhos na década de 1970 e tem como missão “produzir, industrializar e comercializar insumos e alimentos de qualidade, com tecnologia, rentabilidade e respeito ao meio ambiente, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e cultural”. Sua área principal de atuação é o Meio Oeste Catarinense e o Planalto Sul (COOPERCAMPOS, 2013).

A representante da Assessoria de Comunicação e Marketing da Cooperativa, em entrevista concedida em 2012 na sede, em Campos Novos, afirma que o projeto de trabalho com jovens é bem recente. Mas destaca que historicamente a Cooperativa sempre desempenhou suas ações incluindo a família, principalmente envolvendo a mulher, inclusive com cursos de administração e, conseqüentemente, atuando com jovens do meio rural.

Em 2011, por decisão da diretoria, e por já existir um trabalho direcionado às mulheres e filhas dos associados, chamado “Núcleo Feminino Coopercampos”, implantado em 2009, surgiu a ideia de trabalhar com o jovem rural em virtude da grande preocupação com a sucessão no campo. Ressalta-se que a grande parcela de associados da Coopercampos é composta por produtores patronais. Segundo a

assessora, “como a maioria dos jovens trabalha ou estuda, ficou difícil encaixá-los em algum projeto já existente” – a exemplo de projetos do Sescop ou Ocesc.

Em 2011, foi realizado um estudo para implantação de projeto com jovens, juntamente com diretores, profissionais da assistência técnica da Cooperativa e equipe de comunicação e marketing a partir da visão dos próprios jovens rurais, o que culminou num encontro de integração social e motivacional. Neste mesmo dia, os jovens elaboraram sugestões de metodologia para conduzir um projeto que ficou denominado “Jovens Empreendedores da Coopercampos (JEC)”.

O projeto é direcionado não somente aos filhos de associados, pois tem como objetivo estimular jovens a se associarem à cooperativa. É possível verificar que existe uma participação estimulada, porém, dirigida, pois procura manter o foco do jovem na atividade agrícola, conforme se observa na fala a seguir:

Em se tratando de jovens, hoje em dia eles querem ascensão, coisas rápidas, e muitos deles precisam se manter no agronegócio, o que não necessariamente significa que ele tenha que morar no campo, podendo morar na cidade e apenas administrar a propriedade. (Assessora de Comunicação e marketing da Coopercampos).

Com o objetivo de aproximar-se da necessidade real do jovem, percebendo que havia dificuldades de os mesmos reunirem-se todos os meses, a Cooperativa optou por organizar grupos estratégicos, utilizando-se do cadastro de e-mails para aproximá-los, sob o encargo da equipe de marketing da cooperativa. Em relação aos participantes, a maioria é do sexo masculino, embora no depoimento da assessora “as mulheres, quando sócias, tem tido uma desenvoltura muito boa como líderes”.

Para aumentar a participação dos jovens, a Cooperativa observa o período da safra e de férias escolares para trabalhar com os mesmos através de palestras e encontros. Outra motivação utilizada são as viagens de estudo e de intercâmbio que proporciona aos jovens as expensas da Cooperativa, com aprovação das famílias, objetivando um trabalho continuado que leve ao convencimento dos pais sobre a possibilidade dos filhos assumirem seus lugares no empreendimento familiar.

Inserir-se a esse depoimento o reconhecimento da multifuncionalidade dos espaços rurais, sendo que teríamos que contextualizar tal fala não se levando em conta que o atendimento se volta para um jovem que já está inserido em uma família que exerce a agricultura patronal e que, portanto, se dedica ao agronegócio. Neste direcionamento, Schneider (1999, p. 183) tem observado que não apenas os

pequenos agricultores, marginalizados ou desfavorecidos, buscam trabalhos extra-agrícolas para manterem ou ampliarem suas rendas. Sobretudo o jovem, membro de famílias de agricultores bem-sucedidos e tecnicamente modernizados, tem saído de suas propriedades para satisfazer interesses não econômicos, como forma de manter um vínculo com a cidade e o estilo de vida urbano. Tal observação é respaldada pela fala do depoimento acima quando diz que “*não necessariamente significa que ele tenha que morar no campo, podendo morar na cidade e apenas administrar a propriedade*”.

Para a Coopercampos, a juventude de hoje tem informações muito rápidas e tem senso crítico. Por isso, se apoia nas sugestões dos próprios jovens sobre o que querem, pois eles não aceitam “*qualquer cursinho*”. Desta forma, o pensar do projeto é “coletivo” envolvendo os profissionais da área de assistência técnica da cooperativa. Por desejar saber da necessidade real do jovem, percebendo que havia dificuldades de os mesmo se reunirem todos os meses, a Cooperativa optou por organizar grupos estratégicos, utilizando-se do cadastro de e-mails para aproximá-los, sob o encargo da equipe de marketing da cooperativa.

Em relação aos participantes, informa-se que a maioria é do sexo masculino, embora no depoimento da assessora “*as mulheres, quando sócias, tem tido uma desenvoltura muito boa como líderes*”. Para aumentar a participação dos jovens, a Cooperativa observa o período da safra e de férias escolares para trabalhar com os mesmos através de palestras e encontros. Outra motivação utilizada são as viagens de estudo e de intercâmbio que proporciona aos jovens as expensas da Cooperativa, com aprovação das famílias, objetivando um trabalho continuado que leve ao convencimento dos pais sobre a possibilidade dos filhos assumirem seus lugares no empreendimento familiar.

Todas estas considerações apontam a ação da cooperativa a fim de instrumentalizar jovens e famílias para a sucessão familiar, garantindo o desenvolvimento de projetos voltados ao agronegócio. O depoimento, a seguir evidencia esta preocupação:

A família sempre é envolvida. Mesmo assim em muitas palestras os jovens se queixam que não tem liberdade em casa para assumir os papéis. Diante do fato, os pais são aos poucos motivados a ceder o espaço aos filhos, tudo feito com muita calma e convencimento, e aos poucos trabalhar com a família de forma bem tranquila o processo de desconstrução do poder eterno dos pais. (Assessora de Comunicação e marketing da Coopercampos).

Estas questões remetem aos estudos de Silvestro et al. (2001), que afirma que nas famílias de agricultores mais capitalizados, onde ocorre o estímulo aos filhos para permanecerem na atividade. Um dos fatores importantes apontado pelo estudo sobre o desejo de que seus filhos prossigam na atividade paterna, deve-se ao pensamento de rejeição ao assalariamento, fator desconsiderado para os agricultores menos capitalizados, pois a sobrevivência da família com o trabalho assalariado já é fato aceitável por estes.

Outra questão importante a respeito da permanência dos jovens na propriedade apontada pela representante da cooperativa se deve à falta de autonomia e de participação nas decisões dos negócios na propriedade.

Reverendo Urteaga (2011), vemos que para a autora o período de juventude é um amadurecimento em múltiplos aspectos, sejam biológicos, psicológicos, culminando principalmente pela busca de autoafirmação, reconhecimento social pelas conquistas e também pelas responsabilidades, livre e ao mesmo tempo amarradas com os valores familiares.

Tal percepção relaciona-se a questão a que se refere a assessora sobre a “*desconstrução do poder eterno dos pais*”, podendo ser trabalhada pelas instituições conforme a postura da “*pedagogia da cooperação*”. Isso sem qualquer intenção de interferência que necessariamente venha a tirar o poder dos pais, mas, sobretudo, deve-se trabalhar a compreensão de que é possível existir um processo de inclusão de papéis na mesma unidade familiar.

A respeito da possibilidade de que as ações com os jovens possam produzir mudanças relativas à qualidade de vida dos mesmos, percebe-se que uma condição almejada pela Cooperativa é a da sucessão do agronegócio, mas não se adentra na condição mais subjetiva do jovem. A ação centra-se mais no estímulo para que os jovens permaneçam na propriedade e que se associem à Cooperativa.

Talvez mudança não seria bem o termo mais adequado para o que queremos com o JEC, mas sim a conscientização dos jovens para uma realidade que ele precisa refletir e perceber que alguém precisa suceder a condução dos negócios da empresa rural e da empresa cooperativa.(Assessora da COOPERCAMPOS).

A declaração da assessora reafirma que o principal objetivo do trabalho com jovens é “*manter a permanência dos mesmos na condução das atividades da propriedade rural*”. E complementa: “*no caso da Coopercampos, na sucessão da*

propriedade rural ou ainda atraí-lo como associado". Ou seja, não há apenas o objetivo de se trabalhar com um futuro agricultor patronal, mas com um associado que faça parte, mantenha e dê sustentação à continuidade da própria cooperativa.

Ainda acerca de sucessão, na interpretação de Silvestro et al. (2001), o processo sucessório na agricultura familiar está articulado em torno da figura paterna que determina o momento e a passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para as gerações futuras. Enquanto o atual responsável tiver condições de dirigir o estabelecimento, a sucessão não terá lugar. Porém, na perspectiva dos jovens, ocorre o contrário. Para eles, o momento mais adequado para assumirem a responsabilidade na unidade reprodutiva é quando demonstram capacidade de autonomia pessoal. Desta forma, entende-se que se apresenta um grande desafio a ser trabalhado pelas instituições de desenvolvimento rural, como enfatizado por Silvestro et al. (2001). Logo, entende-se necessário trabalhar com esta diferença, por vezes extremamente tensa, entre a visão e postura de pais e filhos.

Reforça-se, assim, a proposta da Pedagogia da Cooperação, quando se desmonta a ideia de que é um ou outro; ou o pai ou o filho ou a filha. Para Fábio Brotto (2001), o objetivo da Pedagogia da Cooperação é contribuir para que as pessoas possam resgatar o potencial de viverem juntas e realizarem objetivos comuns, aprendendo à bem-viver uns com os outros, ao invés de uns contra os outros. Trata-se da aplicação de um estudo filosófico-pedagógico acerca dos jogos cooperativos para promover a ética da cooperação e desenvolver as competências necessárias para a melhoria da qualidade de vida atual, para a vida das futuras gerações.

Quanto à possibilidade de trabalhar com outras instituições para desenvolver o trabalho com jovens, a Cooperativa firma parcerias somente quando se trata de algumas palestras, cursos ou ações pontuais. Neste caso, contam com técnicos da Sescop, do Senar ou de outras instituições de desenvolvimento rural.

As formas utilizadas para receber *feedback* do trabalho com jovens são os encontros e as visitas realizadas nas propriedades pelos profissionais da assistência técnica, reuniões com os líderes do grupo, ou por contato através de e-mails, telefones e no próprio setor de cadastro, onde é possível acompanhar a participação dos jovens na Cooperativa. Evidencia-se que na proposta da Cooperativa emerge a preocupação com a participação dos jovens na elaboração e na construção das

ações, com uma adaptabilidade no contexto dos jovens. A metodologia está centrada na linha motivacional, como palestras, excursões, seminários, utilizando-se mais de eventos pontuais, de meios eletrônicos e de visitas para manter o grupo ativo, do que de um processo de capacitação.

Pode-se abstrair desta experiência com jovens rurais que a Cooperativa pressupõe uma juventude mais autônoma, de exigências imediatas, capaz de potencializar a condução do agronegócio, bem como fazer a sucessão na propriedade e vir a ser sócio na cooperativa. Portanto, um jovem que não necessariamente tenha o perfil de um agricultor familiar, mas, sim, o de um empresário rural, com possibilidades de morar no espaço rural ou optar por viver na cidade. Compreende-se que a construção social, nesse caso, está mais voltada para uma agricultura empresarial, diferentemente de um empenho para a construção social de jovens de agricultura familiar.

2.5 Projetos institucionais do Sindicato dos Produtores Rurais de Campos Novos

A experiência mais recente de ações dirigidas aos jovens rurais sob a coordenação do Sindicato dos Trabalhadores de Campos Novos aconteceu nos moldes dos projetos desenvolvidos por meio da Confederação Nacional de Aprendizagem (CNA) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de SC (Senar/SC) com o “Programa de Empreendedorismo Rural”.

O “Programa de Empreendedorismo Rural” foi desenvolvido com um grupo de jovens em 2010, no município da Vargem, através do Sindicato dos Produtores Rurais, o qual participa na identificação e na mobilização dos jovens, contribuindo na organização da logística, acompanhando o desenvolvimento e a avaliação do curso através da Pedagoga do Sindicato.

O presidente do Sindicato elenca as motivações para realizar o curso de Empreendedorismo com os jovens rurais por: Santa Catarina se tratar de um Estado eminentemente agrícola; pela necessidade de reconversão das propriedades rurais; de novas lideranças; necessidade de visão empresarial e pela valorização da atividade rural.

Destaca-se aqui o entendimento de Fernando Dolabela (2003) sobre a Pedagogia Empreendedora como uma metodologia de ensino de

empreendedorismo para a Educação Básica: educação infantil até o ensino médio. Abrange, portanto, idades de 4 a 17 anos. Estimula a capacidade de escolha do aluno sem influenciar as suas decisões, preparando-o para as suas próprias opções. O autor trata o empreendedorismo como uma forma de ser e não somente de fazer, transportando o conceito que nasceu na empresa para todas as áreas da atividade humana. No Brasil, a Pedagogia Empreendedora foi aplicada com sucesso em diferentes escolas, cidades e contextos, inclusive no meio rural.

Ainda, segundo Dolabela (2003), a pedagogia do empreendedorismo tem como propósito desenvolver o potencial dos alunos para tornarem-se empreendedores em qualquer atividade que escolher, cabendo ao aluno, e somente a ele, fazer opções profissionais e decidir que tipo de empreendedor será. Com uma abordagem acentuadamente humanista, a metodologia elege como tema central a preparação, não só do indivíduo, mas da comunidade vinculada a tecnologias de desenvolvimento local sustentável para que essa participe ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida das pessoas, e com vistas à promoção de processos de inclusão social.

Sobre o propósito do curso de empreendedorismo com os jovens rurais, a pedagoga do sindicato afirma que o Programa tem como meta desenvolver habilidades para que os jovens saibam identificar necessidades do mercado e transformá-las em oportunidades de negócios, identificar quem pode contribuir para o planejamento da atividade e buscar ajuda, seja através de pesquisa, assistência técnica, reivindicações, entre outras, bem como saber planejar a atividade.

O Programa tem como objetivo geral desenvolver competências empreendedoras e preparar líderes para ações sociais, políticas e econômicas sustentáveis no agronegócio. É desenvolvido em três fases, sendo que a primeira trabalha com Gestão do conhecimento e Desenvolvimento Humano; a segunda com Implementação de Projetos e Integração dos Participantes; e a terceira com Desenvolvimento de Liderança. Tem como objetivos específicos: dotar o agronegócio de empreendedores qualificados e líderes comprometidos com o desenvolvimento sócio-econômico do meio rural; aumentar o poder político, econômico e social dos agricultores; aumentar a qualidade de vida da população no meio rural; contribuir para o desenvolvimento de um sistema de educação voltado para o meio rural e contribuir para o aumento da renda líquida dos produtores rurais.

Na compreensão da pedagoga do Sindicato, a estratégia, para tanto, é a de: identificar e buscar novas parcerias institucionais e fortalecer as existentes; fomentar o espírito de grupo nos empreendedores rurais promovendo a formação de uma confraria de participantes; procurar elementos aglutinadores de oportunidades de negócios, objetivos comuns, tecnologias, parcerias e associativismo. Essas ações pretendidas evidenciam que o sindicato empenha-se em um papel formativo e está mais aberto ao desenvolvimento de ações de interesse coletivo que incluam o jovem na percepção e transformação da realidade. Essa postura foi assim manifestada.

O mundo rural contemporâneo já não se caracteriza como uma massa coesa, como uma única corporação inserida em determinado território e os jovens devem estar a par das mudanças que vem ocorrendo e precisam se preocupar com o aperfeiçoamento dos conhecimentos que objetivem avaliações comportamentais e busquem soluções. (Pedagoga do Sindicato).

A pedagoga chama atenção para as sociedades rurais contemporâneas que apresentam significativas transformações no âmbito das concepções de mundo, de estilos de vida, modalidades de trabalho e, sobretudo, dos processos de tomada de decisão. Diante deste contexto, verifica-se que em parte da juventude há uma problemática: a da desvalorização do meio rural que, dentre outras implicações, tem contribuído com a saída de jovens para as cidades em busca de novos horizontes profissionais e pessoais.

Considerando a complexidade da agricultura contemporânea e a relevância dos jovens enquanto atores fundamentais para o processo de desenvolvimento da agricultura e diante da possibilidade de permanecer ou sair do meio rural, o presidente do Sindicato evidencia os reflexos que podem ocorrer com a saída do jovem:

Torna-se relevante os investimentos com os jovens rurais. Além disso, objetiva-se analisar quais as implicações das decisões dos jovens para a unidade de produção agropecuária, para o bem-estar familiar e para as políticas públicas em nível local e regional. Por isso a preocupação de inserir o Programa de Empreendedorismo Rural na vida dos jovens. (Presidente do Sindicato).

Nota-se a possibilidade de estabelecimento de alianças, pois o sindicato reconhece a importância de trabalhar em parceria com instituições que estão diretamente interligadas com os jovens por conhecerem a realidade local e as reais dificuldades encontradas no contexto rural. Esta abertura mostra o esforço da

organização voltada a apoiar as lideranças jovens que possam assumir os destinos do território que tem na agricultura sua principal economia. Esta constatação pode ser vista na fala que reforça as ações da organização sempre na perspectiva econômica voltada à produção da atividade agrícola.

O grande desafio da atual gestão é de cumprir um papel fundamental no município, já que têm sua base econômica centrada na agropecuária e continuar atuando em defesa da produção e de condições para que os produtores possam produzir, com todo o esforço, diante dos reflexos da crise da agricultura. (Presidente do Sindicato).

O presidente salienta ainda que as atividades do Sindicato também estejam centradas na parceria com o Senar e com a Faesc na oferta de cursos profissionalizantes que proporcionem capacitação sem nenhum custo para os jovens.

A respeito de como o Sindicato recebe avaliação para saber do alcance dos investimentos das ações com a juventude, foi informado de que ele realiza ao final de cada ano uma reunião de planejamento com as entidades parceiras para levantar as reais necessidades, como sugestões e críticas. Além disso, um questionário é aplicado após o término do Programa de Empreendedorismo Rural para detectar pontos fracos e fortes do programa, levando em conta a opinião dos participantes.

Essa experiência de trabalho com jovens tem uma característica inovadora que está relacionada à proposta da Pedagogia Empreendedora que se oferece, segundo Dolabela (2003), como uma estratégia para a produção de novos conhecimentos a partir de uma plataforma individual já existente, ou seja, a partir de suas realidades e de seus sonhos com a possibilidade de empreender.

Todavia, por conta da falta de infraestrutura evidencia-se uma preocupação com o acompanhamento dos projetos dos jovens uma vez que o Senar apenas ministra o curso, que tem durabilidade de quatro meses, e depois se afasta, não oferecendo apoio ao pós-curso. Logo, percebe-se que fica em haver o acompanhamento dos jovens e o assessoramento em seus projetos profissionais, pois houve tão somente o oferecimento do curso de empreendedorismo.

O que é possível constatar dessa experiência sobre empreendedorismo é que o jovem recebe no período de quatro meses um conjunto teórico de conhecimentos do que é ser um jovem empreendedor do agronegócio, um líder no meio rural. Portanto, então, deduz-se que a imagem que se almeja é a de um jovem

empreendedor ligado a atividades agrícolas e produtivas e que reconheça as mudanças que vêm ocorrendo nos espaços rurais. A questão é saber se o curso de empreendedorismo, do ponto de vista metodológico e político pedagógico, garante em suas múltiplas dimensões que o jovem consiga adquirir conhecimento e, sobretudo, aplique-os na sua prática cotidiana. Entende-se, pelos depoimentos, que após o término do curso o sindicato não tem uma infraestrutura de apoio para que os jovens possam dar continuidade ao processo de ser empreendedor, pois não basta fazer o curso, é preciso ter a condição de aplicabilidade.

Como diz Gadotti (2005), hoje as teorias do conhecimento estão centradas na aprendizagem. Porém, só aprendemos quando nos envolvemos profundamente naquilo que aprendemos, quando o que estamos aprendendo tem sentido para as nossas vidas. Só conhecemos realmente o que construímos autonomamente. Ou, como diz Maturana e Varela (1995), conhecer e aprender são processos autopoieticos, isto é, auto-organizativos.

2.6 Reflexão das experiências institucionais pesquisadas

Observa-se, em geral, nas experiências pesquisadas, que os jovens rurais não se constituem como público específico da instituição e das organizações. Os jovens passam a ser público num determinado momento e a partir de uma externalidade. Ou seja, de um programa, ou de uma proposta, de um recurso, de uma política pública que vem geralmente de fora, e reflete na instituição. Quando as motivações são impulsionadas por estímulos externos à instituição, há um maior risco de descontinuidade das ações com este público. Este risco está relacionado à possibilidade da instituição ou organização não vir a internalizar e consolidar sua ação com os jovens rurais. Porém, ressalta-se que nas experiências investigadas todas manifestaram a intenção e a preocupação em continuar e ampliar as ações com os jovens rurais naquilo que consideram ser sua contribuição com a construção social da juventude rural no Estado.

Outra questão observada se dá na perspectiva de que as ações partem de um pressuposto de que é através dos jovens que se visa alcançar determinados objetivos. Desta forma, os jovens ainda não estão ou são o centro do processo. A exemplo dos clubes 4 – S, em que os jovens estavam para a modernização da agricultura, atualmente, os motivos apresentados nas experiências que mais se

evidenciam são aqueles que apontam que os jovens são visados: para a sucessão da agricultura familiar; para ser um associado; para a sucessão do agronegócio; para a promoção de mudanças ambientais, para ser empreendedor, dentre outras.

Observa-se que a imagem institucionalizada é de um jovem carrega uma marca de um sujeito que num futuro irá suceder a propriedade. Como muito bem interpreta Urteaga (2011) quando se refere que as representações institucionais sobre os jovens se constroem principalmente, ainda que não de uma forma exclusiva, a partir de uma idealização, no sentido de uma reconstrução simbólica, de um “*dever ser jovem*” determinado por um modelo de desenvolvimento, assim como pelo lugar e papel que a sociedade espera que o jovem cumpra. Para a autora, as imagens sobre os jovens construídas desde as instituições tem servido como marcos de percepção e de interpretação do juvenil e também como guias de orientação dos comportamentos e práticas para os próprios jovens e adultos, pois se transmitem pela via das práticas institucionalizadas.

Por outro lado, as experiências também contemplam aspectos ligados ao desenvolvimento dos jovens enquanto: ativos, formadores de opinião, autônomos, com responsabilidade ambiental, empreendedores. Porém, observa-se ainda fragilidade nas experiências em questões relacionadas ao próprio jovem, como seu bem estar, sua autoestima, seus sonhos, sua cidadania, por não estarem claramente explicitadas.

As experiências pesquisadas ainda trazem um viés tradicional de transferência de conhecimento, no qual os projetos e propostas são ainda elaborados a partir de uma visão técnica institucional e exógena. Ou seja, a instituição formula o projeto, as ações e os resultados esperados da ação pressupondo o que é melhor ou mais adequado no tempo e espaço para a juventude rural, com alguma flexibilidade de levar em conta as demandas e expectativas dos jovens rurais.

A partir dessas experiências, é possível reconhecer que os jovens estão inseridos numa educação não formal, como menciona Gadotti (2005), que se caracteriza como um processo flexível, que engloba as experiências de vida, que ocorre em múltiplos espaços, podendo ser entendida pela descontinuidade e pela informalidade, porém, organizada e sistemática, levada a efeito fora do sistema formal.

Entretanto, não fica claro nos depoimentos dos representantes institucionais, se, com o esforço das instituições, está havendo debates, ações, projetos que enfrentem o que está sendo trazido como problema. Assim, ainda ficam questões como a falta de autonomia dos jovens, a dificuldade na sucessão familiar, no agronegócio e no exercício do empreendedorismo juvenil no espaço rural. Estes fatores estão sendo trabalhados adequadamente nos projetos institucionais?

Percebe-se na fala dos entrevistados dificuldades adicionais no trabalho com os jovens. Entre elas aponta-se a complexidade de trabalhar com os jovens rurais por se constituírem um público que está num momento de autoafirmação, de indecisões, de busca por autonomia, por serem exigentes, por terem expectativas que estão distantes tanto das instituições, quanto da família e das políticas públicas.

Um ponto importante a destacar refere-se ao reconhecimento por parte das instituições pesquisadas que hoje em dia os jovens não aceitam tudo o lhes oferecem, pois questionam programas, conteúdos, metodologias, assistência técnica, demonstrando que são seletivos, que têm opinião própria e que fazem escolhas. Explicitam que percebem as relações de poder oriundas de fora, seja por instituições, por governos e até mesmo da própria família, e os jovens disso se dão conta; e por isso desenvolvem resistências. A complexidade desse contexto de exercício de poder encontra respaldo na constatação de Foucault (1979, p. 175), que afirma: “O poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] o poder não é manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”.

Outro desafio está em colocar na pauta das instituições a contribuição para com a construção social da juventude rural num processo contínuo e contextualizado com as realidades materiais e imateriais dos jovens; realidades que ultrapassam as questões meramente agrícolas. Não se observou nas falas sobre as experiências o que o trabalho com jovens trouxe de aprendizagem para as próprias instituições. Quer dizer, o que elas apreenderam com os jovens? A intencionalidade geralmente ainda é de levar algo para a juventude, inclusive como forma de se autossustentar como instituição.

Fica o desafio por parte das instituições, organizações e da própria família, de contribuir na perspectiva de que a permanência dos jovens no meio rural se constitua a partir de sua escolha, com autonomia e bem-estar. Durston (apud ABRAMOVAY et al., 1998, p. 40) diferencia as situações nas quais a agricultura e o

meio rural são, para os jovens, uma escolha preferencial, daquelas que resultam da impossibilidade de realizar um projeto pessoal, seja em virtude do peso das relações patriarcais, do papel subordinado da mulher ou da impossibilidade de encontrar caminhos alternativos aos horizontes atuais. O que o autor faz é que nos deparemos com a complexidade dos contextos que se apresentam quando alguns jovens, embora queiram, não encontram respaldo nem condições para permanecerem no meio rural. Logo, a escolha não é algo simples, pois envolve, além das questões práticas e econômicas, questões subjetivas, culturais, de relações de poder, desejos e ambições, de mudança de estilo de vida e até de circunstâncias de eventos climáticos, por exemplo.

É perceptível, contudo, que essas e outras questões estejam cada vez mais presentes nas reflexões sobre a juventude rural e a busca por soluções dos problemas tem sido considerada cada vez mais urgente. Como bem mencionado por Durston (1998), deve-se “aqui e agora”, enfatizar a urgência de investimentos concretos e inovadores para e com os jovens rurais por parte das instituições de desenvolvimento, sejam públicas ou privadas.

No caso da Epagri específico da Epagri, questiona-se, porque não tem a própria política contínua de trabalho com a juventude? Sem depender de projetos externos?

CAPÍTULO III

A PERSPECTIVA DE JOVENS FRENTE AO PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO RURAL

Na trajetória de construir uma extensão rural que se aproxime cada vez mais das necessidades, da realidade, dos anseios e das transformações dos jovens do meio rural, torna-se necessário avançar nas propostas metodológicas que contribuam com a formação dos sujeitos dessas transformações. Nesse compasso, emergiu a proposta de escolas alternativas como a Pedagogia da Alternância, que tem como escopo principal a proposição de uma educação inserida na dinâmica das transformações sociais dos sujeitos que habitam e convivem no espaço rural que, cada vez mais, tem se tornado um espaço exigente, diversificado socialmente, pluriativo e globalizado.

A proposta pedagógica da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que congrega diferentes experiências de formação, distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, cuja finalidade é proporcionar uma formação profissional que leve em conta às histórias de vida, cultura, conhecimento, competências, dúvidas, ambições e a realidade social dos jovens e das jovens rurais. Uma pedagogia que possibilite aos jovens, sobretudo, construir, juntamente com suas famílias, seu presente e seu futuro.

A Pedagogia da Alternância é defendida por diferentes teóricos humanistas que enxergam o modelo como proposta libertadora, capaz de possibilitar o acesso dos excluídos a uma educação construída sobre o alicerce da coletividade, partindo da realidade local para uma compreensão mais ampla e voltando à realidade, em um constante ir e vir (WOLOCHEN, 2008, p.29).

Neste capítulo, aborda-se uma experiência recente no meio rural catarinense na qual foi adotada a proposta metodológica acima citada. Trata-se do projeto-piloto de implantação do “Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural”, período de 2006 a 2008, através de uma parceria entre a Epagri e o Instituto Souza Cruz, que seguiu os pressupostos metodológicos da Pedagogia da Alternância. O referido Projeto foi realizado nas regiões administrativas da Epagri de Campos Novos e

Joaçaba, e sediado no CETRECAMPOS (Centro de Treinamento) da Epagri que, durante dois anos, atendeu 27 jovens rurais em 22 encontros.

A análise terá como base a concepção dos jovens rurais que participaram do referido Projeto-Piloto, compreendida em suas falas, bem como do não dito, isto é, do não explicitado verbalmente. Pretendeu-se, assim, conhecer as transformações ocorridas em suas vidas após o curso e como se encontram passados cinco anos.

Sendo assim, este capítulo está estruturado nas seguintes seções:

1) A Metodologia da Pedagogia da Alternância e concepções do Programa de Empreendedorismo Rural;

2) O projeto na percepção dos jovens participantes aborda a percepção dos jovens egressos do projeto de “Empreendedorismo dos Jovens Rural”, suas opiniões sobre a compreensão do que é “ser jovem” e o que significou em suas vidas a participação no curso.

3) O projeto profissional desenvolvido pelos jovens durante o curso. A partir dos mesmos são analisadas as dificuldades pessoais e financeiras, a interface com as políticas públicas, a continuidade e assessoramento no pós-curso.

4) Apercepção da intervenção da Epagri com o programa de Empreendedorismo Rural e os itinerários dos jovens pós-curso.

3.1 Metodologia da Pedagogia da Alternância e concepções do Programa de Empreendedorismo Rural

A primeira proposta da pedagogia da alternância ocorreu na França, em 1935, num período de crise no qual o país se recuperava do pós-guerra, e quando a agricultura estava precária, sendo um dos setores mais prejudicados, principalmente no que diz respeito aos pequenos agricultores. A proposta surgiu por conta da insatisfação dos agricultores e de seus filhos com o sistema educacional da época, considerado pouco atrativo para o meio rural, e tinha como objetivo oferecer aos jovens uma formação alternativa que estivesse de acordo com a realidade; que possibilitasse, além do aprendizado teórico-prático, a motivação para os estudos, visando recuperar a autoestima (ESTEVAM, 2003).

De acordo com Estevam (2003), na época, a educação era direcionada para as questões urbanas, tornando o ensino desinteressante para os jovens agricultores, pois viviam o dilema de que, para estudar, tinham que sair de suas propriedades,

abandonando a família e as atividades agrícolas, ou ficavam na agricultura sem escola. O contexto que se apresentava agravava-se ainda mais pelo fato de os jovens serem indispensáveis nas lidas domésticas.

Esse foi o grande desafio enfrentado por pais, lideranças, igreja e entidades ligadas à agricultura. Havia ainda um consenso de que somente uma formação adaptada à realidade seria a solução. Foi no espaço do Sindicato Rural que a comunidade começou a discutir os problemas relativos ao desenvolvimento rural, o que os levou a constatar que o mesmo passaria inevitavelmente pela formação de pessoas comprometidas com o seu meio. A partir disso, pensaram em um tipo de formação que possibilitasse aos jovens uma aprendizagem teórico-prática e uma formação geral e técnica. Wolochev (2008, p. 29) ressalta que a proposta se construiu antes na realidade rural e, posteriormente, efetivou-se como teoria.

A partir dessa experiência, nasceu uma estrutura pedagógica que passou a se chamar “Pedagogia da Alternância”, fruto da prática social organizada que se construiu através de ação e de experimentação, nascendo a primeira Casa Familiar, em 1937, chamada de *La Maison Familiale*, instalada na pequena cidade francesa de Lauzun. A experiência foi sendo estudada, compreendida e teorizada por André Duffaure e Daniel Chartier, organizadores e divulgadores desta teoria para o mundo em parcerias com a Universidade Sorbonne, a Escola Prática dos Estudos Superiores em Ciências Sociais, de Paris, a Universidade de Tours e o Centro Nacional Pedagógico de Chaingy (ESTEVAM, 2003).

Devido ao sucesso da primeira experiência na França, essa proposta se capilarizou por muitos países, incluindo o Brasil, que é o segundo em número de instituições que se utilizam dessa pedagogia. No Brasil, a experiência com a Pedagogia da Alternância começou em 1969, no estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Familiares Agrícolas sob a influência das experiências italianas trazidas pelo padre Humberto Pietrogrande, quem tinha o objetivo de realizar um trabalho pastoral e social no Estado do Espírito Santo, na década de 1960 (ESTEVAM, 2003).

Em Santa Catarina, de acordo com Estevam (2003), a primeira fase das Casas Familiares (CF) foi demarcada no período compreendido entre meados da década de 1980 até o início dos anos 1990. Em 1991, foi criada a ARCAFAR/Sul, com o apoio da Extensão Rural Pública, na época ACARESC, atual Epagri. A

grande expansão ocorreu entre 1996 a 1998, com o apoio financeiro do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF.

A proposta metodológica utilizada pelas CF, que tem como base a Pedagogia da Alternância, parte do pressuposto de que a formação dos jovens deve iniciar-se a partir de sua experiência vivida. Para isso, elabora-se uma proposta pedagógica que servirá de instrumento para os jovens questionarem suas experiências cotidianas remetendo-os às causas e aos porquês, e assim poderem construir um futuro a partir da utilização da realidade presente (ESTEVAM, 2003, p. 43).

Em Santa Catarina, essa proposta pedagógica, foi utilizada, dentre outras instituições, pela Epagri em parceria com o Instituto Souza Cruz a fim de implementarem o projeto-piloto do “Programa Empreendedorismo do Jovem Rural”, objeto de estudo deste capítulo, conforme já mencionado.

De acordo com o documento que sistematiza a Unidade Político-Metodológica (UPM²²), o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural tinha como foco acreditar no jovem e investir no seu potencial para ocupar o papel estratégico de protagonista na criação e implementação de oportunidades locais de desenvolvimento.

Os objetivos do programa eram: 1) trabalhar na formação de competências humanas, técnicas e gerenciais capazes de desenvolver nos jovens uma atitude empreendedora frente à situação que envolve a individualidade e a coletividade; 2) Defender política e coletivamente causas sociais voltadas para o desenvolvimento do jovem do campo através da mobilização de pessoas e organização na busca de soluções para os problemas em comum; 3) produzir, sistematizar e disseminar conhecimentos sobre o processo de desenvolvimento integral dos jovens no campo.

Estes objetivos, embora apresentados separadamente, articulam-se através da perspectiva interdisciplinar e transversal, o que pressupõe uma leitura da totalidade sem desconsiderar as especificidades. De acordo com o exposto na Unidade Político-Metodológica, as propostas do Programa que levam em conta as especificidades da cultura e as relações mediadas pelo trabalho na terra como ponto

²²Unidade Político-metodológica tem por objetivo apresentar as concepções orientadoras do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural, idealizado pelo Instituto Souza Cruz e implementado no âmbito da parceria com os centros de Desenvolvimento do Jovem rural (CEDEJOR). Nela são abordados os aspectos relevantes para a formação integral de jovens rurais, com vistas ao empreendedorismo. Rio de Janeiro, agosto de 2005.

de partida vêm ao encontro das concepções norteadoras da Política de Educação do Campo.

O Programa vê a educação do campo como potencializadora do desenvolvimento rural à medida que investe nos jovens como protagonistas dos processos de desenvolvimento local, através de metodologia adequada ao modo de vida no campo. Assim, de forma coerente, a maioria dos jovens participantes do programa são filhos de agricultores familiares.

A metodologia do programa é a Alternância, considerada adequada para a formação integral e continuada dos jovens por meio de instrumentos pedagógicos específicos para articular os tempos e espaços nos contextos da vida no campo. O programa é desenvolvido em 22 alternâncias, a citar: 1ª e 2ª Juventude e a Agricultura Familiar; 3ª Juventude, participação e desenvolvimento sustentável; 4ª Cidadania e desenvolvimento rural; 5ª Vida no campo: trabalho, educação e produção; 6ª Vida no campo: direitos e deveres de cidadania; 7ª Sexualidade e afetividade – meio ambiente e práticas agrícolas; 8ª Protagonismo juvenil: saúde e agricultura; 9ª Saúde coletiva e comunidade empreendedora; 10ª e 11ª Empreendedorismo coletivo e desenvolvimento local sustentável; 12ª Juventudes empreendedoras e desenvolvimento rural; 13ª Ética e gestão da propriedade: organização e planejamento; 14ª Agricultura familiar e pluriatividade; 15ª Práticas agrícolas e política de parcerias; 16ª Políticas públicas e crédito; 17ª Empreendedorismo e projetos do jovem, rural; 18ª Juventude rural e redes; 19ª Desenvolvimento e agronegócio: limites e possibilidades; 20ª Agricultura familiar e agroindustrialização; 21ª Juventude e empreendedorismo no meio rural e 22ª Juventude e ações empreendedoras na comunidade.

Assim, os instrumentos pedagógicos adotados pelo Programa para atender os pressupostos da pedagogia da alternância eram: Plano de Estudo participativo, Caderno de realidade, Socialização de Experiências, Visitas técnicas, Visitas às propriedades, Visita às famílias, Fichas de trabalho, Cursos e estágios e, ao final, a elaboração de um Projeto pessoal ou coletivo. Este projeto é considerado pelos elaboradores do programa um importante elemento complementar à formação humana, técnica e gerencial. Ao mesmo tempo em que é visto como resultado concreto da formação dos jovens é tido como um exercício do aprendizado obtido no decorrer do curso, além de se constituir como uma prática de pesquisa. O processo de escolha do tema do projeto é considerado fundamental, pois deverá favorecer

aos jovens perceberem a relação entre sua escolha, seus interesses, sua preferência e de suas famílias, assim como as potencialidades do estabelecimento rural e da realidade econômica. Os projetos podem ser elaborados individualmente ou em equipes.

Cada um dos instrumentos pedagógicos foi desenvolvido de maneira planejada e articulada entre os monitores, os jovens, a família e a comunidade, passíveis de adaptação para acompanhar as transformações sociais.

3.2 O projeto na percepção dos jovens egressos

Para esta seção foi utilizado como material de análise os depoimentos orais de jovens que concluíram o curso de Empreendedorismo, bem como o relatório realizado ao final do curso por uma equipe interinstitucional que envolveu dois professores da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e um profissional da Epagri.

Esta análise se inicia com a forma de como se estabeleceu a parceria entre os pares – Epagri e Instituto Souza Cruz. Não está explícito o quanto a proposta foi debatida e dialogada anteriormente à implantação. No entanto, o relatório aponta dificuldades para a estrutura da Epagri (monitores, extensionistas rurais e demais envolvidos) “perceberem o projeto-piloto como uma ação voltada para a juventude”. Ele “acaba aparecendo como uma iniciativa à parte ou como um “curso” apenas diferente daqueles oferecidos pela profissionalização por seu tempo (longo) e abordagem (não apenas técnica)”. Os depoimentos contidos no relatório indicam que o programa foi pouco discutido e divulgado internamente com os profissionais envolvidos com o projeto-piloto, tendo sido discutido somente com os dirigentes da Epagri, sendo que chegou aos extensionistas municipais quando estes foram envolvidos na seleção dos jovens. Ou seja, com o projeto em andamento.

Neste ponto, parece pertinente considerar que novamente os projetos que chegam de uma forma exógena e cujos propósitos não são discutidos com a base da empresa, acabam por gerar conflitos no entendimento e na própria operacionalização do processo, levando a questionamentos, como: quem, de fato, será beneficiado com essa parceria? As instituições ou os jovens rurais? Qual a contribuição que essa parceria traz para a construção social do jovem rural? Qual é o foco?

3.2.1 Juventude: possibilidades e condicionantes

Os jovens entrevistados consideram a juventude uma etapa boa, de modificações, de busca por autonomia, momento de iniciar os compromissos profissionais; percebem que esse período passa rapidamente e, às vezes, há uma pressão para se tornarem adultos antes do tempo. Entendem também ser essa uma etapa de desvinculação com a família e decisiva, como expresso nas falas abaixo:

É uma fase bem corrida, pois temos que assumir a condição de adultos bem cedo, pois sai de casa para conseguir uma condição de vida, melhor. (Jovem/8 – 22 anos- ensino médio – mecânico e vigia noturno).

É uma fase boa, mas de conflitos econômicos. O futuro parte desta fase, então ela é decisiva na nossa vida. (Jovem/6 – 21 anos – ensino médio agricultor).

Para os jovens, a parte boa se refere ao convívio com a família, ao lazer com os amigos, à fase de aprendizagem, de independência financeira, de pensar na vida futura, de fazer escolhas, de vigor e de vontade. Os condicionantes estão mais ligados às restrições, aos preconceitos dos adultos em relação aos jovens, à dificuldade de assumir compromissos sociais e financeiros, de conquistar o reconhecimento da família e da sociedade, bem como da independência econômica. Há também uma evidência de que os jovens percebem que chegou a hora da tomada de decisão, de que eles próprios devem assumir responsabilidades. De que chegou a hora de decidir se ficam na propriedade ou se buscam alternativas de emprego na cidade.

De acordo com Lévi e Schmitt (1996 apud URTEAGA, 2011, p. 33), a característica que distingue esta construção sociocultural de outras idades da vida é a sua liminaridade (estado subjetivo, de ordem psicológica, consciente ou inconsciente), de estar no limite entre dois estados diferentes de existência. Significa que a juventude está entre duas margens movediças: da dependência e da autonomia dos adultos, do início da liberação, a começar pela esfera da família e assumindo, aos poucos, o reconhecimento, tanto no âmbito público quanto no privado. Esta liminaridade tem como origem a aceitação social da adolescência

como estado inevitável de desenvolvimento humano e como moratória social, e de crise.

Neste momento, são atribuídas à juventude características de preservação ou de reserva, uma situação jurídica que se justifica com o fato de que deve adquirir qualificações para a vida adulta, porém num contexto separado da vida adulta, como por exemplo, as escolas. Deste modo, a juventude é considerada como uma “terra de nada” e é segregada socialmente: tornando-se dependente juridicamente, moral e economicamente (MORCH, 1996, p. 78-106).

Percebe-se que o próprio jovem se dá conta da sua situação de intermediário, que está inserido nessas duas fases como fora mencionado pelos autores. As falas também apontam que há um considerar claro e crítico do jovem no presente e não somente sobre o seu futuro, como expressado por um dos jovens: *“eu sou filho único e meu pai sempre dizia que tudo isso era meu, mas era e não era, meu pai sempre teve confiança em mim, mas controlava tudo, até que eu decidi sair de casa, pois perguntava: até quando?”*

De acordo com Bourdieu (1983), as lutas entre as gerações atingem uma maior intensidade no momento em que as trajetórias dos mais jovens e dos mais velhos se chocam, ou seja, quando os jovens aspiram cedo demais à sucessão. Para o autor, estes conflitos são evitados durante o tempo em que os mais velhos conseguem regular o tempo de ascensão dos mais novos, o que significa para o mundo rural regular a gestão na propriedade, a autonomia financeira e a tomada de decisões.

A falta de liberdade para tomar decisões próprias e a influência dos pais no período de juventude está implícita nos depoimentos. Percebe-se que a participação no curso oportunizou aos jovens refletirem sobre a tomada de decisões e de escolhas, como podemos observar abaixo:

O lado ruim é que não temos muitas oportunidades pelo fato das pessoas mais velhas não confiarem no jovem. Só com o curso amadureci mais e, assim, comecei a tomar as minhas próprias decisões. (Jovem/5 – 23 anos – ensino médio – agricultor).

Não há intimidação com minha família; gosto do que eu faço na propriedade, mas, por eu ser ainda jovem, no dia a dia, eles ainda mandam em mim. (Jovem/4 – 23 anos – cursando agronomia – agricultor).

Um dos objetivos do programa foi trabalhar na formação de competências humanas, técnicas e gerenciais capazes de desenvolver nos jovens uma atitude

empreendedora frente à situação que envolve a individualidade e a coletividade, conforme já dito. Desta forma, proporcionou aos jovens refletirem sobre suas condições de juventude, o que, reconhecidamente, os jovens apontaram como um dos momentos mais interessantes do curso, pois oportunizou um espaço de debate justamente sobre a condição social da juventude, as possibilidades e os limites dessa fase da vida.

Vale ressaltar que esse espaço de debate torna-se um fator diferencial dos demais cursos de curto prazo, de palestras motivadoras, pois é proporcionado um momento de discussão, de revelação e de descoberta dos condicionantes e das possibilidades da juventude, onde os próprios jovens empenham um olhar exógeno sobre si, percebendo-se como potencial, em que pese a condição específica de cada um.

Outro fato importante evidenciado nas falas dos jovens é a questão de gênero: se já é difícil numa sociedade patriarcal de forma ampla, torna-se ainda mais exacerbada no meio rural. Os jovens reconhecem que há diferença de oportunidades e de valorização entre as moças e os rapazes, conforme se pode observar nos depoimentos abaixo.

Há preconceito por ser jovem do sexo feminino em relação à tomada de atitudes, iniciativa e maturidade [...] só há diferença quando nós, moças do meio rural, não soubermos como agir diante das adversidades existentes. Precisamos deixar de pensar que somos inferiores. Preconceito sempre vai ter, mas somos nós que devemos fazer a diferença. Mostrar porque estamos aqui e do que somos capazes de fazer. (Jovem/11 – 22 anos – pós-graduada – funcionária do comércio e agricultora).

Tem diferença sim porque o rapaz tem mais apoio dos pais para as suas iniciativas; em tudo os pais apoiam mais os rapazes. (Jovem/3 – 22 anos – ensino médio – agente de saúde comunitária).

Os entrevistados, com exceção de um deles, reconhecem que os pais dão mais apoio aos rapazes, que os mesmos têm mais autonomia para desenvolver atividades agrícolas, no tratamento e nas oportunidades de trabalho, bem como para sair à noite e para o lazer do que as moças. Expressam ainda que os pais normalmente não dão liberdade para as moças: “Desde cedo os pais trabalham para que as meninas saiam da roça”, daí que “a maioria das moças não gostam de trabalhar no meio rural”. Declaram ainda que “para as moças tudo se torna mais difícil, desde a força física, os homens sempre têm a maior preferência para tudo”.

No entanto, deve-se ter em conta o que ressalta Boni (2004) a respeito das relações de gênero. Segundo a autora, a análise das relações de gênero parte da premissa de que a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas em função de suas características biológicas, mas sim que é um produto social que legitima as relações de poder.

Desse modo, as falas deixam uma preocupação, pois evidenciam uma contradição na socialização da juventude, principalmente no que tange ao aspecto de gênero. Se, por um lado, os jovens demonstraram certo distanciamento e enxergam criticamente que são tratados de forma desigual no meio rural, por outro, não são críticos com relação a esses aspectos culturais que podem, portanto, ser mudados, pois se trata de uma construção social. No entanto, eles ainda reproduzem essa condição.

Mudar tradições/cultura não é tarefa fácil, pois, historicamente, a socialização da mulher foi, e ainda o é, relacionada à cultura patriarcal. Logo, o *habitus*²³ incorporado ao longo do processo vai estabelecendo pré-disposições ligadas a essa cultura que, como expressa Bourdieu (1995, p.147), não depende apenas da mulher, pois o peso do *habitus* não se suprime por um simples esforço da vontade, baseado numa tomada de consciência libertadora. Essa questão ainda está na subjetividade humana, como se evidencia nas falas dos jovens entrevistados. Nota-se que, mesmo que já seja possível observar um esforço para mudanças, os jovens ainda reproduzem a cultura como foram criados.

Embora as mulheres estejam atualmente em situação melhor do que historicamente se encontravam no passado, ainda persistem desigualdades flagrantes na comparação da sua situação com a dos homens, tanto no que diz respeito às condições estruturais e econômicas, de acesso aos meios físicos para a sobrevivência (ao trabalho, à propriedade, ao poder político) como em relação à possibilidade de realização de projetos autônomos de vida, por conta da manutenção de padrões de gênero fortemente excludentes, sobretudo, no espaço

²³O conceito de *habitus* para Bourdieu tem por função primordial lembrar com ênfase que nossas ações possuem frequentemente, por princípio, mais o senso prático do que o cálculo racional. (BOURDIEU, 2003, p. 78). Para Setton (2002, p. 63), *habitus* é concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (as mentes), adquirindo nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas das existências), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. *Habitus* não se confunde com hábito.

rural em que padrões sociais e culturais ainda não foram superados e continuam arraigados nas subjetividades.

3.2.2 As modificações ocorridas em suas vidas a partir da participação no curso

Pela verificação dos principais motivos que levaram os jovens a se inscreverem para participarem no curso vê-se que os mesmos foram variados, como: buscar conhecimento; “possibilidade de permanecer no meio rural”; a oportunidade com metodologia da alternância – ele “*poderia participar sem sair da propriedade*”, como também para “*aprender o lado social*” de “*estar envolvido num contexto diferente do meio rural*”. Percebe-se que alguns foram motivados pelo interesse de permanecer no meio rural, outros viram no curso uma oportunidade para conhecer além do meio rural. Entretanto, a expressão-chave está centrada no acesso ao conhecimento.

Ao final do curso o que ficou de mais significativo em termos de aprendizado para os jovens, segundo seus relatos, foram os conteúdos trabalhados no eixo humano e social. A comunicação foi um dos aspectos reconhecidos e muito expressivo:

Autoconfiança e desenvoltura nas falas. Saber me expressar. (Jovem/7 – 28 anos – ensino médio – agricultor).

Conseguir sair da timidez, me expor mais. Nem conversar com outras pessoas eu conseguia, pois era muito envergonhado. (Jovem/5 – 23 anos – ensino médio – agricultor).

Outra questão enaltecida está relacionada com a autoconfiança, a firmeza nas decisões e de responsabilidades que, de certa forma, estão imbricadas com a autonomia.

Ser firme nas decisões, autoconfiança e amadurecimento, analisar para tomar as decisões, ter coragem de realizar os projetos pessoais e profissionais. (Jovem/9 – 28 anos – ensino médio – frentista e garçom).

Abrir os meus olhos em relação a várias coisas e conseguir ter voz ativa na comunidade, ser mais autônomo e buscar o que queremos enfrentar; desafios; aprendi a ter mais iniciativa. (Jovem/11 – 22 anos – pós-graduada – funcionária do comércio e agricultora).

Outro destaque refere-se ao reconhecimento de sua capacidade de mudança de postura frente às questões. O fato de os jovens destacarem uma importância maior ao eixo humano indica que este supera a lógica tradicional de fazer extensão rural. Ou seja, há que se reconhecer que a extensão rural contemporânea deve superar-se e ir além do enfoque tecnicista, produtivista e econômico.

Eu era extremamente racista e excluía as pessoas, percebi que era assim, mas agora me dei conta disso. (Jovem/9 – 28 anos – ensino médio – frentista e garçom).

Para mim o mais importante foi descobrir o nosso reconhecimento como pessoas capazes e habilitadas no meio rural. (Jovem/4 – 23 anos – cursando agronomia – agricultor).

Tangencialmente, embora poucas, também emergiram percepções e mudanças em relação às questões técnicas, como:

Melhoria na forma de trabalhar e gestão da propriedade. Aprimoramento do melhoramento a exemplo do gado de corte, pastagens. (Jovem/4 – 23 anos – cursando agronomia – agricultor).

Gadotti (2005) considera que no processo de aprendizagem é essencial para o aprendiz saber comunicar-se, saber pesquisar, ter raciocínio lógico, saber organizar o seu próprio trabalho, ter disciplina para o trabalho, ser independente e autônomo, saber articular o conhecimento com a prática, ser aprendiz autônomo e a distância. Nesse processo, o autor lembra que o aluno passa a ser o sujeito de sua própria formação, construindo e reconstruindo o conhecimento a partir do que faz. Menciona ainda que de nada adiantará ensinar se os alunos não conseguirem organizar o seu trabalho, serem sujeitos ativos da aprendizagem, autodisciplinados, motivados. Não é suficiente oportunizar o acesso ao conhecimento. O direito à educação implica o direito da aprendizagem.

Em relação à educação formal, os jovens entrevistados declararam que a educação formal não contribui para a permanência no espaço rural. Pelo contrário, a falta de debate sobre as questões do espaço rural e a valorização do urbano, por vezes, os incentivam a migrar.

A Escola não prepara o jovem para ficar no campo, prepara para sair dele, se não tiver educação como vai ler um contrato, como vai pesquisar na internet? (Jovem/3 – 22 anos – ensino médio – agente de saúde comunitária).

Aprendemos coisas que não ajudam a ficar no meio rural, sempre aprendemos a trabalhar para os outros. Só a educação formal não é suficiente para realizarmos os nossos projetos. É necessária uma educação voltada para a realidade onde estamos inseridos. (Jovem/11 – 22 anos – pós-graduada – funcionária do comércio e agricultora).

Na minha concepção, a educação formal não está voltada para incentivar o jovem rural, pois é linear para todos. Deveria, no mínimo, se preocupar em discutir o contexto do meio rural. Aprendemos coisas que não ajudam a ficar no meio rural. (Jovem/9 – 28 anos – ensino médio – frentista e garçom).

Pela exposição dos jovens, as palavras-chave que utilizaram levam à dedução de que a educação formal os prepara para o emprego, para trabalhar para os outros. Não se trabalham questões da agricultura, tampouco eles têm professores qualificados para dar conta destas especificidades. Logo, não esse tipo de ensino não os prepara para ficar, mas sim para sair do campo. Os jovens reconhecem, porém, que o estudo é importante, pois uma maior escolaridade aumenta a capacidade de interpretação do mundo e os jovens nele se sentiriam melhor contextualizados.

Consideram-se pertinentes as percepções críticas por parte dos jovens em relação à educação formal com perspectivas urbanas que chega às comunidades rurais, contribuindo de forma marginal com a (des)valorização do espaço rural e não atendendo às expectativas dos jovens rurais em sua preparação frente aos diversos desafios pertinentes ao mundo rural. Essa percepção dos jovens corrobora o debate realizado no Seminário Estadual de Educação do Campo, sintetizado na Carta Aberta à Sociedade Catarinense e Brasileira que, em seu escopo, apresenta um diagnóstico da realidade da Educação do campo, do qual se retiraram os tópicos pertinentes a esta pesquisa, como exposto abaixo:

O movimento por uma Educação do Campo alcançou conquistas nas políticas públicas no Estado brasileiro que, ainda que pontuais, são significativas frente às demandas de acesso à educação formal no campo brasileiro. Hoje se avalia que algumas políticas não estão atendendo às reais necessidades e demandas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

A Educação Formal é baseada hegemonicamente na formação para o mercado de trabalho, a qual reserva aos mais pobres os piores lugares e condições. Os currículos oficiais ainda mistificam a realidade do campo, desconsideram os sujeitos, sua realidade e seus interesses.

Dos 293 municípios de Santa Catarina, apenas em 53 deles há Ensino Médio no campo com 80 unidades escolares, segundo dados do MEC/INEP/Educacenso,

2011. Estes números são explicados pelos processos de nucleação e fechamento das escolas no campo. José de Souza Martins (2005), em seu artigo “Cultura e educação na roça, encontros e desencontros”, traz uma importante reflexão sobre a cultura da educação do campo e da cidade. Para o autor, no Brasil,

Continuamos a pensar as populações que vivem no campo e as populações que vivem na cidade como duas humanidades divididas por um intransponível abismo. Ignoramos completamente a extensa e profunda presença da cultura camponesa e rural. (MARTINS, 2005, p.29).

Raramente se pensa na população do campo como preservadora e criadora de cultura, como agente dinâmico do processo social e cultural. Martins (2005) acrescenta ainda que o espaço rural

É quase sempre concebido como um passivo à espera do messias cultural que vai educá-lo, “civilizá-lo”. O campo deixou de ser o passado para ser o contemporâneo e sua diferença deixou de ser o atraso para ser o singular e diferente num mundo de diferentes e do direito à diferença.(MARTINS, 2005, p. 33).

Esta percepção de Martins (2005) pode ser relacionada ao pouco interesse que os jovens rurais têm em continuar estudando. Dos 11 jovens entrevistados, com exceção de dois que continuaram nos cursos de Agronomia e Administração de Empresas, os demais pararam de estudar. Os jovens mencionam o despreparo da escola formal para tratar das questões do espaço rural “*porque a escola não incentiva o jovem a permanecer no meio rural*”. Ainda, “*ao contrário, incentiva a sair para a cidade*”. Todos os jovens foram enfáticos em declarar que a escola formal está despreparada, pois trabalha o urbano e esquece o rural; e que deveria ter disciplinas específicas e professores preparados.

Essa questão já havia sido abordada por Silvestro et al. (2001) que consideram que a escolha profissional dos jovens agricultores é determinada por vários fatores, sendo a educação um dos elementos decisivos no horizonte profissional dos jovens rurais. Seus estudos apontam que dos jovens da agricultura familiar permanece na propriedade o filho que tem menos estudo, confirmando a asserção segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo. O que se observa nas falas dos jovens é que o estudo para eles é uma questão importante. Todavia, a escola formal não atende às especificidades voltadas ao mundo rural, sua cultura,

potencialidades humanas, sociais, a valorização do conhecimento tradicional, bem como da paisagem, da biodiversidade, buscando evidenciar os sujeitos sociais.

Os processos de educação precisam ter bem claro qual é a identidade que se quer preservar com a juventude rural. O ensino deveria ser mais flexível e culturalmente adaptado, tanto no campo quanto na cidade. Logo, a escola deveria ser uma instituição de diálogo cultural. Os jovens estão reivindicando uma nova concepção do rural, que parta da ótica endógena e não como uma concepção de colonialismo, que sempre se pautou em “levar” o conhecimento e promover o desenvolvimento como se as pessoas não tivessem capacidade própria. Os jovens reivindicam uma nova leitura da ruralidade, tanto por parte das instituições que trabalham com educação formal, quanto de educação não formal, que contribua a partir da concepção dos próprios sujeitos sociais, seus valores na construção de seu processo de desenvolvimento.

Ao analisar os jovens agricultores familiares no Rio Grande do Sul e o sistema formal de ensino, Weisheimer (2009, p.189) descreve que, de modo geral, tanto o sistema formal de ensino quanto os projetos e programas de capacitação profissional produzem efeitos distintos. O primeiro aparece como uma condição necessária para viabilizar uma futura inserção no mercado de trabalho urbano, pois os conhecimentos necessários para o trabalho agrícola não estão contemplados naquilo que a escola oferece. Para o autor, na perspectiva dos jovens agricultores, a socialização escolar adquire outros sentidos, como a produção de uma identidade juvenil e também como espaço de construção de reconhecimento social, mesmo ponderando a dificuldade de jovens agricultores em conciliar trabalho e estudo. No que tange à educação fora do sistema formal, ou seja, em diferentes projetos de capacitação e formação profissional, essa possibilita aos jovens uma maior disposição em permanecer nas atividades agrícolas ou agroindustriais, pois incorpora conhecimentos que são aplicáveis em suas unidades produtivas, fortalecendo estes jovens como empreendedores.

Baseado no contexto exposto evidencia-se que o investimento em diferentes projetos de capacitação não formal voltado à formação profissional dos jovens agricultores torna-se uma grande proposta que gera impactos sociais e econômicos para os jovens rurais, sobretudo para que possam refletir sobre as condições de permanecer no espaço rural.

Levando em conta as observações dos autores supracitados sobre a necessidade de uma educação que atenda às necessidades específicas dos jovens rurais, entende-se que pensar uma “educação não formal por parte de instituições de desenvolvimento rural” envolve conhecimento da realidade, percepções e sensibilidade para não incorrer no equívoco de viabilizar propostas que sejam meras transposições de experiências urbanas adaptadas à realidade do campo. Tampouco gestar propostas que desconsiderem as especificidades do campo e dos indivíduos que o compõe, sejam diferentes ritmos, tempo, atividades, visões de mundo, crenças, valores, necessidades, dentre outros.

Entende-se, assim, que o grande desafio das instituições neste aspecto, além de pensar em outras lógicas de aprendizagem, é o de preparar seus profissionais para que compreendam as peculiaridades sociais, e que possam interagir a partir da ótica de que a população rural tem outras exigências a serem percebidas, diferentes do urbano, e não menos significativas. Em seus pronunciamentos, os jovens almejam que suas falas tenham eco nas instituições e nos profissionais que interagem com o mundo rural para que sejam reconhecidos em sua alteridade, como fora expresso por um jovem, “[...] muitos técnicos querem que você desenvolva o projeto na área do conhecimento dele e não no que você quer”.

Esta questão, na compreensão de Freire (1980) se refere à “invasão cultural” por parte de quem ensina, pois conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. Acrescenta, ainda, o autor (1987, p. 86) que não se pode, a não ser ingenuamente, esperar resultado positivo de um programa, seja educativo ou técnico, se desrespeitar a particular visão de mundo das pessoas com as quais se trabalha, o que constitui numa espécie de invasão cultural, ainda que feita com a melhor das intenções. Pois se entende que apesar de existir uma similitude entre os jovens, é a cultura que dá a matriz valorativa, a singularidade, como se refere Feixa (2004). Questão essa corroborada por Savage (2009) quando enfatiza que é preciso perceber as especificidades que se constituem no tempo e no espaço - posição com a qual dialoga o entendimento de Urteaga (2011) que explicita a complexidade que se revela ao se falar ou se intervir na juventude.

Tão importante quanto o fato de que o trabalho com a juventude deve estar adequado ao mundo rural a fim de revelar as inúmeras possibilidades, fica evidente na fala dos jovens que algumas questões culturais precisam ser superadas e que as

instituições precisam perceber-las e assumi-las como aspectos fundamentais a serem trabalhados com os jovens e suas famílias. Podemos citar as questões de gênero, geração, como também do patriarcado, que tem restringido a perspectiva dos jovens de se colocarem como sujeitos ativos em seus espaços, como a conquista de autonomia e da própria oportunidade de desenvolverem seus projetos profissionais.

As falas dos jovens vêm ao encontro das novas perspectivas preconizadas pela Nova Lei de Ater, que traz como princípio VII “construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional”, o que implica numa nova postura institucional e profissional na medida em que a extensão rural deverá ouvir mais os agricultores, reconhecendo os seus conhecimentos e seus anseios para, a partir deles, contribuir com a integração entre o conhecimento científico e os conhecimentos tradicionais, possibilitando, com os agricultores, a gestão de novos conhecimentos.

3.3 Os projetos profissionais desenvolvidos pelos jovens durante o curso

Conforme descrito anteriormente, durante o curso os jovens elaboram um projeto profissional individual ou coletivo envolvendo a comunidade. A partir destes projetos, foram analisadas as dificuldades pessoais e financeiras, a interface com as políticas públicas, a continuidade pós-curso e as formas de assessoramento.

Dos 11 jovens entrevistados, todos elaboraram projetos individuais, basicamente na área agrícola, como gado de leite, horticultura orgânica e galinhas poedeiras. Alguns implementaram melhorias em atividade já existentes na propriedade, como cana de açúcar e alambique, outro reativou a criação de codornas e ampliou para a agroindústria de conservas.

O apoio dos pais foi imprescindível para o desenvolvimento dos projetos. Os relatos indicam que alguns pais apoiaram e outros não só apoiaram como estão desenvolvendo junto com os jovens a atividade escolhida. Entretanto, houve uma jovem, embora tenha dito que sim, não houve apoio familiar na concretização do projeto. A jovem fez um curso para se tornar agente de saúde comunitária, seguindo a profissão da mãe, agora aposentada.

Outra especificidade a relatar de um dos jovens é que, apesar do apoio dos pais, ele declarou que não tinha interesse em continuar na agricultura ao afirmar: “eu

não queria atividade agrícola”, isso por conta do compromisso com as atividades de gado de leite, aviário e suíno, o que o impedia de participar de atividades de lazer em final de semana. Porém, se houvesse condição de exercer outra atividade não agrícola na propriedade, sua intenção era a de permanecer no espaço rural. Ao final, esse jovem acabou saindo da propriedade mesmo sendo filho único. O aspecto que mais pesou em sua tomada de decisão foi a falta de autonomia para conduzir a propriedade, conforme depoimento:

Mesmo assim não foi o suficiente para me segurar no meio rural, antes do meu acidente eu me identificava como agricultor, mas depois eu passei a questionar: quando eu iria ter as minhas coisas? (Jovem/9 – 28 anos – ensino médio – frentista e garçom).

Esse exemplo traz uma reflexão com relação à dificuldade atual da gestão colaborativa nas propriedades. A gestão poderia acontecer de tal forma que, nem pai, mãe ou filho (a) se sentissem excluídos do processo de gestão. Numa gestão colaborativa, o aprendizado dos jovens se daria ao longo do tempo, sendo iniciado desde cedo em pequenas atividades com poder de decisão, construindo, assim, um processo colaborativo de maneira compartilhada. Essa forma de gestar colaborativa ocorre numa mudança de paradigmas com relação à forma tradicional de sucessão, na qual o jovem precisa ficar esperando o pai não ter mais condições de estar à frente da gestão para, só então, poder assumir a propriedade.

A gestão colaborativa, inspirada na Pedagogia da Cooperação proposta por Brotto (2009), compreende desenvolvimento da Cooperação como um exercício de co-responsabilidades nas relações humanas e nos mais diversificados contextos. Essa questão, segundo o autor, deixou de ser apenas uma tendência; passou a ser uma necessidade e uma exigência. Porém, para que a cooperação venha a acontecer nesta perspectiva, é preciso nutrir permanentemente o processo da Cooperação no cotidiano pessoal, comunitário e planetário, reconhecendo-a como um “estilo de vida”.

Para uma melhor compreensão sobre o tema, Brotto (2009) cita os estudos da antropóloga Margaret Mead (1961) que concluiu, depois de ter analisado diferentes sociedades, serem os vários graus de competição e cooperação existentes determinados pelas respectivas estruturas sociais. Para Mead (1961), a estrutura social resulta das ações e relações dos sujeitos de um grupo social.

Compreende ainda que a cooperação e a competição são desdobramentos das escolhas, decisões e atitudes praticadas na interação entre os indivíduos num pequeno grupo, comunidade, sociedade, país, ou até mesmo no ambiente das relações internacionais.

Dialogando com os autores, se fortalece a necessidade de a extensão rural trabalhar a prática da gestão compartilhada com os jovens e suas famílias, numa perspectiva de integração intergeracional que oportunize o diálogo e a co-responsabilidade da gestão da propriedade como um processo coletivo em que o jovem exercita sua autonomia pessoal e profissional numa constante troca de aprendizagem, diminuindo, assim, a distância geracional. Entende-se que esse processo abre espaços para um novo estilo de convivência e de gestão da propriedade ao oportunizar o desenvolvimento das aptidões dos jovens, inovando e experimentando outras atividades agrícolas ou não agrícolas, trazendo uma nova dinâmica para a sucessão familiar. Entende-se que a proposta da Pedagogia da Alternância oferece condições de se trabalhar com os jovens e suas famílias essa possibilidade – a do próprio projeto desenvolvido pelo jovem durante o curso se constituir uma ferramenta para operacionalizar essa prática.

Todavia, se reconhece que essa é uma mudança urgente, porém de cunho cultural, que precisa ser incorporada pelas instituições sob uma ótica colaborativa, empreendendo um novo olhar sobre o processo de sucessão. Importa ressaltar que para que a gestão colaborativa possa ser exercitada, tanto os jovens quanto os pais precisam se predispuser ao diálogo, estarem abertos para enfrentar as dificuldades e os conflitos que aparecerem no caminho, uma vez que é um novo jeito de decidir, de se perceber enquanto potencialidade, de respeito e confiabilidade, formando uma nova dinâmica de convivência familiar. Desta forma, se estabelecem desafios institucionais, haja vista que a instituição e seus profissionais precisam incorporar em suas práticas o processo colaborativo, contribuindo na caminhada de aprendizagem mútua.

Dentro do próprio grupo de jovens entrevistados aparecem exemplos concretos de que é possível trabalhar de uma forma colaborativa. Uma das jovens que participou do curso abriu, por meio de seu projeto, uma oportunidade de exercitar a autonomia com o apoio dos pais na gestão da atividade de gado de leite na propriedade. A jovem teve apoio da família para administrar a atividade de gado de leite. Durante a semana trabalha em um Pet Shop e nos finais de semana

administra a unidade na propriedade na qual divide com seu pai os serviços. Declara que só foi possível compartilhar a atividade porque possui uma família bem estruturada financeiramente e com bom diálogo: “eles nos orientam qual o caminho a seguir, mas a decisão é nossa”.

Ressalta-se que o projeto dentro do curso se constitui num instrumento que contribui na formação do jovem rural na medida em que possibilita exercitar a liderança, o protagonismo, o empreendedorismo de forma sustentável e a cidadania no campo. Para que o projeto possa ser executado, os jovens precisam contar com o apoio das famílias, com o apoio técnico da instituição e, sobretudo, com o apoio financeiro por meio de políticas públicas. Pelo que foi dito pela grande maioria dos entrevistados, constatou-se que os jovens tiveram apoio na execução do projeto. No entanto, o que não foi dito é que os jovens ainda ficam reféns da condição financeira da família para levar a cabo sua ideia de conquista de autonomia financeira. Neste aspecto, nota-se que o programa de Empreendedorismo do Jovem Rural, ou mesmo as instituições envolvidas no projeto-piloto, não se deram conta de que, no momento em que fossem executar seus projetos, os jovens precisariam ter alguma disponibilidade financeira independente da família, condição imprescindível para que o empreendedorismo possa efetivamente acontecer.

A elaboração do projeto gera expectativas não somente por parte dos jovens, mas também por parte das famílias. Na medida em que os jovens não conseguem implantar a ideia gestada no projeto, há grande possibilidade de gerar descontentamentos e frustrações, bem como comprometimento do próprio objetivo do curso, que é o de fortalecer o empreendedorismo. Este se torna, portanto, um ponto crítico a ser repensado e equacionado previamente nos próximos cursos.

Por outro lado, essa questão não deveria se constituir num problema para os jovens, no mínimo no que se refere à condição financeira, uma vez que a Agricultura Familiar dispõe do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, criado em 1996, intensificando desta forma a presença dos agricultores familiares na pauta política do país. Todavia, reforça-se aqui, que as linhas de crédito direcionadas aos jovens não têm mostrado consistência no âmbito do acesso por este público.

É inegável não reconhecer que com a criação do Pronaf-jovem e Pronaf-mulher, em 2003, houve um grande avanço no sentido de iniciar um reconhecimento das desigualdades historicamente vivenciadas pelos jovens e pelas mulheres do

espaço rural. Porém, passados 10 anos, constata-se que os índices de acesso exitosos dos jovens são limitados por conta dos trâmites burocráticos a ponto de o tornarem praticamente inacessível. Esse fato é reconhecido pelos 11 jovens entrevistados, pois somente um deles conseguiu acessar o crédito em seu nome, enquanto que outro conseguiu por intermédio do pai, porém não em seu nome.

Assim, durante a realização da pesquisa de campo, foi consensual a opinião de que o Pronaf-jovem não chega efetivamente a ser um recurso à disposição do jovem rural, como exposto nas falas abaixo:

O crédito não é facilitado para o jovem; é muito burocrático e parece que o técnico da Epagri ainda cria dificuldades no trâmite, pois quer saber demais. (Jovem/8 – ensino médio – auxiliar de mecânico e vigia noturno).

O jovem não tem acessibilidade porque não se enquadra. Muita burocracia; tem que ter muita vontade. Deveria facilitar e não complicar. Queria montar uma associação, mas o pessoal da comunidade não quis participar, muita burocracia, com essas normas a gente desiste. (Jovem/10 – ensino médio – agricultor).

Fica evidente que uma das principais motivações para os jovens implantarem seus projetos profissionais na propriedade está relacionada à autonomia pessoal que, além de ter a condição de inovar nas atividades de sua escolha, relaciona-se ao que mais querem: ter conquista e independência financeira. Porém, embora a família trabalhe de forma coletiva na propriedade, a renda familiar quase sempre permanece sob a guarda do chefe da família, o que deixa o jovem na expectativa do sonho de sua independência e autonomia.

Weisheimer (2009, p. 145), que estudou o acesso dos jovens rurais às rendas agrícolas no Rio Grande do Sul, traz a ideia predominante de que as rendas agrícolas que são divididas entre todos os que trabalham não pode ser interpretada como um indicador de autonomia dos jovens, pois, na prática, os diferentes arranjos familiares tendem a manter as rendas agrícolas o mais indivisível possível. Na concepção do autor, “para que haja autonomia, o pensar autônomo precisa ser também um fazer autônomo, e este fazer se encontra determinado socialmente de tal maneira que a autonomia é limitada por condicionantes; não é absoluta”.

Outro fator, não menos importante na implantação do projeto, segundo os jovens entrevistados, está relacionado ao acompanhamento técnico durante todo o processo, desde a elaboração, passando pela execução e gestão do mesmo. A maioria dos jovens considerou como insuficiente o acompanhamento, sendo que

algumas falas evidenciam que, por vezes, deixou a desejar, inclusive no aspecto da dialogicidade e comunicação, como expresso abaixo:

Apesar do pouco tempo fazia visitas muito rápidas, deveria ter mais tempo para ficar na propriedade para nos orientar na prática. Poucos instrutores; deveria ter mais gente trabalhando para nos atender. (Jovem/24 anos – ensino médio – agricultor).

Falta, na extensão rural, técnicos que sejam capazes de te ajudar a se desenvolver e crescer nas atividades em que está e não aqueles que ganham para serem técnicos de escritório, que quando você precisa de alguma coisa, não adianta porque sempre está em reuniões e outras tarefas que o impossibilita de ir até a propriedade. Sugestão: melhor capacitação para estes profissionais, mas não só na área técnica, mas principalmente de como eles devem falar com os agricultores, a parte humana do negócio. (Jovem/11 – 22 anos – pós-graduada - funcionária do comércio e agricultora).

Os jovens reconhecem que a equipe técnica composta por dois extensionistas não foi suficiente para dar conta da demanda que se apresentou durante todo o curso, sobretudo no momento da operacionalização dos projetos. Os jovens apontam o despreparo de extensionistas municipais para interagir com vistas a oportunizar um sincronismo entre as orientações trabalhadas no tempo de alternância e a operacionalização dos projetos nas propriedades. Essa questão levantada pelos jovens expressa seu senso crítico e aponta para a necessidade da extensão rural estar atenta e melhor preparar os profissionais, principalmente na questão de comunicação, e de perceber os aspectos subjetivos que vão além do técnico para atender este público que tem expectativas e novas exigências em relação ao atendimento e à própria relação dialógica e colaborativa.

A respeito desta questão (DIESEL; NEUMENN; GARCIA, 2007), ao analisarem as mudanças preconizadas na ação extensionista pela Política de ATER, discutem as dificuldades que vem sendo encontradas em sua implementação a partir de entrevistas com um grupo de alunos participantes do Projeto Residência Agrária (UFSM/INCRA, que atuaram em ATER em organizações não governamentais em áreas de assentamento e agricultura familiar durante os anos de 2005 e 2006). Para os autores, são muitas as dificuldades encontradas na ação extensionista voltadas a uma prática mais participativa, mesmo ponderando que é necessário:

Reconhecer que se trata de metodologias complexas, que requerem atitudes favoráveis à participação e muita criatividade, prática e conhecimento, necessitando de uma formação ancorada em processos de ação-reflexão para que os profissionais de ATER sejam coerentes e se sintam seguros na sua utilização. (DIESEL; NEUMANN; GARCIA, 2007, p.13).

Fica evidente certa distância entre a teoria e a prática extensionista, pois a proposta do projeto piloto preconizava uma nova dinâmica de ação extensionista, com maior predisposição de aproximar dos jovens e de suas famílias, de ouvi-los, de assessorá-los. Porém, o que as falas dos jovens trazem é que isso não ocorreu na medida desejável, pois uma das críticas é que os extensionistas passavam pela propriedade com muita pressa, sem tempo para ouvi-los. Referem-se ainda ao fato de que os extensionistas permanecem no escritório em atividades burocráticas, participando de reuniões em franco prejuízo do “estar juntos, com mais tempo” e da qualidade do atendimento das famílias nas propriedades rurais.

Essa questão observada de forma clara pelos jovens é muito significativa e deve ser levada em conta pela extensão rural, pois traz a certeza de que existem diferentes tempos, e que o tempo para os agricultores, em geral, é diferente do tempo dos extensionistas. Trata-se de se pensar, a partir dos postulados de Gaston Bachelard (1994), de que há diferentes temporalidades que precisam ser consideradas quanto colocamos em relação tempos tão distintos quanto o da extensão rural e o de agricultores com os quais os técnicos interagem. A temporalidade à qual Bachelard (1994) se refere imbuí-se do que ele define como “ritmanálise”, a partir da qual o mundo da agricultura está imerso em um ciclo contínuo que não afeta apenas as plantas, mas interfere diretamente no cotidiano e no modo de ser e estar no mundo rural.

Contribuindo com a elucidação sobre esse entendimento das diferentes compreensões do tempo, Rodrigues (2009) discorre sobre o tempo Cronos e tempo Kairos. Para a autora:

Cronos e Kairos são termos gregos para designar o tempo. Cronos é o tempo medido pelo relógio, calendário, rotina. É o tempo determinado dentro de um limite. Kairos significa o momento certo, oportuno. Refere-se a um aspecto qualitativo do tempo. (RODRIGUES, 2009).

Relacionando as falas dos jovens ao dia a dia da prática extensionista com a prática dos agricultores, pode-se dizer que os dois tempos convivem tanto com os

agricultores quanto com os extensionistas. Porém, para os agricultores é muito mais marcado com o tempo Kairos. Isso significa que eles estão muito mais ligados ao tempo de plantar, de colher, mais ligados à qualidade do tempo, valorizando o instante e o momento vivido. E os extensionistas, por sua vez, estão mais ligados ao tempo Cronos, marcado pelo cronograma, pelos prazos determinados, pelas horas. Ou seja, mais relacionado à quantidade.

Como equacionar esses dois tempos para caminharem juntos com a extensão rural e agricultores? Rotinas, cronogramas e prazos a serem cumpridos, horários determinados, reuniões, planejamento são atividades cobradas dos extensionistas. É urgente despertar o extensionista para compreender o tempo Kairos, que é mais vivido pelo agricultor, no sentido de empatia e de preparo para que no meio rural, quando estiver com o agricultor, esteja disponível, plenamente, sem estar preocupado com o relógio. É central vivenciar aquele tempo, sem demonstrar e se justificar que tem outro compromisso a cumprir. Isso porque os próprios jovens apontaram que o agricultor percebe quando o extensionista chega à propriedade com ansiedade para logo sair, ou ancorado na justificativa que tem burocracia para cumprir. No cotidiano extensionista, embora não seja tarefa fácil, se houver a disponibilidade de valorizar as atividades, tanto as exigidas pelo tempo Cronos (tempo do relógio, quantificação) dos extensionistas, quanto o tempo Kairos (tempo do momento, qualidade) dos agricultores, é possível criar um espaço de diálogo muito mais próximo entre extensionista e agricultores, possibilitando um tempo com mais significação para ambos.

Outra vertente questionada com os jovens foi em relação às perspectivas que os mesmos veem na agricultura familiar e ainda os motivos que os levam a investir e permanecer no espaço rural. Neste contexto, os jovens expõem suas perspectivas em relação à agricultura familiar. Na opinião dos jovens:

Considero que tem futuro, mas as dificuldades são muitas. Nos últimos anos está difícil. O pequeno não pode subsidiar os custos, tem poucos jovens no meio rural e a tendência é ficar cada vez menos. (Jovem/3–22 anos – ensino médio – agente de saúde comunitário).

Se não agregar valor no que produz, não tem como sobreviver; se estivéssemos só plantando não estaríamos mais aqui. (Jovem/6 – 21 anos – ensino médio - agricultor).

A agricultura familiar tem tudo para crescer, mas o que os agricultores precisam é de incentivo das autoridades e das empresas de extensão rural e da própria sociedade, que sempre fica discriminando as pessoas do meio

rural. Pois isso, no meu ponto de vista, tem que trabalhar mais a cabeça do ser humano em relação à agricultura familiar e do jovem rural. (Jovem/11 – 22 anos – pós-graduada - funcionária do comércio e agricultora).

Depende se não se adaptar vai dar lugar ao grande, terá sempre que inovar e procurar novas alternativas. Acontece que eu não queria atividade agrícola, tem bastante opções com outras atividades como, por exemplo, uva, agroindústria, são opções de sair do convencional, do agrícola. (Jovem/9 – 28 anos – ensino médio – frentista e garçom).

Os jovens percebem que há futuro na agricultura familiar, mas que é preciso inovar e buscar alternativas além do agrícola. Para tanto, é preciso o apoio da extensão rural numa vertente mais participativa e próxima da realidade dos agricultores, fortalecendo suas organizações e as descobertas de novas alternativas na pluriatividade para que possam se constituir em novas e diferentes fontes de renda, de pesquisa por conta de novas tecnologias, de produtos diferenciados ampliando a diversidade da agricultura familiar, bem como de financiamentos que possam efetivamente apoiar os agricultores, principalmente os jovens, criando condições de empreenderem seus projetos com autonomia.

Os jovens demonstraram que se dão conta de várias questões favoráveis e condicionantes relativas à agricultura familiar. Entre elas, a de que não podem permanecer somente na produção de matéria-prima, pois percebem que a agregação de valor à produção possibilita novas opções de atividade, melhorando a renda de forma mais significativa. Todavia, percebem igualmente que a viabilização do futuro da agricultura familiar está difícil, sobretudo pela sua dificuldade de permanecerem no campo, inviabilizando, em alguns casos, a renovação da agricultura familiar.

Vale ressaltar que uma das estratégias que tem estimulado a maior permanência de membros da família na propriedade familiar rural é a execução de projetos alternativos, que garantam agregação de valores aos produtos, bem como o resgate de valores culturais aos produtos produzidos e transformados em empreendimentos da agricultura familiar. Da mesma forma, há aqueles que agregam valores à propriedade, como o turismo rural e as reservas ambientais, que demandam articulação específica das relações familiares, tornando o espaço rural um espaço multifuncional e ressignificando sua própria função, como aponta Froehlich (2009, p. 179). Para o autor, a premissa do desenvolvimento (rural) é que um dado território será tanto mais dinâmico quanto maior for sua capacidade de

diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura. Assim,

as políticas públicas que podem ser concebidas para dar conta das novas configurações sociais, espaciais e ocupacionais nos territórios rurais brasileiros devem procurar, em primeiro plano, evitar o forte viés setorial e agrícola que sempre tiveram, buscando estimular uma dinâmica multissetorial, atualmente tão necessária, quanto desejável. Além disso, deve-se reconhecer que alguns dos problemas a serem atacados não são novos, mas novas devem ser as abordagens e disposição para resolvê-los. (FROEHLICH, 2009, p. 186).

Os depoimentos dos jovens em relação à Agricultura Familiar são significativos para o presente estudo, pois, além da abordagem dos aspectos da condição de viabilização dos projetos da atividade rural e das alternativas que se estabelecem, também levantam aspectos imateriais e subjetivos da agricultura familiar como, por exemplo, a dicotomia entre o rural e o urbano que, fundamentalmente, ainda relaciona o mundo rural como atrasado e o mundo urbano como desenvolvido. Um aspecto que é recorrente nas falas dos jovens está relacionado com a percepção que a sociedade urbana ainda tem do meio rural que, na visão dos jovens, é limitante ao pleno desenvolvimento da agricultura familiar.

Neste aspecto compreende-se que, além da extensão rural, cabe às organizações representativas dos agricultores assumirem um papel ativo com novas abordagens, como bem propõe Froehlich (2009), para que contribuam para mudar esse antigo e persistente problema.

Desta forma, para trabalhar a multifuncionalidade do espaço rural, é imprescindível que surjam novas percepções, novos conhecimentos e novas posturas, que não poderão ser executadas por um único profissional, tampouco com profissionais somente das ciências agrárias. Entende-se necessário para a extensão rural compor equipes interdisciplinares que agreguem múltiplas áreas do conhecimento e que envolvam aspectos sociais, antropológicos, de gestão e ambientais, além das ciências agrárias. E, sobretudo, ressalta-se que esses profissionais devem trabalhar de forma contextualizada no tempo e no espaço, onde os saberes sejam uma troca, um construir problematizador, com conteúdos que os mediatiza, ao contrário de algo feito, elaborado, pronto, “levado” até o meio rural.

Chama o autor a atenção que, apesar de os jovens considerarem difícil a vida no espaço rural, suas perspectivas de permanecerem na sucessão da agricultura

familiar estão ligadas ao reconhecimento e à sua identificação com o meio rural, como expresso nas falas abaixo.

Apesar de trabalhar fora eu me identifico mesmo é com o meio rural porque gosto de ser agricultor, só trabalho fora por causa do dinheiro. Eu não me vejo como uma pessoa urbana, apesar de estar morando e trabalhando na cidade. (Jovem/1 – 25 anos – ensino médio – operário de Agroindústria).

Eu me identifico como jovem rural; gosto de ser agricultor. O ambiente é mais saudável, a gente se sente livre. (Jovem/6 – 21 anos – ensino médio - agricultor).

Sou do meio rural, estou aqui porque gosto e me identifico. Existe diferença no modo de pensar, de se vestir. Cada qual tem valores próprios, mas os jovens rurais têm mais respeito aos valores humanos. (Jovem/7 – 28 anos – ensino médio - agricultor).

Essa questão é explicitada por Stropassolas (2006) ao evidenciar que os jovens reclamam por mudanças na condição social de agricultores. Contudo, não encontrando espaços para as devidas transformações, acabam migrando para as cidades com a expectativa de “mudar” de vida. Porém, da mesma forma se deparam com outros desafios na busca por direitos e inclusão social. Para o autor, “ao mudar de vida, eles ainda mantém uma forte identidade cultural com o ethos de colono(a)”, expresso na procura regular de contatos e vínculos com os familiares, nas festas de comunidades, nos bailes, principalmente em finais de semana.

Os jovens entrevistados, por sua vez, relatam que se sentem diferentes, como se expressa este jovem: “os jovens urbanos nos chamam de peões de sítio e nós os chamamos de playboy. Eles gostam de danceteria e nós gostamos de bailes”. Ou seja, apesar de se tratar de jovens – seja urbanos ou rurais – que apreciam o lazer, as festas de final de semana, na fala deste jovem, aponta-se para uma sutileza que diz respeito à diferença cultural verbalizada nas expressões “danceteria” e “baile”.

Apesar de festivos, implicam em diferentes formas de estar em grupo, de expressar a hexis corporal (WACQUANT, 2012) e experimentar a festa. Não é à toa que ao migrarem de suas comunidades para centros urbanos muitos jovens tentem reproduzir espaços e momentos de lazer que lá vivenciavam, não só como forma de diversão, mas como tentativa de reproduzir suas formas culturais.

Carneiro (1998) ao estudar a migração de jovens para a cidade, temporária ou definitiva, afirma que a migração expõe os mesmos ao contato com um sistema variado de valores, os quais são absorvidos ou rejeitados, atuando tanto no sentido

de reforçar os laços identitários com a cultura original, quanto no sentido de negá-los. Acrescenta ainda que essa situação de mobilidade material e simbólica seria responsável também por novas tensões e conflitos entre as diferentes realidades culturais. Portanto, constata-se que a decisão de ficar no espaço rural se fundamenta numa avaliação de afinidade sobre o próprio modo de vida no que se refere, especialmente, aos vínculos pessoais com o lugar. Da mesma forma, os que saem em busca de melhores condições de vida e de trabalho, condições dignas de cidadania, como saúde e educação, continuam com o sentimento de pertencimento ao espaço rural.

Vale lembrar que, por mais paradoxal que pareça, os espaços urbanos aos quais os jovens se referem são de pequenas cidades, na sua grande maioria abaixo de 20 mil habitantes, cuja economia gira em torno das atividades agrícolas. E em sua maioria, tem na agricultura a principal fonte de arrecadação. Por essa razão, há um estranhamento por parte da pesquisadora em torno da relevância que os jovens rurais sentem em relação à dicotomia entre espaço rural e urbano. Principalmente levando em conta que hoje em dia existem tecnologias que aproximam diferentes realidades, contextos, culturas e que, nem por isso, se reflete em desigualdade de tratamento como manifestado pelos jovens entrevistados.

Percebe-se que o projeto-piloto criou condições de discussão e de reflexão da complexidade que envolve a agricultura familiar ao abordar os aspectos imateriais e simbólicos do espaço rural, trazendo uma importante contribuição na construção social da juventude. Os jovens percebem que tem um estilo diferente, mas que necessariamente não precisa ser modificado, pois reconhecem esse modo de ser e de viver com autenticidade, valorizando aspectos culturais como respeito, laços familiares, comunitários, bem como a liberdade de morar no espaço rural.

O depoimento abaixo demonstra, por um lado, que os jovens percebem que o mundo urbano ainda tem preconceito com o espaço rural. Porém, os jovens não deixam de expressar o seu papel fundamental neste contexto, até para desconstruir esse estigma. E, na medida em que o jovem tem espaço para falar sobre isso, vai contribuir para se criar uma opinião pública favorável a um olhar valorativo dos espaços rurais. Logo, por outro lado, demonstra que os próprios jovens vão se empoderando de uma imagem própria, contemporânea, de uma juventude ativa e capaz.

O papel do jovem rural é mostrar suas origens e não ter medo de enfrentar essa sociedade preconceituosa, que fica desfazendo o desmoralizando o jovem rural e a agricultura familiar, sem ter a noção de que é dela que eles conseguem os alimentos que saciam sua fome. Os jovens tem que mostrar quem são e para que vieram; devem deixar de serem meros expectadores para se tornarem autores de sua própria história. (Jovem/11 – 22 anos – pós-graduada – funcionária do comercio e agricultora).

O depoimento anterior demonstra que os jovens possuem uma criticidade. Embora não se possa atribuir que essa criticidade adveio totalmente do curso, há que se reconhecer que, ao ser trabalhado no eixo humano assuntos como desenvolvimento pessoal, interpessoal e familiar, fortalecimento da identidade da agricultura familiar, saúde e sexualidade, ética e cidadania, empreendedorismo e liderança, gênero e geração, proporcionou-se um importante espaço de discussão. Desta forma, o jovem pôde debater questões relativas à sua imagem como jovem e à sua identidade contribuindo para favorecer a percepção da construção social da juventude rural com uma visão mais critica e proativa enquanto sujeito formador de opinião e protagonista do seu papel social na agricultura familiar.

3.4 Expectativas dos jovens em relação à atuação da Epagri

De maneira geral, foi questionado aos jovens qual a importância que os mesmos atribuem para a intervenção da Epagri no espaço rural, dado esse período de dois anos de convivência no projeto-piloto, bem como suas críticas, sugestões e o que eles esperam de ações futuras com a juventude rural. Os jovens externalizaram que reconhecem a importância das ações da Epagri e também fizeram sugestões:

É importante pela sua responsabilidade em atender as dificuldades dos jovens rurais. Porque é à base do agricultor. Mas pode melhorar. (Jovem/5 – 23 anos – ensino médio - agricultor).

Porque as contribuições só vêm a ajudar, nos dá condições de aumentar o nosso conhecimento e através disso também melhoramos a condição de tomar decisões. (Jovem/6 – 21 anos – ensino médio - agricultor).

A Epagri deve oferecer mais aulas práticas, cursos profissionalizantes a exemplo deste, pois é o que queremos. (Jovem/8 - ensino médio – auxiliar de mecânico e vigia noturno).

A Epagri deve levar em conta, além da parte técnica, as questões da juventude. Ser mais dinâmica e ter maior divulgação para que mais jovens

possam participar dos cursos. (Jovem/3 – 22 anos ensino médio– agente de saúde comunitária).

As sugestões trazidas pelos jovens referem-se à parte metodológica do curso de Alternância. Segundo os mesmos, a parte que se tornou mais cansativa foi à sala de aula. Mesmo tendo contemplado a ação de profissionais em diferentes conteúdos, os jovens não estão acostumados a ficar por tanto tempo em sala de aula, sentados, ouvindo conteúdos. Os jovens estão dizendo que querem aulas mais dinâmicas, com metodologias vivenciais e de experimentação. Quando se trabalha o empreendedorismo, portanto, há que se ter um envolvimento mais dinâmico em que os jovens possam trabalhar os conteúdos de forma ativa, trazendo seu conhecimento empírico, trocando experiências, interagindo com os extensionistas que estão trabalhando os conteúdos num exercício efetivo de troca recíproca de conhecimento. Evidencia-se, portanto, a necessidade de se repensar e abandonar metodologias tradicionais de transferência de conhecimentos em via de mão única.

Em relação às críticas, um ponto a destacar sobre a extensão rural refere-se à presença dos técnicos na propriedade. Ou seja, apontam para o interesse de uma ação mais direta e próxima com os agricultores. Também se referiram à forma de intervenção e ao próprio público prioritário da extensão.

Temos funcionários de escritório; precisamos de pessoas que pensem alto e se entreguem ao trabalho sem medo de ajudar os agricultores. A extensão rural deveria ouvir mais o que os jovens querem e junto com eles desenvolver um plano de trabalho onde todos possam participar. (Jovem/11 – 22 anos – pós-graduada - funcionária do comércio e agricultora).

Precisamos de mais acompanhamento, mais presença na propriedade; ajudar a buscar saídas, novos caminhos de renda, produção e gestão. (Jovem/7 – 28 anos – ensino médio - agricultor).

Deveriam fazer mais projetos e bem elaborados para os jovens rurais. (Jovem/10 – 23 anos – ensino médio - agricultor).

Pode melhorar tendo mais critério em quem vai ajudar, pois tem gente que precisa mais, os pequenos agricultores, os grandes têm mais condições. (Jovem/6 – 21 anos – ensino médio - agricultor).

Os depoimentos dos jovens demonstram uma crítica explícita sobre os serviços de extensão rural e apontam, de forma clara, em quais quesitos a mesma pode melhorar para atender às expectativas da juventude rural e da própria agricultura familiar. Neste contexto, considera-se que importa trazer os princípios norteadores da Nova Lei de Ater – Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - que

estabelece em seu Art. 3º os princípios da Pnater, dos quais se destaca os mais pertinentes a esta pesquisa:

III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia.

Art. 4º São objetivos da Pnater:

XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;

VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional.

Entende-se, com base nas sugestões dos jovens e no que propõe a Lei de Ater, que a extensão rural de Santa Catarina necessita de um aprimoramento que diz respeito a repensar, sobremaneira, suas formas metodológicas. Se houvesse uma atenção maior ao que preconiza a própria Lei, já se estaria atendendo às necessidades mencionadas pelos jovens entrevistados, porém há um longo caminho para que a extensão rural incorpore, na prática, o que diferentes teorias contemporâneas preconizam para a prática extensionista, da qual trata Caporal e Ramos (2006), Caporal e Costabeber (2002) e Embrapa (2006).

Os jovens reconhecem a importância da extensão rural como estratégia para contribuir com a sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental do espaço rural e dos agricultores familiares. Tal reconhecimento, se por um lado enaltece o trabalho até então realizado, por outro, requer das instituições um entendimento e uma nova atitude de gestores e extensionista, além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação através de processos educativos que amplie os conhecimentos, tanto dos agricultores melhorando a tomada de decisões, quanto dos extensionistas para se tornarem técnicos mais humanos e menos tecnicistas. A mudança de postura significa passar de uma perspectiva linear e cartesiana para outra multidirecional e sistêmica que busque responder às condições de cada realidade de atuação dos agentes de extensão.

Para Caporal e Ramos (2006), embora o DATER tenha se empenhado para executar subprogramas para a capacitação de agentes da extensão, ainda se observa uma inércia ou resistência que faz com que se volte a antigos métodos e

práticas difusionistas. Para os autores, a nova proposta da PNATER exige que o extensionista seja mediador de saberes e conhecimento. Para tanto, as instituições de extensão rural, necessitam substituir o paradigma convencional por um novo modo de fazer extensão, o que repercute e mexe com as estruturas de poder nas instituições de Ater.

Em sua crítica, construtiva, os jovens manifestam o desejo de ter a presença da extensão rural por tempo maior nas propriedades, contribuindo, sobretudo, para que encontrem saídas, caminhos de renda e gestão, bem como as questões subjetivas que os afetam e que vão além das tecnológicas. Sugerem ainda que a extensão escute mais os jovens e contribua na elaboração de seus projetos. Como bem menciona Rubem Alves (2013), parafraseando Alberto Caeiro: “não é bastante ter ouvidos para se ouvir o que é dito. É preciso também que haja silêncio dentro da alma”.

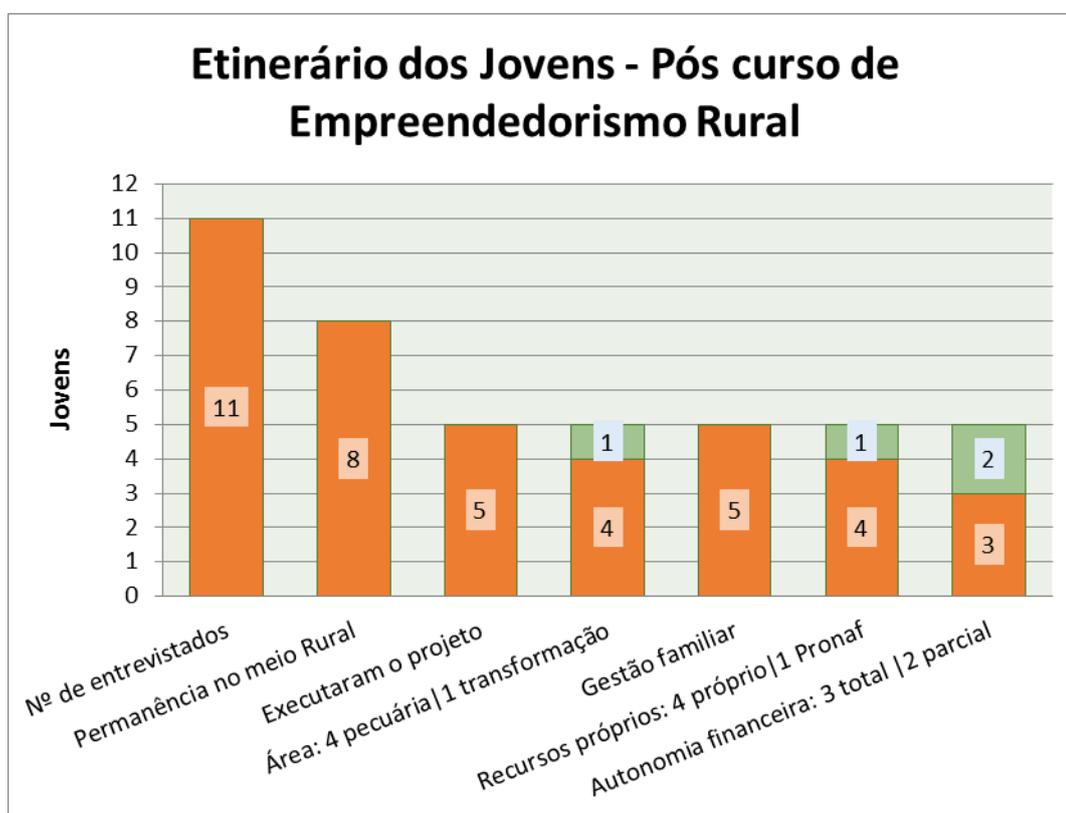
Segundo Alves, normalmente as pessoas não aguentam ouvir o que o outro diz, sem logo dar um palpite melhor, como se aquilo que é dito não fosse digno de consideração e precisasse ser complementado por algo melhor. Para o autor, é preciso tempo para entender o que o outro falou. O longo silêncio quer dizer: “Estou ponderando cuidadosamente tudo àquilo que você falou”. Como os indígenas guarani, com os quais a extensão de Santa Catarina vem atuando nos últimos anos, costumam dizer, “é preciso tempo para a palavra virar pensamento, depois virar prática; e depois virar pensamento de novo”.

3.5 Itinerários dos jovens egressos

Outra questão analisada é como os jovens se encontram cinco anos após realizarem o curso de Empreendedorismo Rural. A figura 7 apresenta uma panorâmica geral do itinerário pós-curso. A seguir apresenta-se um descritivo I abordando aspectos individuais dos 11 jovens entrevistados.

Por ocasião pós cinco anos do curso, dos 11 entrevistados, oito deles estavam efetivamente inseridos nas propriedades rurais com atividades produtivas, contribuindo efetivamente com a renda da família. Destes, cinco construíram sua autonomia financeira a partir dos projetos elaborados durante o curso. Vale destacar que dos cinco jovens que desenvolveram seus projetos, um jovem já possuía uma pequena unidade de criação de codorna para venda de ovos, conforme já indicado

anteriormente. A partir do projeto elaborado no curso, ele ampliou a criação de codorna e implantou uma unidade de conservas de ovos juntamente com seu irmão. Os pais deram total apoio aos irmãos, participam na condução das atividades, porém os jovens é que fizeram os financiamentos para a implantação da unidade de conserva de ovos. A gestão dos empreendimentos contou com o assessoramento técnico da Epagri na elaboração do projeto e da Cidasc²⁴ na orientação da legislação sanitária e legalização da unidade. O jovem que participou do curso por ocasião da entrevista demonstrou muita satisfação e contentamento pelo resultado do trabalho e declarou: “estamos com dívida, mas olha a estrutura que construímos a caminhonete que compramos. Por enquanto, nos mantemos sem muito lucro, pois tudo vai para pagar as contas, mas logo teremos autonomia financeira”. A sua mãe, que esteve presente na entrevista, da mesma forma irradiava satisfação ao ver os filhos permanecerem na propriedade e desenvolvendo seus próprios projetos com sucesso.



²⁴A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, empresa de Economia Mista, foi criada em 28/02/1979 pela Lei nº 5.516 e fundada em 27/11/1979 e transformada em empresa pública em 06/09/2005. Tem como objetivo: Executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina Disponível em: <<http://www.cidasc.sc.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 6 out.2013.

Figura 7 – Itinerário dos jovens depois do curso de Empreendedorismo Rural

Fonte: Elaborado pela pesquisadora e Silvio dos Santos.

O segundo jovem desenvolveu seu projeto em gado de leite e implantou uma unidade nova na propriedade de seu pai. Esta atividade é de sua inteira responsabilidade, com autonomia na condução e na gestão. Ressalta-se que não conseguiu financiamento pelo Pronaf, porém, contou com a ajuda financeira de seu pai. Paralelamente, esse jovem compartilha com seu pai a atividade de gado de corte, dividindo as responsabilidades de condução e também as despesas e receitas financeiras. Esse jovem demonstrou muita satisfação por encontrar-se na condição de tocar seu próprio negócio e reconhece a importância do curso de empreendedorismo por proporcionar seu desenvolvimento como pessoa e como empreendedor. Nesse período, o jovem constituiu família e também construiu sua casa. Não deu continuidade aos estudos porque não gosta, mas incentiva sua esposa a cursar nível superior.

O terceiro jovem implementou seu projeto de gado leiteiro em parceria com sua irmã na propriedade do pai. Era uma atividade já existente na propriedade e essa unidade passou a ser de sua responsabilidade, pois o pai permitiu, embora acompanhe que os jovens tenham autonomia na condução dos trabalhos e, da mesma forma, divide os ganhos. Ressalta-se que esse jovem também não conseguiu financiamento pelo Pronaf. Nessa entrevista, estava presente sua irmã, que não participou do curso, e sua mãe, a qual demonstrou que está contente com o resultado da atividade e com a desenvoltura de seu filho após ter participado do curso. O jovem, no entanto, declarou que o curso tinha muita teoria e como não gosta de estudar sugeriu que os próximos cursos tenham mais prática. Por outro lado, sua irmã está cursando graduação em agronomia.

O quarto jovem implementou seu projeto com os pais, que já trabalhavam com transformação de cana de açúcar e fabricação de cachaça. Com o projeto, ele melhorou as condições da unidade com aquisição de novos equipamentos como também ampliou a unidade. Atualmente, é casado, construiu sua casa na propriedade dos pais e sua esposa passou a fazer parte da atividade, embora não goste do meio rural, onde deixou claro “gosto mesmo da cidade, só estou aqui porque me casei”. Da mesma forma que outros jovens, ele não prosseguiu estudando. Em seu depoimento, afirma ter pensado montar uma cooperativa para

viabilizar as vendas, porém não conseguiu interessados. Desta forma, mantém a unidade menor. Todavia, essa proporciona o sustento das duas famílias e estão satisfeitos, porém, sabem que devem continuar os investimentos na unidade, melhorando e ampliando o mercado para a colocação dos produtos.

A quinta jovem, com seu projeto, implantou uma unidade de gado leiteiro na propriedade de seu pai, porém, como tem uma limitação de saúde que a impede de fazer esforços físicos, optou por dividir a atividade de gado de leite com seu pai. Desta forma, é seu pai quem dispende o maior tempo e esforço físico na atividade. A gestão fica, entretanto, por conta da jovem que se dedica todos os finais de semana à propriedade. Paralela à sua atividade rural, ela cursou administração de empresas e fez pós-graduação em gestão empresarial e desenvolve atividade em uma empresa na cidade. Chamou atenção, na entrevista, o entusiasmo que essa jovem possui pela atividade rural, declarando que sua identidade é com o espaço rural e que sua família lhe proporciona liberdade para atuar e gerir a unidade de gado leiteiro, que não precisou de financiamento externo para implantar, pois seus pais proporcionaram essa condição. Declarou estar satisfeita com os resultados, tanto de gestão quanto econômicos.

Esses cinco jovens demonstraram efetivamente que o curso teve ressonância em suas vidas através de seus projetos profissionais, muito embora a extensão rural, no caso deles, não tenha dado a devida continuidade na assistência técnica necessária no pós-curso. Os jovens, contudo, a partir do curso, despertaram para construir seus itinerários através dos projetos, conseguindo levar a cabo seus propósitos. Mesmo não tendo recebido o acompanhamento de acordo com suas expectativas, reivindicam a presença da extensão rural no acompanhamento dos projetos, não como tutora, mas como parceira nas propriedades.

Os três jovens que não desenvolveram seus projetos e que permaneceram nas propriedades rurais, trabalhando com seus pais, reconhecem que o curso proporcionou condição de diálogo com os pais, principalmente na forma de dividir com eles as atividades da propriedade, como se exemplifica a seguir.

Uma jovem não contou com o apoio familiar para desenvolver seu projeto. No entanto, por sugestão da mãe, que é agente de saúde aposentada, continuou os estudos e formou-se também como agente de saúde e passou a atender à comunidade onde mora. Conseguiu adquirir um carro e está satisfeita com a escolha

que fez, gosta de morar no meio rural e pretende se casar e ali continuar morando e trabalhando.

Outro jovem que não desenvolveu seu projeto continua trabalhando com seu pai e sua irmã nas atividades da propriedade. De certa forma, o jovem, a partir do curso, pôde assumir responsabilidades e conseguir autonomia financeira com os pais. Declarou que os pais depositam confiança na condução das atividades da propriedade, tanto nele quanto em sua irmã. Percebe-se que o pai está numa gestão compartilhada com os dois filhos. Embora se mantenha presente, está aos poucos repassando responsabilidade aos filhos, sem distinção de gênero, num processo de aprendizado para a sucessão familiar. Ou seja, uma mostra de que é possível fazer a gestão compartilhada com os filhos ainda jovens sem, no entanto, ter que esperar que os pais não tenham mais condições para, só então, repassar a gestão da propriedade aos filhos. Cabe ressaltar que os dois irmãos continuam estudando: a moça no segundo grau e o rapaz cursa agronomia à noite numa cidade próxima que lhe permite deslocar-se toda a noite. Ambos querem permanecer na propriedade, haja vista que possuem boas condições e gostam do meio rural. O jovem declarou que o curso foi interessante porque proporcionou uma desenvoltura de comunicação que anteriormente não possuía. Pretende, inclusive, e com o apoio dos pais, ingressar na vida política.

O terceiro jovem que não implementou seu projeto, da mesma forma que o jovem anteriormente citado, trabalha de forma compartilhada com seus pais. Não continuou os estudos, mas gosta muito da vida rural e não pretende sair, pois conta com o apoio dos pais para compartilhar a atividade e os ganhos na propriedade.

Com relação aos jovens que não permaneceram no meio rural, verificou-se que os mesmos estão empregados em atividades urbanas, alguns por contingências familiares e outro por opção. Apesar de esse último ser filho único, ter condições financeiras e uma diversidade de atividades na propriedade, não tinha liberdade nem autonomia de gestão, nem financeira e também falta de liberdade de lazer por conta das atividades com os animais que não permitem folga aos domingos e feriados. O principal questionamento do jovem era “quando eu irei ter as minhas coisas?” Esse jovem foi morar na cidade por escolha, se casou e possui dois empregos, de garçom e de frentista, o que lhe proporcionou em um ano e meio financiar uma casa, adquirir um carro para ele e outro para a esposa, que é professora. Não continuou os estudos, mas está feliz e realizado com a vida que escolheu.

Outros dois jovens revelaram que embora tivessem vontade de permanecer no meio rural, as condições econômicas das famílias não eram favoráveis. Desta forma, a saída encontrada foi um condicionamento e não uma escolha, pois ambos declararam que gostam muito do meio rural, mas não gostariam de ficar de empregados no meio rural, preferindo a condição de empregados no meio urbano. Os dois jovens não deram continuidade aos seus estudos. Logo, sem qualificação, estão submetidos a trabalhos de auxiliar de mecânico e de operário de frigorífico.

Todavia declararam que, se pudessem, voltariam ao meio rural. Sobre o curso, no caso destes jovens, embora reconheçam a importância do curso de empreendedorismo, não encontraram a condição necessária para constituir no espaço rural seu projeto de vida e sua autonomia financeira.

Em que pese à intencionalidade do curso proporcionar a imagem de jovens empreendedores, contribuindo na formação dos mesmos como protagonistas do processo de desenvolvimento de forma sustentável, promovendo o empreendedorismo, liderança e cidadania no campo, ainda cabem ajustes para se chegar a contento das expectativas e da realidade dos jovens rurais. Na concepção de Stropassolas (2006, p. 171):

Ao fazer emergir, das entrelinhas dos depoimentos, como também das ações estratégicas cotidianas, suas expectativas e demandas de serem executadas, de serem reconhecidos, de serem entendidos, os jovens atores sociais representam a angústia e expressam os sentimentos de quem busca um lugar e um papel na sociedade.

Stropassolas (2006) reafirma ainda que, para alcançar-se um lugar nas relações sociais, é preciso suportar o peso do controle normativo forte que enquadra os jovens no seu percurso até o mundo adulto, sobretudo nos espaços representados pelos padrões culturais, nas políticas institucionais públicas ou privadas, no mercado de trabalho, na busca por direitos de cidadania e de inclusão. Portanto, há muitos fatores a serem considerados quando se discute e se propõem ações que dizem respeito à permanência ou saída de jovens do espaço rural e a sua realização como pessoas e como profissionais, seja em atividades agrícolas, seja em qualquer outra, tendo em vista que muito mais do que o fator puramente econômico ou técnico, afeta suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como os projetos de educação não formal, implantados pela extensão rural pública e por três organizações em Santa Catarina, influenciam na construção social da juventude rural e quais as expectativas dos jovens em face desses projetos.

O estudo de projetos voltados à juventude rural recobre-se de relevância por abranger uma categoria social do espaço rural que possui especificidades em questões de cidadania como a precariedade da escolaridade no espaço rural comparada com facilidade da escolaridade no espaço urbano, a dificuldade de acesso à saúde, ao lazer, e até mesmo ao histórico estigma de inferioridade ligado à vida no campo. O tema torna-se relevante também pela tomada de consciência das singularidades relativas às qualidades e potencialidades da juventude rural, como sua capacidade e vontade de inovar, a identidade e o gosto pelo espaço rural e pela sua condição de sujeitos de direitos. Daí a necessidade de se compreender e respeitar suas escolhas em diferentes esferas do social.

Entende-se que este estudo pode contribuir com apontamentos que poderão ser significativos para com a categoria social da juventude rural no sentido de ampliar oportunidades para criarem e exercitarem seus próprios processos de desenvolvimento, com autonomia, apoiados pelas diferentes instituições, academia e organizações que atuam no contexto rural, com os jovens e suas famílias e, ao mesmo tempo, contribuir na proposição de novas políticas públicas.

Considera-se que compreender a formação da juventude como um processo de construção social não é tarefa óbvia e exige mais do que leituras que superem o senso comum. Trata-se de um novo olhar aliado a uma atitude de disponibilidade para a escuta destes jovens. Compreende-se neste contexto que o núcleo familiar exerce uma importante influência por ser portadora de valores e estilos de vida próprios. Logo, a compreensão do que é a condição juvenil no meio rural é o que a torna singular em relação a outras categorias da população, haja vista que a fase de juventude está marcada por grandes desafios, por (in)definição como as relativas aos seus itinerários, a construção de seus próprios projetos, a sua colocação como sujeitos singulares, o prosseguimento de seus estudos e sua inserção social.

Os jovens rurais, em sua maioria, vivem o dilema de decidir entre ficar ou sair do espaço rural. Com base no trabalho de campo, constatou-se que, embora alguns tenham condições econômicas e o apoio dos pais para permanecerem no espaço rural, não têm autonomia e possibilidades de construir uma atividade profissional que não a agrícola. Por outro lado, outros jovens que gostariam de permanecer no espaço rural e desenvolver atividades agrícolas na propriedade acabam desistindo por não encontrarem condições favoráveis à sua permanência. Em ambas as situações, colocam-se em atividades urbanas menos exigentes em qualificação, inclusive, muitas vezes, se desdobrando em mais de um emprego para sobreviver.

Um grupo maior, contudo, ainda consegue permanecer e desenvolver atividades que proporcionem renda e autonomia de gestão compartilhada com a família. O estudo observou que esses jovens puderam executar seus projetos de empreendedorismo a partir da abertura de gestão compartilhada com pais na propriedade, constituindo, assim, espaço de autonomia financeira nas atividades já existentes na propriedade, bem como a criação de novas oportunidades de renda a partir da ampliação daquela atividade. Como também se observou, esse é um exemplo de conciliação de atividade na propriedade com atividades urbanas por conta da qualificação profissional, aliada à proximidade com a cidade.

Como adverte Wanderley (2007, p. 23-24), o estudo da juventude rural pressupõe a compreensão de uma dupla “dinâmica social” que leva em consideração o espaço e o tempo. As dinâmicas temporais e espaciais se interligam e através delas sobressai um ator social que pode, simultaneamente, ser portador de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural. Dessa forma, o jovem pode permanecer no meio rural, dando continuidade à valorização da tradição familiar, da cultura local, dos conhecimentos tradicionais, mas buscando novas alternativas e inovações proporcionadas pela abertura contemporânea de atividades, de novos negócios, trazendo dinamicidade, agregando novos valores com uma nova leitura do espaço rural.

Importa também entender que a dinâmica do espaço rural relativa aos jovens se relaciona, por um lado, com a “situação social”, ligada às possibilidades econômicas da família, à cidadania, a oportunidades e desigualdades sociais no espaço em que vive. E, por outro, com a “condição social”, ligada a requisitos como apoio da família para a autonomia das instituições e de acesso às políticas públicas, que oportunize e facilite ao jovem ser agricultor ou morador do espaço rural bem

sucedido e com qualidade de vida. Como se refere Urteaga (2011, p.19), “reintroduzir o sujeito jovem como ator e poder se fazer ouvir as vozes dos segmentos juvenis” é imprescindível para que os jovens se constituam, de fato, como sujeitos sociais, ativos, superando a visão reducionista do espaço rural e do enquadramento cultural ou da tutela dessa população.

Como visto, as primeiras propostas de intervenção específicas para a juventude rural foram implementadas pelos serviços oficiais de extensão rural no Brasil a partir de modelos e orientações metodológicas originárias dos Estados Unidos. As imagens então construídas valorizavam um jovem rural ativo, líder, adotante de tecnologias modernas, integrado às instituições de desenvolvimento, visando à formação de um agricultor moderno que faria, no futuro, a transformação da agricultura, com uma conduta de patriotismo, contribuindo para tirar a família e o país do atraso e da pobreza. Os processos educativos experimentados no âmbito dos clubes 4 – S estavam fundamentados na supremacia do conhecimento dos técnicos de extensão e nos líderes comunitários, os quais tutelavam os jovens rurais sem muito considerar suas necessidades e sua cultura.

Na medida em que este modelo sofreu saturação, pela ação dos jovens que o questionavam, pelos extensionistas que perceberam a necessidade de mudanças e, ainda, por outras organizações com atuação junto à juventude, como a Igreja, as instituições de extensão rural refluíram os trabalhos com a juventude rural. Assim, embora desestimulados e sem novas referências metodológicas, alguns técnicos vinculados às instituições de extensão rural continuaram a desenvolver projetos educativos dirigidos à juventude, porém, pontuais, descontínuos e com pouca abrangência, circunscritos a alguns locais e em parcerias com outras instituições. Em suma, desde meados da década de 1980 os projetos juvenis propostos pelas instituições de extensão rural estavam marcados pela fragmentação e descontinuidade.

Outro aspecto a ser destacado é que houve um gradativo deslocamento da ação extensionista, que historicamente foi conduzida por agências estatais, para outras organizações, especialmente na última década ou no início dos anos 2000. Essas organizações passaram a intervir de forma mais direta na juventude rural. Neste contexto, percebeu-se a utilização de diversos arranjos metodológicos para investir em ações de formação da juventude rural. As instituições pesquisadas vislumbraram uma imagem de um jovem projetado como futuro, isto é, numa

perspectiva de que “um dia” irá assumir como sucessor do agronegócio, da propriedade, da cooperativa, contribuindo com a manutenção da agricultura familiar, residindo ou não no espaço rural.

Diversas são as visões das instituições e organizações que desenvolvem projetos com os jovens acerca de “juventude rural”. Dentre as instituições cujos projetos com a juventude foram aqui resgatados, uma delas busca criar a imagem de um jovem rural protagonista de um mundo sustentável, formador de opinião na relação homem *versus* natureza, capaz de influenciar sua família em práticas sustentáveis.

Outra percebe o jovem rural como empreendedor sucessor do agronegócio, isto é, um jovem autônomo, determinado e que não necessariamente tenha que morar no espaço rural, uma vez que pode gestar o seu negócio no meio rural a partir da cidade. Uma terceira percebe o jovem rural como um protagonista de um espaço rural funcional que busca preservar a agricultura familiar e a sustentabilidade do espaço rural através do empreendedorismo.

E, por último, a extensão rural pública, que vê o jovem rural como protagonista/empreendedor, isto é, um jovem que, pela sua capacidade de criar seu próprio projeto, apoiado pela família, consegue construir a sua autonomia pessoal e financeira no espaço rural, gestando um embrião de uma gestão compartilhada de seu projeto de vida.

Todas as experiências vislumbram, em comum, um jovem crítico e autônomo, que percebe a diferença cada vez mais diluída entre o urbano e o rural. Constata-se que, de maneira geral, as experiências estudadas são constituídas levando em conta o disponível, ou seja, a sua própria missão organizacional, a disponibilidade de profissionais ou de parceiros, a fim de responder a uma necessidade de manter a continuidade do processo agrícola, seja a agricultura familiar ou o agronegócio, sendo que o jovem passa a se constituir num ator importante para dar continuidade a esses processos por meio da sucessão hereditária do jovem no espaço rural e na agricultura familiar.

Todavia, as experiências pesquisadas nem sempre dão conta de atender às expectativas dos jovens rurais, que demonstram ter pressa, que questionam – “quando terei minhas coisas?”. Esse fator foi considerado como limitante das experiências e da própria permanência dos jovens no espaço rural, pois na medida em que os saem do espaço rural perde-se, não somente um indivíduo, mas também

conhecimentos, vitalidade, referencial sociocultural, a própria condição de renovação e inovação desse espaço. Essa questão também se relaciona com o choque de propostas que o jovem recebe, de um lado, da família, que tem seus próprios processos de transferência de patrimônios e saberes e, por outro, das instituições, que desejam um jovem que logo parta para os investimentos, que nem sempre a família e as políticas públicas conseguem proporcionar, ocasionando por vezes contradições entre as famílias e as proposições dos projetos. Entende-se que as experiências não têm como proposição única que o jovem “tenha que ficar” no espaço rural, porém, observou-se que todas as experiências se constituem como oportunidades, tanto para os jovens quanto para as próprias instituições/organizações, na busca de continuidade das atividades no espaço rural.

Todavia, não com exclusividade das atividades agrícolas, mas com jovens ativos, formadores de opinião, empreendedores capazes. Cabe aqui, como recomendação deste estudo, que as orientações institucionais abranjam áreas/temas além das questões ligadas tão somente ao “trabalho”, para que os jovens possam desencadear processos de “bem-estar” no espaço rural, sobretudo fazendo suas próprias escolhas.

Registra-se que não foi percebido evidência de uma proposta que discuta e reflita com os jovens a possibilidade de romperem o tradicional ciclo que vem ocorrendo desde a modernização da agricultura, em que o espaço rural é visto como provedor de mão-de-obra disponível e barata para o meio urbano. Neste aspecto, mesmo com críticas à educação formal, alguns jovens encaminham seus projetos para a continuidade dos estudos escolares, na busca por melhores empregos nos espaços urbanos e para romper com as alternativas mais comuns, como vincular-se a empregos de garçons, auxiliares de pedreiros, domésticos e operários de agroindústrias. Propõe-se, portanto, a criação de ambientes colaborativos que estimulem o conhecimento, favorecendo a criação de ideias inovadoras e criativas e oportunidades que se tornem empreendimentos.

Depreende-se como proposta deste estudo a criação de uma área de articulação institucional, juntamente com a família e parcerias, para a possibilidade de uma inserção qualificada de jovens egressos do ensino formal universitário, a exemplo do que já ocorre em outros países, como na Espanha. A ideia é compor processos inovadores dentro das diversas áreas de conhecimento, apoiando projetos ligados a necessidades de qualificação de atividades do espaço rural como,

embalagens, designer, criação de marcas territoriais, de serviços que venham a diminuir a penosidade das atividades agrícolas, gerando assim oportunidades de bem-estar, emprego e renda, ampliando a visão das novas ruralidades e da multifuncionalidade da agricultura familiar.

Uma questão ressaltada na fala dos jovens está relacionada ao estigma cultural de inferioridade que a sociedade rural vem sofrendo ao longo de sua história. Os jovens, embora declarem o gosto - e estarem identificados como agricultores familiares -, não deixam de perceber e de manifestar descontentamento com o tratamento que recebem das pessoas que compartilham com visões e estilos de vida do mundo urbano. Entende-se, pela expressão dos jovens, que essa questão tem sido fator limitante na construção de uma identidade social positiva da juventude rural, pois, de certa forma, observa-se que esse tratamento os constrange como pessoas influenciando em sua autoestima.

Todavia, não se percebeu pelo estudo que essa questão tenha sido objeto de debates com os jovens pelos profissionais envolvidos nas experiências aqui estudadas. Tampouco foi evidenciada, por parte dos representantes institucionais pesquisados, como uma questão relevante e que mereça uma reflexão específica. Entende-se que é necessário trabalhar para superar preconceitos culturalmente estabelecidos, que se dissolverão na medida em que houver um encontro crítico e reflexivo entre sujeitos sociais (instituições e jovens), imbuídos de um mesmo objetivo, que pode superar esse padrão de se sentir inferior ao mundo urbano. Como se refere Freire (1996), fazendo emergir uma ação humanista e libertadora.

Ao retomar um dos objetivos propostos por esta pesquisa, o de buscar percepções dos jovens egressos do Projeto-piloto de Empreendedorismo do Jovem Rural, destaca-se a situação atual de 8 jovens, passados cinco anos da realização do curso de Alternância, ou seja, a maioria dos 11 jovens entrevistados encontra-se inserida em atividades agrícolas resultantes de seus projetos e de sua inserção nas propriedades da família.

Destaca-se que o apoio da família constituiu-se fator decisivo de inserção econômica e profissional dos jovens, pois o curso estrategicamente envolveu a família em todo o processo de alternância. Da mesma forma, as famílias abriram espaços na propriedade para que o jovem pudesse executar o seu projeto, oportunizando-lhe o exercício de um aprendizado para uma gestão compartilhada. Não menos importante foi o apoio financeiro para a implantação dos projetos, pois a

grande parte foi executada com recursos financeiros da família, não obstante a existência da modalidade do Pronaf - Jovem.

No que tange à inserção dos jovens nas Políticas Públicas ligadas ao crédito rural, cabe uma reflexão sobre a estratégia adotada pelo curso, ou sobre qual poderá ser adotada para que o jovem possa efetivamente contar com o crédito rural para desenvolver seus projetos no espaço rural, visto que a autonomia financeira se constitui fator imprescindível para que o jovem possa, de fato, sentir-se empreendedor. Das situações vivenciadas pela observação nesta pesquisa, foi possível verificar que houve um desenvolvimento efetivo dos jovens e de suas famílias em decorrência do curso, bem como uma visível ampliação da autonomia financeira e de participação dos jovens nas decisões na propriedade o que, de certa forma, proporcionou bem estar, contentamento dos jovens frente às situações anteriormente vividas e explicitadas. Ressalte-se que os próprios pais, por ocasião das entrevistas, manifestaram sua satisfação pela maior participação dos jovens nas decisões.

Porém, esse avanço não se observou de maneira igualitária entre os jovens do sexo masculino e feminino. Os próprios participantes inscritos no curso estavam desproporcionalmente estabelecidos: dentre os 27 jovens selecionados para o curso, somente três eram jovens do sexo feminino. Esta desproporção foi percebida e apontada pelos próprios jovens. Evidencia-se assim, que a cultura do patriarcado ainda está presente e, portanto, merece que seja tratada com a família, quando se propõe a possibilidade dos jovens se tornarem empreendedores (a)s. Importa reconhecer que a gestão compartilhada, de certa forma, iniciada no curso contribuiu para diminuir essa força da cultura patriarcal, embora ainda necessite ser ampliada para a questão de gênero, de modo que as mulheres possam conquistar espaços igualitários na família e na propriedade.

Em relação à metodologia da Pedagogia da Alternância, pode-se dizer que é uma proposta inovadora, embora a experiência também remeta ao reconhecimento de que o processo deve ser moldado de acordo com as circunstâncias, considerando os diferentes contextos em que os jovens estão inseridos. Destaca-se que os jovens egressos consideram fundamental o momento de reflexão sobre a condição juvenil, em que se discutem as ideias do jovem enquanto sujeito capaz de se perceber, de opinar, de ser reconhecido pela família e pela comunidade e, sobretudo, de propor mudanças. No entanto, os jovens deixam claro que o curso

pode ser melhorado em vários aspectos, sobretudo no que diz respeito ao assessoramento pós-curso por parte da extensão rural.

Dos próprios jovens vem a cobrança de iniciativas continuadas por parte da extensão que vá ao encontro dessa juventude para contribuir com a construção de caminhos não somente para a sustentabilidade agrícola ou da produção, mas também para o empoderamento dos sujeitos sociais que vivem no meio rural. É preciso reconhecer que, nos contextos contemporâneos, as dinâmicas sociais estão em pleno movimento e, no caso do desenvolvimento rural juvenil, isso significa perceber e refletir que os jovens reivindicam participar na construção das propostas, ao invés dos tradicionais caminhos em que as propostas são pensadas para e não com os jovens.

Evidenciou-se, sobremaneira, que atualmente as “políticas de intervenção” com a juventude rural acontecem a partir de diversas instituições, sejam escolas, igrejas, cooperativas, organizações não governamentais, dentre outras. Contudo, acredita-se que esta política deveria ter maior participação e compromisso das instituições públicas de desenvolvimento rural, da mesma forma por todos os seus profissionais.

Conclui-se que o problema dos programas e dos projetos institucionais não são as intenções, mas a dificuldade de encontrar metodologias adequadas para trabalhar com as questões da juventude.

Como apresentado, esta pesquisa e estudo se propôs a refletir sobre as formas de fazer extensão com a categoria juvenil por parte de diferentes instituições de desenvolvimento rural. Especialmente, buscou-se saber a partir dos próprios jovens a importância em suas vidas de uma experiência contemporânea pautada na Pedagogia da Alternância. Assume-se o estudo em sua provisoriade, não ensejando qualquer conclusão definitiva. Porém, com o desejo de continuidade da investigação.

Em que pese o esforço institucional voltado a uma prática contemporânea com os jovens rurais, explicitado nas experiências pesquisadas, o que se observa é que os jovens se mostram perceptivos e críticos em relação à forma tradicional de pensar e propor ações centradas tão somente em tecnologias e visão de jovens como “futuro”. Sugerem que as ações incluam o jovem no presente, no “aqui e agora”, bem como um maior investimento sobre o que o jovem necessita para a sua construção social.

A proposta pautada na pedagogia da alternância esteve amparada em racionalidade educativa distinta daquelas experimentada pelos demais jovens rurais no passado. Em outras palavras, procurou-se contribuir no diálogo entre o que está sendo proposto e o que os jovens querem, no sentido de reconhecer formas diferenciadas de fazer extensão rural, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades intelectuais, emocionais, ambientais, e de inserção social, questão que foi altamente reivindicada por parte dos jovens rurais.

Neste contexto, pontua-se a necessidade de se ter sensibilidade para essa dinâmica socioeducativa e cultural e perguntar-se: que novos sujeitos sociais estão se constituindo no espaço rural e que novas demandas de políticas públicas podem ser observadas?

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Anais...** Brasília, 1997.
- ACARESC. **Clube agrícola**: manual do professor. Florianópolis: Epagri, 1997.
- ACARESC. **Clubes 4-S**: manual para extensionistas. Rio de Janeiro: Abcar, 1964.
- ACARESC. **Manual dos clubes de trabalho 4-S**. Florianópolis: SPG, jul. 1973.
- ALTMANN, R.; MIOR, L. C.; ZOLDAN, P. **Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015**. Percepções de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais. Florianópolis: Epagri, 2008. 133p. (Epagri. Documento, 231).
- ALVES, Rubem. Escutatória. **Revista Educação**. Ed. 198. Out. 2013. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/160/artigo234825-1.asp>. Acesso em: 28 out. 2013.
- BACHELAR, Gaston. **A dialética da duração**. 2. ed. São Paulo: Ática. 1994.
- BECHARA, Miguel. **Extensão agrícola**. São Paulo: Secretaria da Agricultura/ Departamento de Produção Vegetal, 1954.
- BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: FE – UFRGS, v. 20, jul./dez. 1995.
- BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 113-121.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 2003.
- BRASIL. MDA. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010. 45 p.
- BRASIL. MDA/SAF/DATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2007. 26p.

BRASIL. **I Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária - 1ª CNATER**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Versão preliminar, 2012. 67 p.

BROTTO, Fábio Otuzi. **A pedagogia da cooperação**: construindo um mundo onde todos podem VenSer. 2009. (Projeto Cooperação). Disponível em: <<http://www.projetocooperacao.com.br/2009/04/14/>>. Acesso em: 6 out. 2013.

BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como exercício de convivência. 3. ed. Santos, SP, nov. 2001. 161p. (Projeto Cooperação).

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CASTRO, Elisa Guaraná de; CARNEIRO, Maria José (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 4, out./dez. 2002.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. 2006. Disponível em: <<http://www.agroeco.org/socla/archivospdf>>. Acesso em: 26 out. 2013.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo-cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1998.

CASTRO, Elisa Guaraná et al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CAMPOVENSE. COOCAM. 2012. Disponível em: <<http://www.coocam.com.br/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE CAMPOS NOVOS. COOPERCAMPOS. 2013. Disponível em: <<http://www2.copercampos.com.br/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

DEMO, Pedro. **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

DIESEL, V; NEUMANN, P. S.; GARCIA, J. V. Por que a “NOVA ATER” não sai do papel? Uma análise de visão dos alunos do projeto de Residência Agrária. In: XIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Anais... Londrina, 2007.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Editora da Cultura, 2003.

DURSTON, J. Estratégias de vida de los jóvenes rurales em América latina. In: CEPAL. **Juventud rural: modernidade y democracia em América Latina**. Santiago, Chile, 1996.p. 55-80.

DURSTON, J. **Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual**. Santiago, Chile: CEPAL, 1998.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. EPAGRI. 2013. Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

ESTEVAM, D. de O. **Casa familiar rural: a formação com base na pedagogia da alternância**. Florianópolis: Insular, 2003. 128p.

FEIXA PÀMPOLS, Carles. A construção histórica da juventude. In: CACCIA-BAVA, Augusto et al. **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras, 2004. p. 257- 327.

FEIXA PÀMPOLS, Carles. **El reloj de arena: culturas juveniles en México**. México: Ceijuv, 1998.

FEIXA PÀMPOLS, Carles. **La joventud com a metàfora: sobre les cultures juvenils**. Barcelona: Secretaria General de Joventud, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Org. e Trad. de Robert Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FROEHLISCH, José Marcos. As novas ruralidades precisam ou merecem (novas) políticas públicas? In: FROEHLISCH, José Marcos; DIESEL, Vivien (Org.). **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. 2. ed. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2009. p. 179-189.

FURTADO FILHO, D. ; SILVA, F. da C.; FRANCO, H. M. **Gotas de suor: uma trajetória de 40 anos**. Florianópolis: Epagri, 1996. 210 p.

GADOTTI, Moacir. La question de l'éducation formelle/non formelle. In: INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT (IDE). **Droit à l'éducation: solution à**

tous les problèmes ou problèmes ans solution? Sion (Suisse), 18 a 22 oct. 2005. p. 93-112.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o mar**: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. 2013. 418 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000. (Coleção Enfoques. Sociologia.).

HENK, Arlene; MELZ, Kerli Paula Viebrantz. A **extensão rural e as mudanças ambientais**. II Encontro de Economia Catarinense - Artigos Científicos. Chapecó, 2008.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo da População, 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. **Programa Empreendedorismo do Jovem Rural**. Unidade Político Pedagógica, 2005. 102 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1992.

MANUAL OPERATIVO: Programa Santa Catarina Rural – Microbacias3. Competitividade da agricultura familiar de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. 264p.

MANUAL OPERATIVO: Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Florianópolis, 2004. 190 p.

MANUAL Programa Empreendedorismo do jovem rural. Unidade político-metodológica. Instituto Souza Cruz, 2005.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Conformismo e resistência dos camponeses à extensão rural**. 1991. 253 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Juventude rural: una invención del capitalismo industrial. **Estudios Sociológicos**, México. Cuatrimestral, v. 27, n. 80, p. 2, 2009.

MARTINS, José de Souza. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 28-49, dez./fev. 2004-2005.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do conhecimento humano. Campinas: Ed. Psy II, 1995.

MINAYO, M. C. S. (Org.) et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MORCH, Sven. Sobre el desarrollo y los problemas de la juventude. El surgimiento de la juventud como concepción socio histórica. **Jovenes: Revista de Estudios sobre Juventud**, año 1, n.1, p. 78-106, jul./sept. 1996.

MUSSOI, Eros. M. **Juventude rural**: em busca de um trabalho sob nova dinâmica. Florianópolis: Epagri, 1993. 18p.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: Epagri, 1996. 523p.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Prefácio. In: STROPASSOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

PANCERI, Bernardete. **O campo do saneamento ambiental rural**: estudo das percepções *habitus* e gênero na visão comunitária e institucional. 1997. 165 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

PINHEIRO, V. C. Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, p. 63-88, jun./dez., 1995.

RELATÓRIO do Encontro sobre Capacitação de Jovens Rurais. Epagri, 2012.

RODRIGUES, E. **Tempo Cronos e tempo Kairos**. 23 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/tempo-cronos-e-tempo-kairos/31257/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

ROGERS, Everett M. **La comunicación de innovaciones**: un enfoque transcultural. México: Entro Regional de Ayuda Técnicas; Buenos Aires: AID, 1974.

SAVAGE, Jon. A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX/Trad. de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL. **Relatório de avaliação de meio termo do Projeto Microbacias2**. Programa de recuperação ambiental e apoio ao pequeno produtor rural – Prapem/Microbacias2. Fundação de Estudos Agrários "Luiz de Queiroz" – FEALQ. Florianópolis, 10 nov. 2006.

SETTON, M.G.J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, maio/ago. 2002.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável)–Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead, 2001.

SILVA, Claiton. M. da. **Saber, sentir, servir e saúde**: a construção do novo jovem rural nos clubes 4-S, SC (1970-1985). 2002. 110 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SILVA, Gustavo da. Desenvolvimento rural e extensão no contexto das escolas agrícolas. In: SANTOS, Vilson Flores dos; VELA, Hugo Aníbal Gonzales; SILVEIRA Paulo Roberto da. (Org.). **Educação rural no mundo contemporâneo**. Santa Maria: UFSM, NEMAD, NEPALS, 2012. p. 92-119.

SORIANO, R. R. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUZA, Sirlei de Fátima. **Tradições X modernização**: a ação dos Clubes 4 – S em Passo Fundo (1950-1980). Passo Fundo: Ed. da UPF, 2004.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPOSITO, Marília. **Balço e perspectiva**. In: CASTRO, Elisa Guaraná de; CARNEIRO, Maria José (Org.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 123 -145.

STROPASSOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

TESTA, Vilson Marcos et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p.(Proposta para Discussão).

URTEAGA, Maritza. **La construcción juvenil de la realidad**: jóvenes mexicanos contemporáneos. México: D. F. Casa Abierta al Tiempo: Juan Pablos Editor, 2011.

VILELA, M.; KOCH, I. V. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Esclarecer o *habitus***. 2012. Disponível em:<<http://ler.letras.up.pt/up/oads/ficheiros/255.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. **Juventude Rural em Perspectiva**, Rio de Janeiro: Mauad X, p.21-23, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - GT 17, 20.,1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS,1996.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**.2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais**: um estudo de caso no bairro de Escadinha, Feliz/RS. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

WEISHEIMER, Nilson. **Mapas de estudos recentes**. Brasília: MDA, 2005.

WOLOCHEN, Maria Bernadete. **A casa familiar rural e a Pedagogia da Alternância**: evidências de desenvolvimento local. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico Multidisciplinar em Orientações e Desenvolvimento)–FAE, Centro Universitário Franciscano do Paraná, Curitiba, 2008.

ANEXOS

ANEXO A – Carta do Jovem Rural e Pesqueiro: fortalecer ações que favoreçam o desenvolvimento e o exercício da cidadania

“Oportunizar capacitações dos jovens nas seguintes áreas: desenvolvimento pessoal e cidadania para abrir novos horizontes, melhorar a autoestima e valorizar o espaço rural e pesqueiro; qualificação profissional abrangendo os aspectos de gênero através de cursos e outros eventos comunitários em centros de treinamento, dentro e fora do Estado; conscientização sobre a conservação ambiental (preservação, recuperação, sustentável dos recursos ambientais e a relação da sociedade com a natureza); desenvolvimento de projetos; preparação dos jovens em atividades não agrícolas e pesqueiras, preferencialmente nas comunidades, enfocando questões econômicas, sociais, culturais, gerenciais, dentre outra.

Fortalecer as Casas Familiares Rurais e do Mar através da ampliação do programa, da disponibilização de crédito para os egressos e da participação financeira do Estado na contratação de monitores.

Oportunizar a criação de uma identidade ambiental local mediante o desenvolvimento de talentos, criatividade, artesanato, culinária, turismo, valorização da produção local, espaços de recreação, entre outros.

Implantar um programa de crédito específico para os jovens, subsidiado com igualdade de acesso entre as mulheres e homens, visando à compra de equipamentos, implantação de pequenos negócios, insumos e a produção no meio rural e pesqueiro; ajuda às famílias rurais e pesqueiras mais pobres, através de um crédito diferenciado, ou seja, menores exigências, menores juros e maior contrapartida do Estado; uma maior facilidade no pagamento com sistema de troca x troca.

Criar e/ou implementar programas de habitação popular na área rural, a exemplo do que existe na área urbana.

Criar e/ou ampliar programas de infraestrutura mínima, tais como: centros de cultura e lazer comunitários; melhoria de energia elétrica; telefonia pública e particular; melhoria das estradas; ampliação e melhoria do transporte coletivo (mais

horários nos sábados e domingos); postos médicos e odontológicos itinerantes; pontos de comercialização da produção local.

Implementar programas de saúde preventiva para a população rural e pesqueira e ampliar o programa de auxílio e assistência aos portadores de deficiência que vivem nessas áreas.

Viabilizar um programa de formação escolar que facilite o acesso ao ensino fundamental, médio e superior.

Disponibilizar bolsas de estudo para os jovens, tanto para o ensino fundamental quanto para o médio e o superior.

Criar legalmente espaços de participação dos jovens nos diversos fóruns e conselhos, como o Conselho de Desenvolvimento Ambiental (Consema), o programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), o Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural. A Federação e Colônias de Pescadores, entidades comunitárias, sindicatos, cooperativas, câmaras setoriais e afins, entre outros.

Oportunizar encontros para debater a participação efetiva dos jovens nas decisões da família e da comunidade, especialmente a sobrecarga de trabalho feminino e sua discriminação.

Agroecologia e da aquicultura e pesca sustentável com atenção especial a pequenos. Criar uma legislação compatível com as pequenas indústrias rurais e pesqueiras, facilitando o registro dos produtos.

Potencializar a organização dos jovens nas comunidades, facilitando a criação de redes locais e externas.

Oportunizar a troca de experiências através de seminários, encontros, eventos esportivos, entre outros, e facilitar o acesso dos jovens a informações em jornais, revistas, rádio, para a troca de experiências e qualificação profissional.

Oportunizar a implantação de indústrias nos espaços rural e pesqueiro de forma descentralizada, favorecendo emprego e renda.

Adequar a legislação ambiental como forma de assegurar tanto a recuperação ambiental quanto a sobrevivência da agricultura familiar no Estado.

Fortalecer o programa de Aquisição de Terras para jovens com pagamento facilitado.

Garantir a assistência técnica e a pesquisa agropecuária voltada à agricultura familiar gratuita para os municípios do Estado envolvendo os jovens rurais e pesqueiros em todos os projetos da extensão rural e da pesquisa.

Criar um curso de Engenharia de Pesca no Estado de Santa Catarina visando formar profissionais nesta área, fortalecendo a atividade pesqueira.

Criar incentivos financeiros específicos para o reflorestamento com espécies nativas como forma de recuperar a biodiversidade do Estado.

Evitar a produção de produtos transgênicos no Estado ou criar um selo identificando os produtos e sua composição, diferenciando-os dos demais”.

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do projeto: Juventude e Extensão Rural: projetos institucionais e perspectivas juvenis.

Orientador: Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin.

Mestrando: IvandaMasson.

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria / Centro de Ciências Rurais / Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural / Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.

Telefone para contato: (48) 3365-4204/ (48) 9640-6066

Local da coleta de dados:

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado (a) a participar desta entrevista de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Esta entrevista sobre a juventude rural irá compor a parte da dissertação de mestrado que a acadêmica IvandaMasson está realizando no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões da entrevista semiestruturada sobre Juventude rural.

Benefícios. As informações concedidas trarão maior conhecimento sobre o tema abordado, e a sua experiência de trabalho irá enriquecer a temática abordada na proposta do projeto que trás um estudo da construção social da juventude rural.

Riscos. A sua participação da entrevista não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você e ou para a sua Instituição.

Sigilo: As informações por você fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa só serão identificados se assim o permitirem.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Florianópolis (SC), _____, de _____ de 2012.

Assinatura _____

Pesquisador responsável _____

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55)3220-8009 Email: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br. Web: www.ufsm.br/ce

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com jovens rurais que participaram dos Clubes 4 – s orientados pela Extensão Rural Pública de SC na cidade de Campos Novos

Identificação pessoal.

1. Idade
2. Sexo
3. Escolaridade
4. Ocupação profissional

Questões da entrevista

1. Como vocês receberam e conceberam na época essa proposta de trabalho com clubes 4 – S? Em sua opinião, como ocorreu a introdução do trabalho com os Clubes 4 –S foi discutido amplamente discutido ou não pelos extensionista?
2. Vocês jovens, estavam convictos do que estavam fazendo ou somente aceitando?
3. Que diferença fez na sua vida essa intervenção por parte da extensão?
4. Como aconteciam as relações de poder no contexto? Autonomia, iniciativa, criatividade. A participação entre gênero acontecia por igual ou havia diferenças entre rapazes e moças?
5. Na sua concepção "hoje" como seria recebida essa intervenção por parte da extensão?
6. Como você vislumbraria "hoje" um trabalho voltado aos jovens rurais?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista direcionado a Extensão Rural Pública e, em três organizações de desenvolvimento rural que atuam na região de Campos Novos

1. Organização/Instituição:
2. Data:
3. Local:
4. Responsável projeto com jovens:
5. Entrevistado:
6. Função:

Questões da entrevista 1. Desde quando vocês realizam projetos direcionados aos jovens rurais?

2. Qual a importância de direcionar ações específicas com os jovens rurais?
3. De que forma são pensados os projetos com os jovens rurais?
4. A sua instituição considera que as ações empreendidas proporcionam mudanças e benefícios na vida dos jovens rurais? De que forma?
5. Vocês tem se apropriado das políticas públicas e de crédito nas ações com os jovens?
6. A sua instituição trabalha de forma integrada com outras instituições de desenvolvimento rural? Sim? Não? Por quê? Quais?
7. Como receber um feedback dos alcances dos projetos desenvolvidos com os jovens rurais ?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas com jovens rurais que participaram do projeto-piloto do “programa empreendedorismo do jovem rural” realizado no centro de treinamento da Epagri na cidade de campos novos. Um projeto integrado da Epagri e o Instituto Souza Cruz

Identificação pessoal.

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Escolaridade:
5. Ocupação: Agricultor
6. Renda familiar

Questões da entrevista

A compreensão do que é ser jovem

1. Como você está vivenciando essa fase da vida?
Na família; Na escola; Na comunidade.
2. Quais são os aspectos favoráveis desta etapa de vida? E quais os condicionantes?
4. Qual o papel do jovem neste contexto na comunidade e no território?

Autonomia 1. Você considera que seus pais têm influência nas suas escolhas: profissionais e ou de modo de vida?

2. De que forma eles influenciam?
3. Você costuma dialogar com seus pais sobre estas questões?
4. Você tem liberdade de inovar em seus projetos profissionais?

Projeto profissional e o dinamismo econômico, educacional e social dos espaços rurais.

1. O que você gostaria de ser profissionalmente? Já realizou esta conquista?
2. Quais as condições necessárias para a realização dos projetos futuros?
3. Como você considera as oportunidades e alternativas de emprego fora da atividade agrícola?
4. Vocês se consideram capazes de exercer outra atividade que não agrícola?

5. Vocês percebem diferenças de oportunidades para rapazes e moças no meio rural?

Educação formal

A educação formal é fator condicionante para vocês realizarem seus projetos profissionais? De que forma? O que poderia melhorar?

Identidade com o espaço rural

1. Num contexto cada vez mais aproximado entre o rural e urbano, qual é a sua identidade enquanto jovem?
2. Vocês percebem diferenças entre os jovens urbanos e rurais? Sim ou não?
3. Quais os aspectos que o fazem se sentir mais atraído (a) por morar e investir no meio rural?

Percepção dos jovens rurais sobre o Projeto-piloto de “Empreendedorismo do Jovem Rural”.

1. O que te motivou a participar?
2. Você considera que os conteúdos trabalhados no curso influenciaram para torná-lo mais habilitado para o desempenho das atividades de produção familiar?
3. Da mesma forma os conteúdos despertaram para a iniciativa de outras atividades que não sejam agrícolas?
4. Durante o curso você foi estimulado a desenvolver um projeto de livre escolha.
5. Você conseguiu implementar ou implantar seu projeto? Sim () Não () se não, o que faltou ?
6. Quem os acompanhou tecnicamente?
7. A assistência técnica suficiente?
8. O que faltou? O que poderia melhorar?
9. O que mudou na sua vida após o curso? No aspecto:
a) Pessoal b) Social c) Econômico d) Autonomia ou empoderamento?
10. Qual a importância das intervenções destas instituições no processo de construção social da juventude rural?
11. Quais são suas críticas e sugestões em relação aos projetos de desenvolvimento oferecidos pela extensão rural pública dirigido ao jovem rural?

A interface com as Políticas públicas de crédito direcionadas aos jovens rurais

1. Você se apropriou de alguma política pública de crédito para realizar o seu projeto? Como: Pronaf Jovem ou Primeira Terra?
2. Quais são suas críticas e sugestões em relação à acessibilidade dessas políticas de crédito?

Perspectivas em relação ao trabalho da Extensão Rural - Epagri

1. Considerando que os serviços da extensão rural pública possuem um papel no processo de construção social da juventude rural, vocês estão satisfeitos com a atuação da mesma?
 2. Qual a sua expectativa e sugestão sobre o que a “extensão rural pública” pode melhor orientar seus futuros projetos de integração social, individuais e/ou coletivos futuros?